Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Centro de Ciências Sociais

Instituto de Estudos Sociais e Políticos

Murilo Gomes da Costa

O Atlântico Sul na reconfiguração do entorno estratégico brasileiro

Rio de Janeiro

2018

Murilo Gomes da Costa

O Atlântico Sul na reconfiguração do entorno estratégico brasileiro

Dissertação apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de mestre ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Orientadora: Prof.ª Dra. Maria Regina Soares de Lima

Rio de Janeiro

2018

CATALOGAÇÃO NA FONTE

UERJ / REDE SIRIUS / BIBLIOTECA CCS/D - IESP

C837 Costa, Murilo Gomes da.
O Atlântico Sul na reconfiguração do entorno estratégico brasileiro / Murilo Gomes da Costa. – 2018.
136f.:

Orientadora: Maria Regina Soares de Lima.
Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Estudos Sociais e Políticos.

1. Brasil - Política Externa - Teses. 2. Relações internacionais - Teses. 3. Segurança internacional - Teses 4. Ataque e defesa (Ciência militar) – Brasil - Teses. I. Lima, Maria Regina Soares de. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Instituto de Estudos Sociais e Políticos. III. Título.

CDU 327(81)

Rosalina Barros CRB-7 / 4204 - Bibliotecária responsável pela elaboração da ficha catalográfica.

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta dissertação, desde que citada a fonte.

_____ _____

Assinatura Data

Murilo Gomes da Costa

O Atlântico Sul na reconfiguração do entorno estratégico brasileiro

Dissertação apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de mestre em Ciência Política ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Aprovada em 23 de fevereiro de 2018.

Banca Examinadora:

Prof.ª Dra. Maria Regina Soares de Lima (Orientadora)

Instituto de Estudos Sociais e Políticos- UERJ

Prof. Dr. Eli Alves Penha

Instituto de Geografia - UERJ

Prof. Dr. Antônio Ruy de Almeida Silva

Escola Superior de Guerra

Rio de Janeiro
2018

DEDICATÓRIA

Dedico esta dissertação à minha família, amigos e mestres, com carinho.

AGRADECIMENTOS

Expresso a minha gratidão a cada um daqueles que tiveram um papel imprescindível na minha formação pessoal, acadêmica e sentimental. Nessa gama de sentimentos, sobram boas lembranças. Então, agradeço pelos diversos bens recebidos por cada uma destas pessoas, instituições e profissionais.

Ao Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IESP-UERJ), sou grato aos professores, colegas e funcionários pelo incrível ambiente acadêmico, que trouxe a possibilidade de amadurecer meus conhecimentos, em um espaço de amplas ideias e ricos debates.

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), pela bolsa de fomento à pesquisa, que possibilitou a minha dedicação exclusiva à elaboração desta dissertação.

Aos meus pais, Márcia e Mauro, meu irmão, Matheus, meus avós Alberto, Glória, Ilda e Alípio. Aos meus tios, Sandra e Helder, e todos familiares, por terem me acompanhado nesta trajetória, por suas lutas diárias e cada uma das suas histórias pessoais de amor, carinho, compreensão e resistência, que sempre foram inspiração para a minha vida. E por terem feito o meu caminhar pessoal, profissional e acadêmico mais leve e sereno.

À Professora Maria Regina Soares de Lima, pela inesgotável fonte de inspiração em cada gesto, palavra, aula, debate e conhecimentos passados. Das palavras de artigos e livros que foram fundamentais à minha formação, tive o prazer de ter o convívio com a incrível pessoa por trás das brilhantes e referentes ideias. Agradeço por cada reunião de orientação e cada conversa. Todas as sugestões e conselhos foram fundamentais para auxiliar a cunhar e lapidar meu tema e objeto de pesquisa. Sou muito grato pela confiança concedida ao meu trabalho, a partilhar dos projetos e inciativas que me envolveu junto ao Observatório Político Sul-Americano. Agradeço, por fim, o apoio e os incentivos constantes ao longo de todo o mestrado, mostrando como é possível ter paixão pelo que se estuda.

Aos amigos da aurora da minha vida, Patricia, Mariana, Pedro, Paula, Stella, Isabelle, Maylin, João, Ellen, Rosane. Aos meus amigos de turma do IESP: Alexandre, Angelo, Jean, Juliana, Ghaio, Hélio, Hugo, Madalena, Bárbara. Bárbara, Bruna, Ingrid, Ian, Leandro, Giovana, Lara, Niury, Wescrey e Weslley, pelo companheirismo e por fazerem cada dia desta trajetória acadêmica do mestrado mais reconfortante. Estaremos sempre juntos.

RESUMO

GOMES DA COSTA, M. *O Atlântico Sul na reconfiguração do entorno estratégico brasileiro.* 2018. 136f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Instituto de Estudos Sociais e Políticos, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

A partir da formulação de uma genealogia do conceito de entorno estratégico brasileiro, este trabalho busca avaliar como a projeção brasileira para o Atlântico Sul, e os principais desafios estratégicos advindos desta ação, foram importantes na reconfiguração do entorno estratégico do Brasil – com a inclusão das regiões do Atlântico Sul e Antártida – e nas formulações dos projetos estratégicos das Forças Armadas brasileiras, com destaque para a Marinha do Brasil. O trabalho usa como recorte temporal os dois governos de Luiz Inácio Lula da Silva, devido ao avanço das discussões e práticas relacionadas ao entorno estratégico brasileiro e, também, às questões referentes aos Atlântico sul. A metodologia que guia a pesquisa é a qualitativa analítica, tendo como método a investigação de documentos como a Estratégia de Defesa Nacional e o Livro Branco de Defesa Nacional, além da análise dos projetos da Marinha do Brasil acerca da atuação brasileira no Atlântico Sul. Também são avaliados os discursos e apresentações no âmbito da Comissão de Relações Internacionais e Defesa do Congresso Nacional. Buscou-se, por conseguinte, avaliar como o Atlântico Sul tem se tornado cada vez mais central, no escopo das preocupações da política brasileira de defesa, tendo o governo brasileiro, com a reafirmação do Atlântico Sul como parte de seu entorno estratégico, formulado e implementado políticas e estratégias que buscaram assegurar a proteção da região marítima de jurisdição brasileira – a Amazônia Azul -, assim como uma intenção de manter o Atlântico Sul como uma região de ensejo maior à cooperação com os países lindeiros a este oceano, inclusive na área de defesa.

Palavras-chave: Atlântico Sul. Entorno Estratégico. Política Brasileira de Defesa. Política Externa Brasileira. Grande Estratégia.

ABSTRACT

GOMES DA COSTA, M. *The South Atlantic in the reconfiguration of the brazilian strategic surrounding.* 2018. 136f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Instituto de Estudos Sociais e Políticos, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

From the formulation of a genealogy of the concept of Brazilian strategic surrounding, this dissertation seeks to evaluate how the Brazilian projection towards the South Atlantic Ocean, and the main strategic challenges arising from this action, were important in the reconfiguration of Brazil's strategic environment – including the South Atlantic Ocean, the bordering countries of Africa and Antarctic - and to set the paths for the formulations of the strategic plans of the Brazilian Armed Forces, especially the Brazilian Navy. The work uses as a temporal cut the two governments of Luiz Inácio Lula da Silva, due to the advancement of discussions and practices related to the Brazilian strategic environment and to the issues related to the South Atlantic. The methodology that guides the research is qualitative analytical, having as a method the investigation of documents such as the National Defense Strategy and the National Defense White Paper, as well as the analysis of Brazilian Navy projects about the Brazilian operation in the South Atlantic. Are evaluated the speeches and presentations in the scope of the Commission of International Relations and Defense of the National Congress. It was therefore sought to assess how the South Atlantic has become increasingly central, within the scope of the Brazilian defense policy concerns, and the Brazilian government, with the reaffirmation of the South Atlantic as part of its strategic environment, formulated and implemented the policies and strategies that sought to ensure the protection of the maritime region of Brazilian jurisdiction - the Blue Amazon - as well as an intention to keep the South Atlantic as a region of greater opportunity for cooperation with the countries bordering the ocean, including in the area of defense.

Keywords: South-Atlantic. Strategic Surrounding. Brazilian Defense Policy. Brazilian Foreign Policy. Grand Strategy.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Principais rotas do tráfico negreiro..... 16

Figura 2 – Posição estratégica do Brasil..... 25

Figura 3 – O Brasil e os hemiciclos interior e exterior..... 33

Figura 4 – Tese da triangulação insular no Atlântico Sul..... 35

Figura 5 – Província petrolífera do Pré-Sal..... 42

Figura 6 – Defesa no Atlântico Sul ampliado..... 46

Figura 7 – Cooperação técnica em defesa no Atlântico Sul..... 46

Figura 8 – Entorno geopolítico estratégico..... 52

Figura 9 – Rotas oceânicas do Atlântico Sul..... 56

Figura 10 – Módulos do sistema de gerenciamento da Amazônia Azul..... 61

Figura 11 – Alargamento da fronteira marítima brasileira..... 64

Figura 12 – Riquezas da Amazônia Azul..... 66

Figura 13 – Configuração geopolítica da Antártida..... 68

Figura 14 – Atuação do poder militar estadunidense..... 74

Figura 15 – Territórios ultramarinos britânicos no Atlântico Sul..... 75

Figura 16 – Presença militar estrangeira na América do Sul..... 77

Figura 17 – Criação da Zona de Paz do Atlântico Sul..... 82

Figura 18 – Cooperação em defesa na CPLP..... 96

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Equipamento Militar do Brasil e de seu Entorno Estratégico..... 58

Gráfico 2 – Transferência de Tecnologia na Água e no Ar..... 110

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABC	Agência Brasileira de Cooperação
ALCA	Área de Livre Comércio das Américas
CIRM	Comissão Interministerial para os Recursos do Mar
CAE	Chefia de Assuntos Estratégicos
CAE-CPLP	Centro de Análise Estratégica da CPLP
CDS	Conselho de defesa sul-americano
CIRM	Comissão Interministerial para os Recursos do Mar
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CPLP	Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
CMID	Comissão Mista de Indústrias de Defesa
CNUDM	Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar
ComOpNav	Comando de Operações Navais
CREDN	Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional
DPAZ	Divisão de Paz e Segurança Internacional
Ecowas	Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental
EB	Exército Brasileiro
END	Estratégia Nacional de Defesa
EUA	Estados Unidos da América
IBAS	Fórum de Diálogo Índia, Brasil e África do SuL
INPO	Instituto Nacional de Pesquisas sobre os Oceanos
LEPLAC	Levantamento da Plataforma Continental
MCTI	Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação
Mercosul	Mercado Comum do Sul
MINUSTAH	Missão das Nações Unidas para Estabilização do Haiti
MD	Ministério da Defesa
MRE	Ministério das Relações Exteriores

OTAS	Organização do Tratado do Atlântico Sul
TIAR	Tratado Interamericano de Assistência Recíproca
ONU	Organização das Nações Unidas
OTAN	Organização do Tratado do Atlântico Norte
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PDT	Partido Democrático Trabalhista
PEB	Política Externa Brasileira
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PND	Política Nacional de Defesa
PNRM	Política Nacional para os Recursos do Mar
Proantar	Programa Antártico Brasileiro
RDC	República Democrática do Congo
REMPLAC	Programa de Avaliação da Potencialidade Mineral da Plataforma Continental Brasileira
REVIZE	Recursos Vivos da Zona Econômica Exclusiva Brasileira
SWAPO	Organização do Povo do Sudoeste Africano
SisGAAz	Sistema de Gerenciamento da Amazônia Azul
TNP	Tratado de Não Proliferação de Armas Nucleares
UNCLOS	Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar
UNITA	União Nacional para a Independência Total de Angola
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO.....	15
1	**ENTORNO ESTRATÉGICO BRASILEIRO: UMA GENEALOGIA DO CONCEITO**.....	20
1.1	**O Atlântico Sul na segunda guerra mundial: um oceano à disposição do norte geopolítico**.....	22
1.2	**Guerra Fria: vinculações ideológicas e o pensamento internacional brasileiro sobre o Atlântico Sul**.....	27
1.3	**O Atlântico Sul no pós-guerra fria e fim do regime militar: perspectivas sobre a ampliação do entorno estratégico brasileiro**.....	39
2	**POLÍTICA BRASILEIRA DE DEFESA: A CONSECUÇÃO DE POLÍTICAS E PROJETOS ESTRATÉGICOS PARA O ATLÂNTICO SUL**.....	55
2.1	**Os projetos estratégicos da Marinha do Brasil**.....	57
2.2	**O alargamento da soberania brasileira no Atlântico Sul**.....	62
2.3	**Iniciativas brasileiras para a atuação na Antártida**.....	67
2.4	**A presença de potências extrarregionais**.....	71
3	**POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA: A INICIATIVA DA ZOPACAS**.....	80
3.1	**Zona de paz e cooperação do Atlântico Sul: História e desenvolvimento**.....	81
3.2	**Zopacas e Atlântico Sul em debate na comissão de relações exteriores e defesa nacional do congresso nacional**.....	87
3.3	**Atuação da política externa brasileira para o Atlântico Sul: Iniciativas de cooperação no âmbito da Zopacas e CPLP**.....	92
4	**REFLEXÕES SOBRE UMA GRANDE ESTRATÉGIA DO BRASIL**.....	98
4.1	**Grande Estratégia do Brasil: Aproximações entre a política externa e a política de defesa**.....	100

4.2 **Desenvolvimento conceitual da Grande Estratégia do Brasil pela visão de Celso Amorim**..... 103

4.3 **Iniciativas para a consolidação do Entorno Estratégico Brasileiro ampliado**.... 108

CONCLUSÃO..... 115

REFERÊNCIAS..... 123

INTRODUÇÃO

"Sei que há léguas a nos separar. Tanto mar, tanto mar. Sei também quanto é preciso, pá. Navegar, navegar" (BUARQUE DE HOLLANDA, 1978).

Frente a estes versos de Chico Buarque de Holanda, numa ode à Revolução dos Cravos, com o fim da ditadura Salazarista em Portugal, e que ao mar nos remete, estende-se aqui um convite à leitura para o que virá nas páginas que se seguem nesta dissertação.

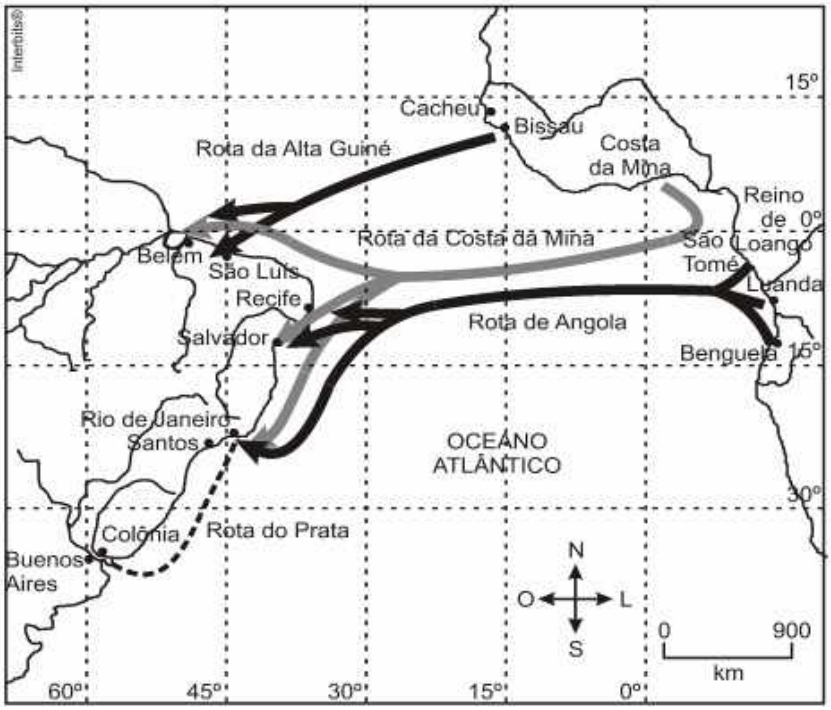
O mar que cerca o território brasileiro, o Atlântico Sul esteve presente no imaginário histórico e na formação do Estado brasileiro e de sua nação. Desde a transferência da corte real de Portugal para o que então veio a ser o Brasil, quando se lançaram as naus ao Mar, na fuga da Família Real Portuguesa, frente às invasões napoleônicas, até os recursos agrícolas e diversos minérios, que pela costa e oceano trafegaram em direção à Metrópole, até a brutal comercialização e tráfico de escravos do continente africano, que atravessavam enclausurados nos navios negreiros, tudo isso perpassou por meio das águas deste oceano.

Assim, desde o período colonial é possível argumentar que o Brasil tem uma forte dimensão marítima, sendo esta uma herança direta de Portugal. No passado histórico brasileiro, pode-se ressaltar alguns momentos em que o Atlântico Sul esteve no cerne desta vocação marítima, tendo sido pano de fundo de diferentes conjunturas históricas e desempenhado múltiplos papéis (PENHA, 2011).

Sua função inicial foi a de rota comercial para a metrópole portuguesa. Em períodos subsequentes, se tornou o elo entre o Brasil e o continente africano, por meio do tráfico negreiro[1], cujas atividades eram uma forma de exercer seu controle, temido pelos ingleses, os quais atuavam como polícia dos mares para apreender navios negreiros clandestinos para que houvesse consonância com os tratados já assinados para eliminar o trabalho escravo. Posteriormente passou a ter papel importante nas exportações dos produtos do extrativismo primário, atividade que ainda acompanha o Brasil.

[1] "As quatro principais rotas dos navios negreiros (ver Figura 1) que ligaram o continente africano ao Brasil foram as da Guiné, Mina, Angola e Moçambique. Elas concentravam o comércio de seres humanos que, na maioria dos casos, eram aprisionados em guerras feitas por chefes tribais, reis ou sobas africanos para esse fim. Os traficantes, principalmente portugueses, mas também de outras nações europeias e posteriormente brasileiros, obtinham os prisioneiros em troca de armas de fogo, tecidos, espelhos, utensílios de vidro, de ferro, tabaco e aguardente, entre outros. Os navios, dependendo do tipo, traziam de 300 a 600 cativos por vez. Entre 10% e 20% deles morriam na viagem" (GELEDÉS, 2017).

Figura 1 – Principais rotas do tráfico negreiro



Fonte: ALENCASTRO, 2000, p. 250.

Passado esse breve olhar a um passado que não deve ser esquecido, e que formou as bases das relações brasileiras com o mar e os países por ele banhados, adentra-se agora nas linhas de esquematização e orientação de pesquisa para o desenvolvimento do trabalho.

A presente dissertação busca analisar o processo de ampliação da definição de Entorno Estratégico brasileiro, ampliando-se de uma vertente continental, para uma outra que também inclui a vertente marítima. Para tal, será feita inicialmente uma genealogia[2] do conceito de entorno estratégico brasileiro, avaliando, em três grandes momentos, as principais mudanças que influenciaram essa ampliação da definição, com ênfase para a inclusão da região do Atlântico Sul.

Busca-se analisar também como houve um processo interação de entre a reconfiguração do entorno estratégico brasileiro e os interesses da Política brasileira de defesa, os interesses da política externa e a legitimação desses interesses com os objetivos das Forças Armadas, com ênfase para a Marinha do Brasil. Sendo a expansão do Entorno Estratégico simultaneamente um processo que legitima as iniciativas da Política Brasileira de Defesa e, ao mesmo tempo, é função dos projetos estratégicos da Marinha do Brasil. Esse processo foi bastante influenciado,

[2] Neste trabalho o uso do conceito genealogia não se traduz no sentido da genealogia filosófica foucaultiana, que é entendida como o "[...] acoplamento do conhecimento com as memórias locais, que permite a constituição de um saber histórico das lutas e a utilização deste saber nas táticas atuais" (FOUCAULT, 2013, p. 171 - 172), mas apenas uma denominação para o recorte temporal e retomada aos antecedentes do processo de Reconfiguração do Entorno Estratégico do Brasil.

inclusive, com a incorporação da dimensão da cooperação e diplomacia para o âmbito do Entorno Estratégico do país, como será abordado no terceiro momento da genealogia do Entorno Estratégico brasileiro, no capítulo seguinte.

Portanto, como ponto de partida, fica definida como pergunta da pesquisa: Como se deu a interação entre as iniciativas da política externa e da política de defesa e a ampliação do Entorno Estratégico – com a inclusão do Atlântico Sul – em um processo que se retroalimenta, legitimando as ações dessas políticas?

O trabalho usa como recorte temporal os dois governos de Luiz Inácio Lula da Silva, além de algum período de continuidade, no governo de Dilma Rousseff, devido ao avanço das discussões e práticas relacionadas ao entorno estratégico brasileiro e, também, às questões referentes à inserção do Atlântico Sul. A escolha desse período é função da ampliação da inserção internacional do Brasil, seja do ponto de vista da ampliação da sua atuação diplomática, seja do ponto de vista da expansão dos objetivos da política brasileira de defesa e uma explicitação das definições dos programas estratégicos das Forças Armadas. Neste sentido, a dissertação tem este recorte, entendendo a importância do período para uma maior aproximação do Brasil com os países do Sul Geopolítico, principalmente aqueles inseridos em seu Entorno Estratégico.

A metodologia que guia a pesquisa é a qualitativa analítica, tendo como método a investigação dos documentos declaratórios da defesa do Brasil, como a Estratégia de Defesa Nacional, o Livro Branco de Defesa Nacional e a Política Nacional de Defesa. Também são avaliados os discursos e apresentações no âmbito da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CREDN). Por fim, recorreu-se também à uma revisão bibliográfica de artigos, dissertações e teses, avaliando desde questões mais conceituais sobre Entorno Estratégico Brasileiro, até outras que deram ênfase à importância do Atlântico Sul, na reconfiguração da área de interesse geopolítico do Brasil.

A hipótese que será trabalhada para a verificação da pergunta de pesquisa é a de que o governo brasileiro, no período analisado, com a reafirmação oficial – por meio dos documentos declaratórios da Defesa – de que o Atlântico Sul é parte fundamental de seu entorno estratégico, passou a formular e implementar políticas públicas e estratégias que buscaram assegurar a proteção da região marítima de jurisdição brasileira – a Amazônia Azul –, assim como uma atuação no Atlântico Sul. Com isso, buscou reforçar a sua presença na vertente marítima do seu Entorno Estratégico ampliado, aliando a atuação militar dissuasória, em coordenação com a dimensão da cooperação e diplomacia, num diálogo constante entre a Política Externa e Política de Defesa.

Assim, a fim de esquematizar a pesquisa, e avaliar tal hipótese de trabalho, tem-se como objetivo geral a análise de como o país tem lidado com as orientações da Política Brasileira de Defesa e da Política Externa, no tocante à sua atuação no Atlântico Sul, e como este tema se relaciona com a ideia de ampliação do entorno estratégico brasileiro. No tocante aos objetivos específicos, visa analisar o que vem sendo discutido e implementado nos meios militares, principalmente na Marinha do Brasil, acerca dos projetos desenvolvidos na projeção para o Atlântico Sul; procura-se também analisar de que forma a Política Externa Brasileira foi orientada para respaldar o elemento dissuasório, por meio da cooperação e fortalecimento dos mecanismos multilaterais, com destaque para as questões que envolvem a Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (Zopacas).

Para além desses objetivos, há alguns elementos de relevância para a pesquisa, que tangenciam tais objetivos. Assim acrescenta-se por exemplo a questão da existência de atores extrarregionais que possam ameaçar a consolidação do Atlântico Sul como zona pacífica e desnuclearizada; a ocorrência de um debate doméstico, no âmbito do Congresso Nacional e da Comissão de Relações Exteriores e Defesa da Câmara e Senado, acerca da importância do Atlântico Sul; e a avaliação das iniciativas de cooperação em defesa, seja no âmbito bilateral, seja no âmbito multilateral, por meio da Zopacas, ou da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP).

Quanto à estrutura da dissertação, foi apresentado nesta introdução um panorama geral da temática e linhas gerais a serem trabalhadas, além da exposição da pergunta de pesquisa, hipótese central, metodologia a ser aplicada, objetivos e variáveis de trabalho, que auxiliam na linha de argumentação da pesquisa, e no próprio desenvolvimento desta. Abaixo, apresenta-se a esquematização de cada capítulo, perpassando pelas temáticas que serão abordadas em cada seção.

O primeiro capítulo consistirá em uma análise do Entorno Estratégico brasileiro, a partir do desenvolvimento de uma genealogia do conceito. Para tal, será trabalhada a ideia de que a atual definição de entorno estratégico brasileiro – utilizado nos documentos declaratórios da política brasileira de defesa – passou por uma reformulação, com a inclusão posterior do Atlântico Sul e Antártida, em parte pelas mudanças na conjuntura internacional – Segunda Guerra Mundial e Guerra Fria –, mas também por uma influência da produção de diversos autores do Pensamento Geopolítico e Militar Brasileiro, tanto civis, como militares, que pensaram o Brasil e a sua inserção no contexto internacional, trazendo novas ideias e orientações para as perspectivas mais atuais de ampliação da definição do Entorno Estratégico.

No segundo capítulo será avaliada a evolução da inserção internacional do Brasil no Atlântico Sul e os seus principais desafios estratégicos, a partir da hipótese de que o Brasil busca reconfigurar seu entorno estratégico, por meio da projeção no Atlântico Sul, conciliando as ações de política externa e de defesa. Para tal, será feita, primeiramente, uma breve contextualização situando as ações brasileiras para o Atlântico Sul nos últimos anos. Em seguida, buscar-se-á avaliar a atuação da Marinha do Brasil e seus projetos estratégicos, além da presença brasileira na Antártida. Também será analisada a presença das potências extrarregionais no Atlântico Sul e suas consequências para o Brasil. E, por fim, uma breve discussão sobre a ampliação da soberania brasileira na sua zona jurisdicional no mar.

O terceiro capítulo apresenta uma narrativa do processo histórico que resultou na conformação da proposta brasileira da Zopacas, além das principais discussões e ações advindas das reuniões interministeriais, bem como o papel delas no amadurecimento da Zopacas. Também será trabalhado no capítulo uma dimensão doméstica, trazendo à tona os debates presentes em documentos da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Congresso Nacional, tanto da Câmara dos Deputados, como no Senado Federal, além de documentos como os Diários da Câmara e Senado Federal, principalmente com discursos dos parlamentares. Ainda neste capítulo também será debatida a atuação mais recente da Política Externa do Brasil para o Atlântico Sul, mostrando a maior consonância entre as ações do Ministério da Defesa (MD) e Ministério das Relações Exteriores (MRE) no debate da Zopacas e nas questões de segurança do Atlântico Sul, principalmente na promoção de acordos e projetos de cooperação na área de defesa e segurança, junto aos países banhados pelo Atlântico Sul.

No quarto capítulo será analisada a conformação do que tem sido denominado a Grande Estratégia Brasileira, cujo cerne é a vinculação entre a Política Externa e a Política de Defesa. Dessa maneira, em um primeiro momento, será analisado o conceito de Grande Estratégia na literatura pertinente, ressaltando sua ampliação e descolamento do conceito simplesmente bélico de estratégia. Em um segundo momento, será avaliado como que os documentos declaratórios de defesa, especialmente a Estratégia Nacional de Defesa e as elaborações teóricas de Celso Amorim no desenvolvimento do conceito de Grande Estratégia do Brasil vincularam dissuasão e cooperação e Política Externa e Política de Defesa.

Para concluir a dissertação, no que tange as considerações finais, será feito um apanhado geral do trabalho, avaliando os impactos das ações brasileiras discutidas ao longo dos capítulos, e quais perspectivas e desafios ainda estão em aberto, e que são possíveis agendas de pesquisas futuras.

1 **ENTORNO ESTRATÉGICO BRASILEIRO: UMA GENEALOGIA DO CONCEITO**

O conceito de entorno estratégico tem sua primeira utilização oficial nos documentos declaratórios da Política Brasileira de Defesa. Foi utilizado incialmente na Política Nacional de Defesa (PND) de 2005 e na Estratégia Nacional de Defesa (END) de 2008, que posteriormente originou o Livro Branco de Defesa Nacional (2012).[3]

Este conceito teve grande importância, dentre as prioridades da Política Externa Brasileira (PEB) nos governos de Lula e Dilma, além de ter sido utilizado principalmente nos discursos do ex-ministro de Relações Exteriores Celso Amorim, do seu ex-Secretário Executivo, Samuel Pinheiro Guimarães, e do ex-presidente Lula.

Tendo como base os documentos declaratórios, ainda que não indiquem uma definição concreta, o conceito pode ser entendido como um conjunto de regiões geográficas estratégicas situadas no entorno do Brasil, que são consideradas prioritárias pelas autoridades brasileiras, seja para garantir a defesa do país contra ameaças externas, concretas ou potenciais, quanto para exercer influência, com uma perspectiva de uma atuação de liderança militar, política, diplomática e econômica (SOIS; ROEDEL, 2015, p. 569).

Conforme aponta Penna Filho (2015b, p. 1), na perspectiva oficial, "o entorno estratégico brasileiro, tal como descrito pela Política Nacional de Defesa, é amplo. Ele contempla a América do Sul, o Atlântico Sul, os países lindeiros africanos e a Antártida".

Dessa maneira, o Entorno Estratégico é uma região que apresentou diversos desafios estratégicos, ao longo da história brasileira, tendo nuances diferentes na forma como o Brasil atuou, que foram influenciadas, em grande medida, pelas diferentes conjunturas nacionais e internacionais, seja a ocorrência das grandes guerras, ou períodos de disputas ideológicas e hemisféricas da Guerra Fria, até mesmo ao estabelecimento do regime civil-militar brasileiro.

Este primeiro capítulo terá como objetivo uma análise do conceito de Entorno Estratégico brasileiro, a partir da formulação de uma genealogia deste conceito. Parte-se da hipótese de que o atual conceito de entorno estratégico brasileiro – utilizado nos documentos declaratórios da política brasileira de defesa – passou por uma reformulação, com a inclusão posterior do Atlântico Sul e Antártida, em partes pelas mudanças na conjuntura internacional – com os adventos da Segunda Guerra Mundial e Guerra Fria –, mas também por uma influência da

[3] Vale mencionar que o conceito de Entorno Estratégico aparece como "Espaço Regional", quando se aborda que o espaço geográfico do Brasil vai além da América do Sul, abrangendo também o Atlântico Sul (PDN, 1996).

produção de diversos autores do Pensamento Geopolítico e Militar Brasileiro, tanto de civis, como militares, que pensaram o Brasil e a sua inserção no contexto internacional.

Para tal, a fim de apresentar como será realizada a genealogia do conceito de Entorno Estratégico Brasileiro, a ser proposta neste capítulo, haverá uma divisão em três momentos. Os dois primeiros momentos irão apresentar quais são os antecedentes do conceito. O primeiro momento, no contexto da Segunda Guerra Mundial, contará com uma análise da importância estratégica do Brasil para os países do Norte Geopolítico, em especial os EUA. Neste momento, será avaliado como o entorno estratégico brasileiro se manteve sob tutela e influência dos EUA, mediante o transbordamento do conflito para além do *front* europeu e também pelo alinhamento brasileiro, em busca de um reaparelhamento de suas Forças Armadas.

Em seguida, o segundo momento, partirá de uma retomada ao pensamento militar e geopolítico brasileiro – já em um contexto da Guerra Fria – que olha o Brasil e sua inserção no ambiente internacional, para além de suas fronteiras terrestres.

Dessa maneira, serão abordadas as perspectivas de diversos autores deste pensamento, perpassando por suas análises da importância estratégica do Atlântico Sul. Ainda neste segundo momento, serão avaliadas as principais formulações conceituais que ajudaram a moldar a atual definição do conceito de Entorno Estratégico, trazendo os conceitos análogos e esquematizações geopolíticas que se tornaram as bases do conceito de Entorno Estratégico adotado pelos documentos declaratórios da Defesa.

Por fim, no terceiro momento, já no contexto do pós-Guerra Fria e fim do Regime Civil-Militar brasileiro, serão definidas as bases da ampliação do conceito Entorno Estratégico Brasileiro, com a inclusão do Atlântico Sul, ressaltando as principais inflexões e acontecimentos que levaram o Brasil a ampliar sua atuação para a vertente marítima do seu Entorno Estratégico. E, mais importante, será ressaltada a principal inovação que permitiu tal ampliação do conceito, que foi o uso da dimensão da cooperação – junto à dissuasória – permitindo que o Brasil atuasse nas vertentes continental e marítima do seu Entorno Estratégico.

A fim de orientar a linha de pensamento a ser desenvolvida no capítulo, formulam-se aqui algumas questões que terão importância para orientar as seções seguintes. Dentre as questões, destacam-se: (i) Quais as definições atuais de entorno estratégico brasileiro, e de que maneira os documentos de defesa e o pensamento estratégico brasileiro contemporâneo definem o conceito? (ii) Que autores, civis e militares, avaliaram a presença e projeção internacional do Brasil, para além da América do Sul, em momentos anteriores aos governos Lula e Dilma? (iii) Quais os antecedentes conceituais que auxiliaram e contribuíram para a reconfiguração do entorno estratégico brasileiro?

1.1 **O Atlântico Sul na Segunda Guerra Mundial: Um oceano à disposição do Norte Geopolítico**

Nesse primeiro momento dos antecedentes do Entorno Estratégico Brasileiro, o Atlântico Sul tinha como principais características os eixos ligados à sua defesa, segurança e à ideia de um alinhamento com a potência estadunidense. Esta vinculação ganhou força mediante a ocorrência da Segunda Guerra Mundial e alguns acontecimentos posteriores, como a entrada dos EUA no conflito, o avanço do eixo para o *front* africano, além dos ataques das forças submarinas alemães aos navios aliados. Essa conjuntura bélica favoreceu um avanço das iniciativas estadunidenses no ambiente do Entorno Estratégico Brasileiro (MOURA, 1979, p. 116).

Dessa maneira, com o início da Segunda Guerra Mundial, novas circunstâncias iriam atuar no sentido de uma maior dinâmica de interesses estratégicos relacionados ao Atlântico Sul. Nessa conjuntura, houve uma maior aproximação entre o Brasil e os EUA, que se deu após um curto período de equidistância pragmática[4] nas relações exteriores, tendo o início do conflito na frente europeia levado o governo Vargas a reorientar a sua política externa em direção a um alinhamento mais estreito com os Estado Unidos.

Ainda no final de 1941, havia dois impasses nas relações Brasil-EUA, em relação ao desenvolvimento de sua aliança. Como argumenta Moura (1979), as duas questões eram:

> (…) o fornecimento de armamento requisitado pelos militares brasileiros e a questão da defesa do Nordeste. Como vimos no Capítulo II, o Brasil já concedera uma série de privilégios aos Estados Unidos naquele ano. Estes incluíam permissão para a Força do Atlântico Sul, sob o comando do Almirante Jonas Ingram, usar os portos de Recife e Salvador, a construção ou ampliação de bases aéreas no Norte e Nordeste do Brasil, e permissão para transportar aviões e suprimentos via o Brasil para ajudar a campanha britânica no norte da África. Além disso, chegou um esquadrão de aviação naval dos Estados Unidos para conduzir patrulhas navais na "saliência" brasileira. No entanto, o objetivo principal dos militares estadunidenses – a presença de tropas suas no Nordeste – não havia sido atingido ainda (MOURA, 1979, p. 89).

[4] A posição neutra foi a escolha inicial do Presidente Getúlio Vargas que, no exercício da equidistância pragmática, buscava aumentar o comércio negociando vantagens para o Brasil com ambos os lados, tanto com os países do Eixo, como com os Aliados (Regina et al., 2017).

Merece destaque ainda um dos momentos cruciais no tocante ao avanço hegemônico dos EUA para todo o continente americano, que foram as decisões da III Reunião dos Ministros das Relações Exteriores, ocorridas em janeiro de 1942. Segundo Moura (1979), a reunião, além de recomendar o rompimento das relações diplomáticas e comerciais com o Eixo,

> (…) assegurou aos Estados Unidos a compra exclusiva de materiais estratégicos e controle absoluto de sua distribuição no continente nos anos seguintes. A Reunião também garantiu aos Estados Unidos tratamento preferencial no comércio interamericano e proteção aos seus investimentos. Em nome do esforço de guerra, ela subordinou os projetos econômicos do continente aos interesses dos Estados Unidos e dedicou pouca atenção ao verdadeiro desenvolvimento industrial da América Latina. Ela assentou as bases para o estabelecimento de coordenação policial e militar por todo o continente sob a liderança estadunidense. E, por último, todas estas decisões foram implementadas não como resultado de pressões explícitas dos Estados Unidos, mas como parte de um esforço na direção da "colaboração hemisférica" (Idem, 1997, p. 116).

O Brasil, dentre os países da América do Sul, foi o primeiro a aderir a um dos lados do conflito, quando se posicionou a favor dos Aliados no ano de 1942. Ao optar pela aliança formada por países como EUA, Reino Unido e União Soviética, o Brasil rompeu relações com as potências do Eixo, que incluíam a Alemanha, Itália e Japão, e afastou-se da neutralidade que defendia nos primeiros anos da guerra (REGINA et al., 2017).

Para além das mudanças de relações advindas do início do conflito, convém destacar a importância geográfica e estratégica do Brasil para os Estados Unidos. Esta residia em uma motivação associada à necessidade de controle das bases no Nordeste brasileiro, que seriam vitais para a defesa hemisférica – principalmente na área referente ao entorno estratégico dos continentes americanos – e, principalmente, para as linhas de comunicação e movimentação de suprimentos, que eram ligadas por meio do Atlântico Sul, em direção à frente de Guerra na Europa e África.

Além disso, o Atlântico Sul também era fundamental para a própria projeção de poder estadunidense e auxílio, por via aérea, aos aliados que lutavam na África do Norte, Europa e Extremo Oriente. Com isso, vale ressaltar que o Atlântico Sul, conforme argumenta Penha (2011), só despertava o interesse do Brasil

> (…) no quadro mais geral da defesa do Ocidente, onde o Brasil deveria participar e também legitimar as suas reivindicações no esquema de alianças com os EUA, numa espécie de 'barganha local'. (…) O Brasil tinha um interesse marginal, pois a dependência do Ocidente em relação ao tráfego na região era pequena e o perigo de um confronto entre as superpotências, no teatro marítimo do Atlântico Sul, parecia improvável. Além disso, os principais pontos de passagem e estrangulamento já estavam controlados pelas potências ocidentais, o que resultava em um agravamento da situação de marginalização da região em relação à política mundial (PENHA, 2011, p. 90).

Dessa maneira, o principal elemento – favorável ao governo brasileiro – para uma barganha nos acordos com as potências do Norte era a sua posição geográfica favorável, principalmente a do saliente nordestino[5], que, com o advento da guerra, fazia do Nordeste no Atlântico Sul uma área de ligação aérea entre a Europa e as Américas, a África, a Europa e até o Oriente Médio. Além disso, o controle e vigilância da região servia para "fazer frente a qualquer pretensão nazista de invadir a América, o que levava os *marines* estadunidenses a montaram uma linha defensiva iniciada na costa atlântica estadunidense, indo até a região do Saliente Nordestino" (CRUZ, 2012).

Em relação aos interesses dos EUA no Brasil, conforme aponta Alves (2005), é possível ressaltar alguns pontos de importância do Brasil para os EUA, em ordem decrescente:

> O primeiro fator seria devido à necessidade de controle de bases no Nordeste brasileiro, vitais para a defesa hemisférica e do Atlântico Sul e, posteriormente, para a própria projeção de poder norte-americana e auxílio, por via aérea, aos aliados lutando na África do Norte, Europa e Extremo Oriente. O segundo se deve ao desejo de exclusividade na compra de importantes matérias primas minerais e produtos tropicais brasileiros. Já o terceiro motivo seria devido ao grande peso político regional do país, cujo apoio era vital para a consagração da política pan-americana dos estadunidenses" (ALVES, 2005, p. 9).

As autoridades militares estadunidenses insistiam que houvesse permissão para que soldados e pilotos estadunidenses viessem ao Brasil para defender as novas bases aéreas no Nordeste. Além disso, essa preocupação dos EUA mostrava que "as bases eram não apenas parte do sistema de defesa hemisférica, mas também elos nas rotas do Atlântico Sul em direção à África e ao Oriente Médio. Na realidade, esta era a única rota entre os hemisférios no começo de 1942" (MOURA, 1979, p. 95).

[5] O Saliente Nordestino era "essencial na defesa do continente, por esta razão a localidade costeira ganhou algumas denominações: "Cinturão do Atlântico", "Pote de Ouro", "Corredor da Vitória" e "Trampolim para Vitória". A palavra trampolim é uma representação de algo que não existe por si só, mas para dar impulso, ser uma área de transição ou servir de degrau para se chegar a outro ponto. O salto para a vitória só seria possível em três circunstâncias: 1 - quando as tropas nazifascistas fossem expulsas da África; 2 - os submarinos eixistas deixassem de ser uma ameaça ao mundo naval brasileiro; 3 - as bases aeronavais brasileiras contribuíssem para a vitória definitiva dos Aliados" (CRUZ, 2012)

Figura 2 – Posição estratégica do Brasil na 2ª guerra mundial

Oswaldo Aranha, segundo Regina et al. (2017),

> garantiu que os EUA estabelecessem acordos para fortalecer as Forças Armadas brasileiras, em troca da adesão e da participação do país no conflito. A colaboração militar entre os dois países foi formalizada com a criação, em maio de 1942, da Comissão Mista de Defesa Brasil - Estados Unidos, com sede em Washington. Destacam-se os acordos de Lend-Lease, em que os EUA se comprometiam a fornecer armas e munições de guerra e o Brasil cedia a utilização de bases militares no Nordeste. A posição geográfica de Natal era estratégica para o esforço de guerra, em relação ao norte da África, ocupado pelos alemães, a defesa do Nordeste, o controle do Atlântico Sul pelos EUA e o envio de material de guerra para as tropas aliadas na África. (…) Pelo Lend-Lease, o Brasil recebeu mais de seis bilhões de cruzeiros, o que correspondeu a aproximadamente 30% do orçamento brasileiro utilizado na guerra (REGINA et al., 2017, p. 20).

Outro ponto que merece destaque é o fato da experiência da guerra anti-submarina ter marcado a Marinha brasileira. Os navios de linha disponíveis à Marinha do Brasil no início da década de 1940, eram, em sua maioria, obsoletos e de nenhuma serventia contra os principais alvos da época, os submarinos alemães. Além disso, a doutrina e as táticas ensinadas também não levavam em conta esse formato inédito de guerra. Como resultado, existia completa incapacidade da força naval nacional em lidar com uma ameaça submarina. A solução parecia ser justamente buscar um reaparelhamento por meio da aliança com os Estados Unidos, formalizando acordos que ajudassem a reestruturar as forças navais brasileiras (ALVES, 2005, p. 11).

No entanto, convém apontar como essa aliança entre o Brasil e os EUA não foi necessariamente resultado meramente de laços históricos entre os países. Conforme aponta Moura (1979):

> A aliança Brasil-EUA não era nem um resultado "natural" de elos históricos comuns entre os dois países, nem exemplo de uma "boa vontade" unilateral. A aliança era resultado de um processo de negociações continuadas e duras entre os dois países. Naturalmente, a posição desigual das partes na política internacional dava capacidades totalmente diferentes a cada uma, e levava-as a fazer reivindicações diferentes. Se o fornecimento de armas ao Brasil fortaleceria suas forças armadas, o controle militar estadunidense tanto das bases militares no Nordeste quando do tráfego costeiro brasileiro permitira o controle estratégico da América do Sul como um todo (MOURA, 1979, p. 117).

Durante a guerra, em termos navais, a proteção da navegação na costa brasileira coube primordialmente às forças estadunidenses, atuando a Marinha do Brasil subsidiariamente. Mesmo o papel coadjuvante só foi possível graças à incorporação de algumas embarcações modernas em construção no arsenal de Marinha e, especialmente, em virtude da transferência de navios norte-americanos especializados nesse tipo de combate, por meio do *lend-lease* (VIDIGAL, 1985).

Um assunto de grande importância, levantado após o alinhamento brasileiro, era resolução da questão sobre a cooperação das forças armadas estadunidenses e brasileiras quanto à defesa do Atlântico Sul, dentro da perspectiva de defesa hemisférica. Neste quesito, a proximidade entre a Marinha e a "US Navy" conseguiu dar resultados rápidos (DAVIS, 1996, p.35). A colaboração das duas marinhas e os enormes recursos cedidos ao Brasil transformariam a Marinha brasileira, modernizando-a e tornando-a uma eficiente força antissubmarino (VIDIGAL, 1985, p. 89). Segundo Alves (2005), no reforço dos EUA à Marinha do Brasil destacam-se as seguintes transações de cooperação e ajuda militar:

> (…) um total de 24 embarcações foram cedidas pelos Estados Unidos ao Brasil, de fins de 1942 até princípios de 1945. Desse total, 16 eram pequenos navios do tipo caça-submarino, adequados primordialmente para o combate aos U-boats em águas costeiras, além de oito contratorpedeiros de escolta classe Bertioga, dotados de radar e sonar. Estes, para além de sua capacidade anti-submarina, constituíram acréscimo destacado ao poder da esquadra nacional regionalmente. Ao final da guerra, a Marinha brasileira era a única do continente com grande experiência de combate anti-submarino, e a esquadra nacional, com 11 unidades modernas, mais seis em construção no arsenal da Ilha das Cobras, parecia, pelo menos, poder equiparar-se com a do histórico rival austral (ALVES, 2005, p. 11).

Ainda durante a Segunda Guerra, cabe destacar a presença de navios alemães nas águas Antártidas e sub-Antártidas, utilizando muitas vezes as ilhas daquela região como refúgio e, também, para o ataque aos navios baleeiros de países inimigos. O objetivo primordial seria a obtenção do óleo de baleia, que era utilizado para fabricação da nitroglicerina, importante explosivo para uso nos conflitos.

Com isso, os britânicos realizaram a Operação Tabarin (1943-1944), oficialmente para combater esses navios alemães, mas, na verdade, para estabelecer uma firme posição para o Reino Unido naquela região, impedindo uma possível ação alemã em coordenação com a Argentina, que até então, era neutra na guerra, mas com grandes indícios de alinhamento com o regime nazista, para obter controle do Estreito de Drake (DAY, 2012).

1.2 Guerra Fria: vinculações ideológicas e o pensamento internacional brasileiro sobre o Atlântico Sul

Neste segundo momento de antecedentes da genealogia do Entorno Estratégico Brasileiro, mostrar-se-á como o Entorno brasileiro ainda tinha forte vinculação à uma vertente continental, que estava envolvida em uma vinculação ideológica e de segurança hemisférica, nas sombras dos EUA. Este, no contexto da Guerra Fria, se posicionava numa escala global, em uma dimensão de disputa política, ideológica e estratégica com a União Soviética. Essa conjuntura da bipolaridade criada em torno das duas superpotências, EUA e URSS, conforme aponta Penha (2013):

> (…) levou os estudiosos a introduziram uma nova abordagem analítica e operacional denominada Geoestratégia, isto é, um enfoque que desse conta da articulação da geopolítica com a estratégia militar de âmbito global. Na concepção dos militares norte-americanos, a Geoestratégia procurava definir uma estratégia global a ser seguida pelos países ocidentais "livres", num esforço conjunto de contenção do avanço do comunismo soviético (PENHA, 2013, p. 79)

Diante disso, é possível argumentar que durante a Guerra Fria, os países do continente americano viveram sob a ótica da estratégia de contenção praticada pelos Estados Unidos, cujo objetivo era deter o avanço soviético em qualquer lugar que ele se manifestasse. Para tal, mediante a sua pujança industrial e militar, reservava-se aos EUA a posição de liderança frente aos países do ocidente, numa perspectiva de segurança hemisférica, garantida pelos estadunidenses (Idem, 2013, p. 79).

Assim, a própria ação da Junta Interamericana de Defesa (JID) – cumprindo com sua função de fazer estudos, emitir recomendações e preparar planos de defesa comum – levou à formulação de hipóteses para a defesa do continente, indo desde questões correlatas à "guerra revolucionária", até a própria "guerra limitada ou intervenção militar consentida" e a possibilidade de algum ataque armado soviético, no âmbito de uma guerra geral (AGUILAR, 2009, p. 81).

Como as forças sul-americanas teriam papel subsidiário na defesa do Atlântico Sul e do Pacífico, os EUA conceberam e patrocinaram diversas manobras conjuntas com as marinhas do continente. Embora a marinha dos EUA já tivesse realizado exercícios menores com outras marinhas do continente, como a Operação Neptuno com a Armada Argentina, a primeira grande manobra conjunta com forças navais sul-americanas foi a Operação UNITAS, iniciada em 1959 e realizada até os dias de hoje (Idem, 2009, p. 83).

Além dos exercícios patrocinados pelos Estados Unidos, no final da década de 1960 as marinhas do Brasil e da Argentina iniciaram a realização de operações conjuntas como a Atlantis (exercícios de Estado-Maior Conjunto em guerra de superfície, anti-submarino, antiaérea e eletrônica) que passou a contar também com a participação de meios navais uruguaios. Na década de 1970, a Armada Argentina criou a operação Cimarrón com a Armada do Uruguai, também promovendo uma cooperação e atividades militares conjuntas (Idem, 2009, p. 153).

Em relação aos países sul-atlânticos e ao Atlântico Sul, nesse contexto, encontravam-se, respectivamente, "destinados a fornecer matérias-primas e o oceano servindo apenas como via de comunicação marítima para o comércio ocidental" (PENHA, 2013, p. 80). Além disso, os dispositivos do TIAR, reunindo os EUA e América Latina e a inclusão da África na Defesa Euro-Atlântica comandada pela OTAN, contribuíram para dissolver as possibilidades de valorização da bacia- sul-atlântica, divididas pelos interesses imperialistas colonialistas das potências europeias e dos EUA" (Idem, 2013, p. 80).

Todavia, um ponto de inflexão para a revalorização estratégica do Atlântico Sul se desenvolve com o movimento de descolonização do continente africano e com o vazio estratégico que se criou com a saída das potências europeias, abrindo espaço para uma maior atuação soviética, principalmente na África Austral, com interesses em aumentar sua área de influência sobre a região do Atlântico Sul (Idem, 2013, p. 81).

Outro ponto de relevância para essa revalorização, foi a crescente fragilidade do TIAR, que passava por suas primeiras demonstrações de crise, quando em fins dos anos 1950, os países sul-americanos, com destaque para o Brasil, passaram a adquirir equipamentos militares e armamentos na Europa, mesmo com oposição estadunidense. O ponto fulcral da crise viria mais tarde, com a Guerra das Malvinas, que "materializou o ápice da fragilidade do sistema de defesa hemisférica, pois manifestou não apenas a crise do TIAR, mas a suposta lealdade das alianças ocidentais, ao envolver países aliados (Argentina e Grã-Bretanha) no mesmo conflito" (Idem, 2013, p. 81).

Dessa maneira, sob a ótica da Guerra Fria, o cenário geopolítico do Atlântico Sul, em especial do lado africano, tinha a OTAN dispondo da África do Sul, por meio da Grã-Bretanha, e a crescente presença da URSS em Angola, sendo o bastião avançado de penetração da influência soviética no continente africano. Posteriormente, com o acordo soviético-moçambicano, de 1977, a URSS passou a contar com esse país para realizar manobras navais na região da rota do Cabo, "aumentando o temor de que a União Soviética pudesse provocar estragos na circulação de petróleo e minerais estratégicos para o Ocidente" (Idem, 2013, p. 84).

Em síntese, essa atuação soviética na África se amplia com a formação de uma linha de frente, contando com a parceria da URSS junto à Angola, Botsuana, Moçambique, Tanzânia e Zâmbia, que de certa forma serviam de isolamento ao regime da África do Sul e diminuía a dependência desses países ao sistema de estradas de ferro e portos sul-africanos (BUTTS; THOMAS, 1986). Junto disso, a presença dos soviéticos e cubanos na África passou a romper, parcialmente, com o monopólio ocidental e a resgatar a importância estratégico-militar do Atlântico Sul, principalmente por meio da doutrina Gorshkov, que vai orientar as ações soviéticas neste oceano (PENHA, 2013, p. 85).

Diante disso, no final da década de 1970, com a possibilidade de aumento da presença da marinha soviética no Atlântico Sul – principalmente na costa africana – foi debatida a ideia de criação de um mecanismo de defesa coletiva nos moldes da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) compreendendo Brasil, Argentina, Uruguai e África do Sul, sendo sondada, também, a presença do Paraguai.

No entanto, para o Brasil, o Atlântico Sul era prioritário em razão da sua imensa costa e das rotas comerciais marítimas e o governo não percebia uma ameaça que justificasse a criação da chamada Organização do Tratado do Atlântico Sul (OTAS). A conclusão brasileira, à época, era a de que tal tratado em nada somaria à segurança dos países envolvidos, seria inócuo pois a força naval dos envolvidos não era compatível com a área a ser defendida, podendo ainda ser prejudicial aos interesses nacionais em relação à África (ALENCASTRE, 1980, p. 46).

Refletindo agora acerca da questão das vinculações ideológicas, num contexto de sobreposição do entono hemisférico – sob tutela dos EUA – sobre o Entorno Estratégico brasileiro, ressaltar-se-á aqui, primeiro como se dá a percepção de que o Brasil devia desenvolver suas potencialidades para sua vertente marítima. E ademais, como o arcabouço e gênese do pensamento e formulações geopolíticas brasileiras tiveram influência da ideologia defendida pela potência estadunidense.

Mesmo que ocupando uma posição relevante e ter seu núcleo geo-histórico assentado em torno do Atlântico Sul, o Brasil não se constituiu em um Estado marítimo, nem sequer desenvolveu uma política sistemática para integrar o oceano na política nacional brasileira, até meados da década de 1970. Conforme aponta Penha (2013):

> Uma das razões foi a disposição de um imenso espaço continental aberto à colonização de tal forma, que as políticas nacionais não incluíram o mar como elemento primordial ao desenvolvimento da nação. (…) A percepção da vulnerabilidade estratégica e econômica do Brasil, contudo, levou muitos analistas a projetarem a uma geopolítica brasileira para o Atlântico Sul, a partir dos seus fatores geográficos de espaço e posição que, em caso de conflitos, poderiam ser usados como barganha política e econômica (PENHA, 2013, p. 89).

Adiante serão abordadas as questões da inserção internacional brasileira, que ganharam destaque na obra de diversos autores do pensamento geopolítico, militar e internacional sobre o país. O Brasil, mediante sua configuração territorial e dimensões geográficas, apresenta em seu espaço territorial uma variedade de regiões internas que perpassam o ambiente amazônico, platino e a costa atlântica. Com isso, o Brasil tem diante de si um estímulo a produzir políticas públicas e iniciativas de projeção de poder, tanto pelo viés da sua vocação continental, como também pela sua vocação marítima.

Para entender a relevância da dimensão continental – e como ela se relaciona com a marítima –, basta resgatar as análises de um dos primeiros pensadores das bases da geopolítica brasileira, o General Mario Travassos. Em sua obra Projeção Continental do Brasil, publicada em 1931, embora não tenha desenvolvido reflexões marítimas específicas para o Atlântico Sul, foi o primeiro a admitir a influência que certos fatores geográficos relacionados ao mar, como a hidrografia e portos, poderiam ter na projeção geopolítica brasileira. Por isso, o autor é lido como um precursor das reflexões atlânticas no pensamento geopolítico brasileiro (PENHA, 2013, p. 92).

Quando vislumbra que a projeção continental brasileira deveria conter também uma dimensão atlântica, Travassos (1935, pp. 110 - 111), afirma que a "dimensão atlântica também é um eixo integrador do território brasileiro, ainda que sejam proeminentes as contradições entre a vertente atlântica e pacífica sul-americana, bem como a dinâmica geoeconômica e geopolítica das bacias hidrográficas platina e amazônica". Em suma, Travassos, ainda que influenciado por perspectivas geopolíticas que priorizavam o elemento terrestre na rivalidade entre potências, deu destaque ao problema do Mar para o futuro do Brasil. Nesse sentido, focou a sua análise nas dinâmicas de poder da Bacia do Prata e na importância das linhas de comunicação fluviais interiores como instrumentos da balança de poder do Brasil contra a

Argentina, na época a principal rival do Brasil pela sua preponderância regional (TRAVASSOS, 1935).

Nos momentos posteriores à produção de Travassos, principalmente em fins dos anos 1940 e no decorrer da década de 1950, vale ressaltar que as formulações geopolíticas brasileiras, como aponta Penha (2013):

> Incorporaram definitivamente a dimensão atlântica, decorrente de duas ordens de acontecimentos. O primeiro deles refere-se à assinatura, em 1947, do TIAR que atribuía um status estratégico ao Atlântico Sul, nos marcos da doutrina de segurança hemisférica. O segundo sendo a criação da Escola Superior de Guerra (ESG), em 1949, e que seria responsável pela formulação, no plano interno da Doutrina de Segurança Nacional. (…) Como resultado, as reflexões geopolíticas brasileiras aparecerão como um problema estratégico definido a partir da doutrina da segurança hemisférica e da Doutrina de Segurança Nacional. Por conta disso, a ESG[6] vai desempenhar um papel fundamental nas reflexões geopolíticas, inclusive no Atlântico Sul (PENHA, 2013, p. 92).

A seguir será trabalhado com maior ênfase como os autores, que escreveram posteriormente à Travassos, analisaram a inserção e atuação do Brasil na sua dimensão marítima e sul-atlântica. Com isso, busca-se mostrar como essa dimensão esteve presente não apenas no pensamento geopolítico e militar brasileiro, como também teve destaque no pensamento de acadêmicos, que discutiram o Brasil e sua atuação internacional. Nesse sentido, vale sublinhar que a vertente marítima está diretamente relacionada à formação histórica da sociedade brasileira, representando uma das principais linhas de defesa do país. Ademais, como postula Ribeiro Luis (2012a)

> A maior parte da população, bem como dos centros econômicos e políticos, concentra-se próximos ao litoral brasileiro. Além disso, a importância da região atlântica, e mais precisamente do Atlântico Sul, tende a aumentar devido às recentes descobertas de recursos energéticos encontrados na plataforma continental brasileira, ainda em processo de delimitação de acordo com a Convenção das Nações Unidas sobre Direito do Mar de 1982 (RIBEIRO LUIS, 2012a, p. 3).

Antes de adentrar nos próximos autores, merece ser apontado, que vários desses pensadores, muitas vezes com pontos de vistas distintos, ressaltaram um ponto comum, que era a importância de uma visão sul-atlântica na estruturação da defesa ocidental anticomunista, buscando, principalmente conceder ao Brasil um maior protagonismo na defesa do oceano (PENHA, 2013, p. 93).

---

[6] "A importância da ESG no período em que foi criada, era de reunir as principais reflexões estratégicas e canalizá-las para um único objetivo em torno do binômio "Segurança e Desenvolvimento". Sobre o Atlântico Sul os primeiros trabalhos que apareceram orientavam-se em consonância com o pensamento da Escola, vinculado à ideia de segurança coletiva. (…) A partir deles, os eixos temáticos que caracterizariam o pensamento geopolítico foram estruturados doravante: a conformação de uma defesa antissoviética, a questão da cooperação naval regional, a importância da posição geoestratégica do Nordeste, entre outros temas abordados" (PENHA, 2013, p. 93).

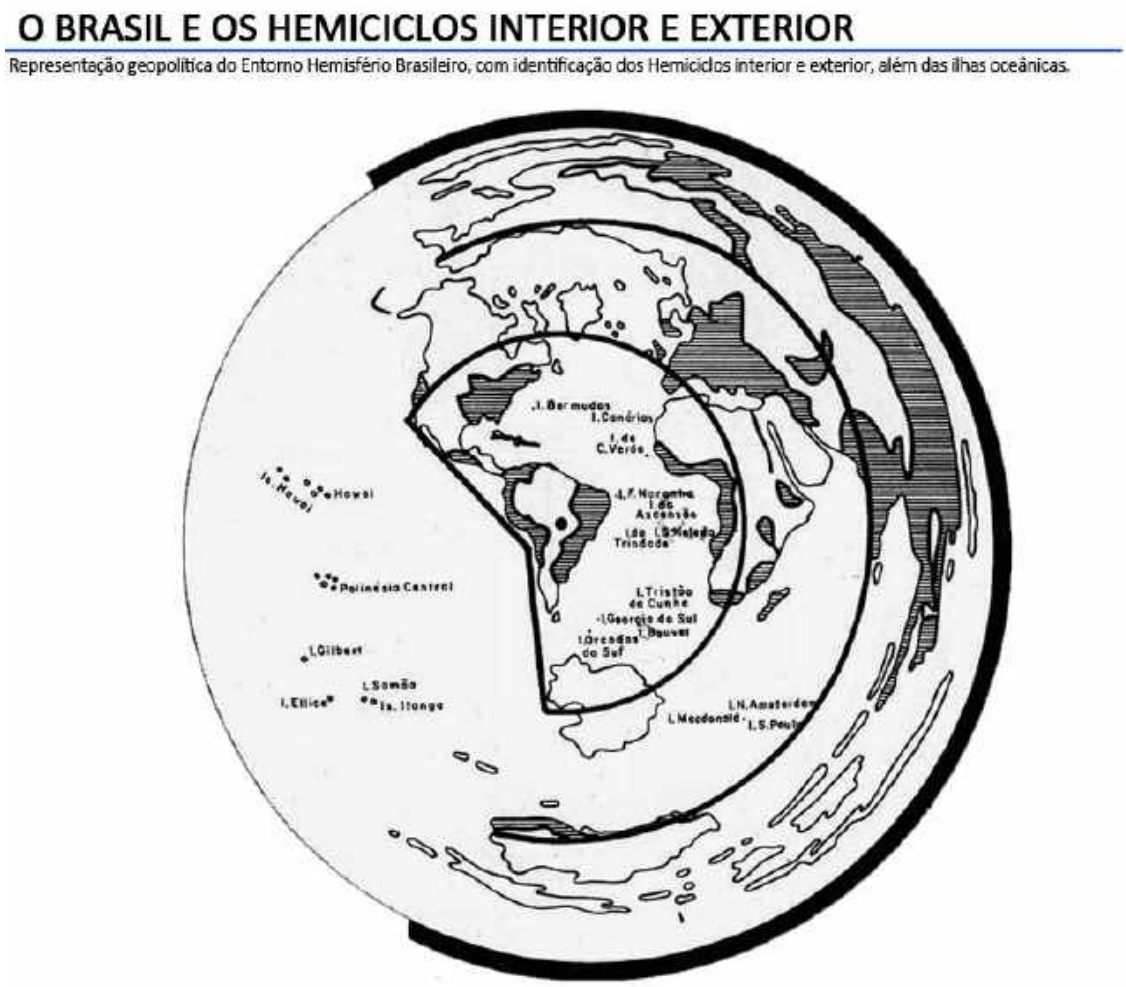
Portanto, trazendo à tona outro autor do pensamento geopolítico brasileiro, que levanta a importância desse protagonismo do Brasil no Atlântico Sul, em um contexto de segurança hemisférica, recorre-se aqui à Golbery do Couto e Silva. Ele aponta que existe uma influência da projeção atlântica sobre a configuração territorial brasileira e, por conseguinte, sul-americana, enfatizando a necessidade estratégica de defesa nessa região. Argumenta, então que "bem protegida a oeste pelo inigualável fosso do Pacífico e, ademais, pela muralha ciclópica dos Andes, a América do Sul volta-se toda para o Atlântico e para o hemisfério terrestre de leste, avançando, em ponta, o promontório nordestino" (GOLBERY, 1967, p. 64).

É interessante pontuar também, que Golbery produziu em meio à Guerra Fria, já no Regime civil-militar brasileiro, e com forte alinhamento ideológico aos EUA. Neste sentido, quando adentra no nível de análise da perspectiva brasileira no mundo, Golbery enxerga o mar como via para possíveis penetrações de ameaças ao país. Dentro desta concepção geográfica e política, o autor elabora, então, um conceito de "hemiciclos". Na sua teoria, a visão do entorno estratégico consiste na divisão do mundo em círculos de análise, na qual, visando a posição geográfica do Brasil, haveria dois hemiciclos de importância estratégica para o país: o hemiciclo interior e o hemiciclo exterior (Idem, 1967, p. 67). Nas palavras de Assis (2016),

> (…) na divisão proposta por Golbery, o hemiciclo interior está situado em um círculo concêntrico de raio médio de 10.000 km em relação ao Brasil. Em termos de massa territorial e marítima, ele engloba a América do Norte à esquerda, à frente a África, à direita a Antártida, como também toda a área compreendida pelo Atlântico Sul (ver figura 3*)* (ASSIS, 2016, p. 17).

O autor, nesta proposta, caracteriza essa área como uma região de estabilidade, na qual não há presença de um potencial agressor de imediato. Esse sentimento de estabilidade e de ausência de agressor é justificado por Golbery através da influência dos Estados Unidos na região, país que se mantém em vantagem de poder desproporcional no que diz respeito aos outros atores presentes no hemiciclo (Idem, 2016, p. 18).

Figura 3 – O Brasil e os hemiciclos interior e exterior



Fonte: COUTO E SILVA, 1967, p. 81.

Frente a tais disposições geográficas, Golbery postula que as principais dinâmicas de pressão, contrárias ao Brasil, seriam as "pressões externas". Como tais pressões ao Estado brasileiro poderiam ser advindas principalmente do Atlântico Sul, o autor recomenda que, para impedir a chegada dessas ameaças à uma concretização, o Brasil deveria desenvolver a capacidade de projeção para essa área, por meio do alinhamento com o poder latente dos Estados Unidos. Também infere que o alinhamento deveria ser conjugado, junto a um estreitamento das relações com os vizinhos sul-americanos e com os países da África Ocidental, de forma que os países se mantenham "vigilantes e dispostos a cooperar, se e quando necessário, na defesa, a todo custo, dessa África de oeste e do Sul, de onde um inimigo ativo nos poderá diretamente ofender" (COUTO E SILVA, 1967, pp. 86 - 87).

Outra autora que contribuiu fortemente, não apenas para as reflexões sobre a inserção do Brasil no Internacional, como também com formulações de conceitos de impacto maior

para a concepção atual de Entorno Estratégico, é Therezinha de Castro. A pensadora, em seus estudos, afirma que o Atlântico se distingue dos demais oceanos pela ampla comunicação marítima que estabelece com as regiões polares. No entanto, devido à configuração geográfica e à dinâmica política, há distinção entre o Norte e o Sul do Atlântico, que, de modo geral, é estabelecida pela área em que o saliente nordestino brasileiro se projeta para a protuberância da África Ocidental, traçando uma linha inclinada de Natal a Dakar (CASTRO, 1983).

Therezinha observa que no Atlântico Norte há uma rota contínua mediante à quase sequência de terras e águas. Já no Atlântico Sul, as terras se caracterizam pelo isolamento, aspecto que tem contribuído para que, no jogo geopolítico os países do Atlântico Norte venham dirigindo os destinos das nações dependentes do Atlântico Sul (RIBEIRO LUIS, 2015, p. 4).

Além disso, a construção dos Canais de Suez e Panamá contribuiu para o isolamento estratégico dos países sul-atlânticos que, no contexto da bipolaridade com possibilidade de influências soviética na costa oriental africana, impediu a concretização da Organização do Tratado do Atlântico Sul (OTAS), proposta no ano de 1976 (CASTRO, 1983).

Therezinha de Castro também levanta a importância das duas vertentes de projeção brasileira: tanto o espaço continental, a América do Sul, como o espaço marítimo, o Atlântico Sul. Nesse sentido, partindo do pensamento de Therezinha de Castro, é possível argumentar que a dimensão territorial brasileira, em sua projeção continental, permite ao Brasil se projetar em direção às regiões sul-americanas, ou seja, a região do Caribe, circunscrita à bacia amazônica; a região do Pacífico, por meio da fronteira com o Peru; e à Região Interior conformada por Paraguai e Bolívia, países mediterrâneos (CASTRO, 1999).

Na interação entre as duas vertentes, Therezinha de Castro argumenta que a América do Sul pode ser compreendida como um "continente-ilha", cercado por dois oceanos, o Atlântico e o Pacífico, destacando também a marcante vocação geopolítica atlântica brasileira, que resultou na formação do Mercosul, bloco político-econômico inicialmente formado por Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai (CASTRO, 1999). Somado a isso, Therezinha infere que o Atlântico Sul seria, então, "o mais intercontinental dos oceanos". Isto porque,

> (…) o Espaço marítimo do Atlântico Sul por ser compreendido entre três frentes continentais - América, África e Antártida e três corredores - o do Norte, e constituído

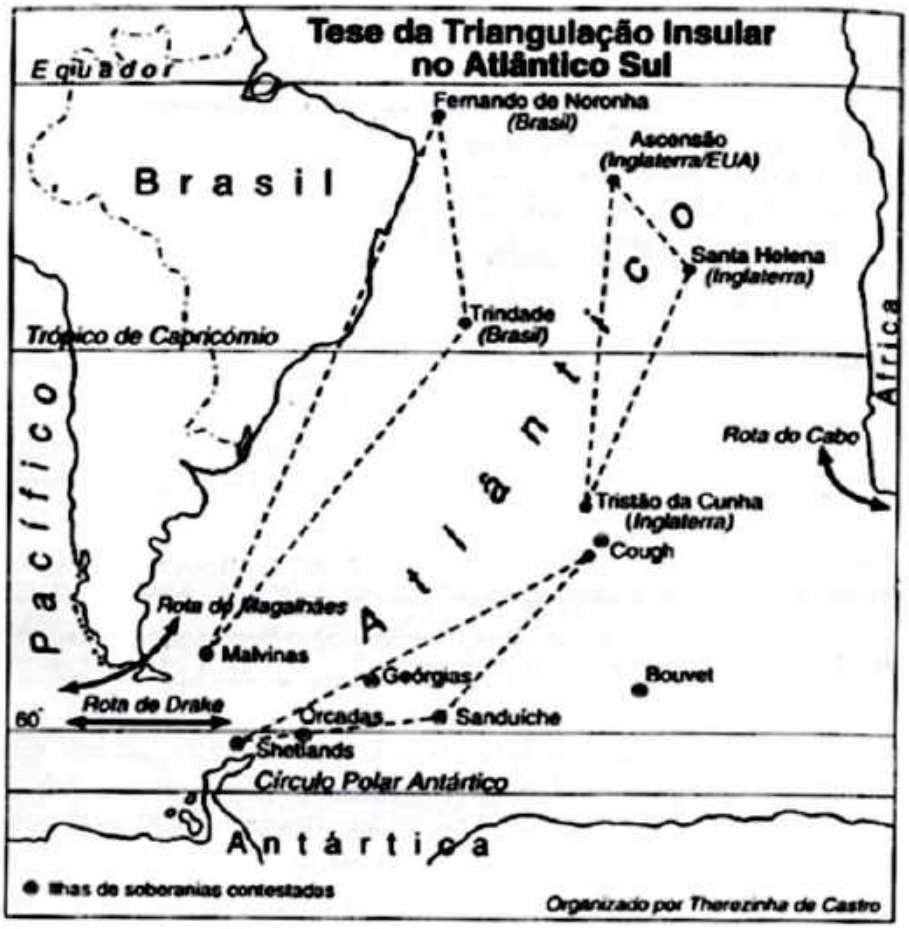
> pela zona de estrangulamento Natal-Dakar, e dos no Sul, tem linhas de ligações entre a Antártida e as frentes continentais americana e africana, comandada pelo Estreito de Drake e Passagem do Cabo (CASTRO, 2002, p. 19).

Therezinha também se mostrou atenta para a questão da presença e atuação histórica de potências extrarregionais no Atlântico Sul. Nas suas formulações, ela elabora os conceitos de triângulos geoestratégicos e trampolins insulares, quando almeja demonstrar a atuação das potências do norte geopolítico na região do Atlântico Sul.

Figura 4 – Tese da triangulação insular no Atlântico Sul

TESE DA TRIANGULAÇÃO INSULAR NO ATLÂNTICO SUL

Representação da Tese da Triangulação das Ilhas do Atlântico Sul



Fonte: CASTRO, 1999, p. 310.

De acordo com esta formulação, existem três triângulos estratégicos na bacia sul-atlântica, tendo seus vértices dispostos de acordo com as ilhas ali presentes. O primeiro triângulo é formado pela conjunção das ilhas britânicas de Ascensão, Santa Helena e Tristão da Cunha, que serve de base para projeções sobre a América do Sul e, ao mesmo tempo, de apoio para o controle da Rota do Cabo. O segundo triângulo tem suas pontas nas ilhas

brasileiras de Fernando de Noronha e de Trindade e nas ilhas Malvinas. Por meio deste triângulo, é possível projetar forças sobre a costa americana brasileira, argentina e uruguaia, além de permitir o controle da passagem Atlântico-Pacífico. O terceiro triângulo é formado pelos arquipélagos subantárticos de *Shetlands* do Sul, Orcadas do Sul, *Gough*, Geórgias e Sanduíches do Sul. Através deste, é possível se projetar para a Antártida. Além disso, este triângulo representa uma rota alternativa para a América e a África (CASTRO, 1999).

Em relação aos Trampolins Insulares no Atlântico Sul, complementando a imagem anterior, destaca-se, nas palavras de Therezinha (2002), que

> Os Trampolins Insulares no Atlântico Sul – ocupados pela Inglaterra, quando Portugal perdia a primazia nos mares, e o triângulo geoestratégico formado por Ascensão/Santa Helena/Tristão da Cunha – refletem a importância destes como trampolim e bases de apoio na Rota do Cabo, no âmbito da passagem do Atlântico/Índico. Bem mais afeito a costa sul-americana se encontra o trampolim formado pelo triângulo geoestratégico Fernando de Noronha/Trindade/Malvinas. Já o terceiro triângulo geoestratégico - Shetlands/Geórgias/Gough/Sanduíches/Orcadas na bacia aberta do Glacial Antártico se interpenetra com os outros dois. Aí a soberania contestada que se estende as Malvinas, indica a soberania do Brasil e Inglaterra em bases avançadas do Atlântico Sul (CASTRO, 2002, p. 55).

Convém ressaltar também o empenho, por parte da geógrafa, de enquadrar a Antártida como parte das "diretrizes geopolíticas difundentes", que nas palavras de Penha (2011, p.97), "é quando o país projeta sua ação geopolítica para áreas mais afastadas do ponto de vista geopolítico". Assim, no caso da Antártida, Therezinha justifica a inclusão do continente pelo fato de, por um lado, haver a "falta de uma estratégia ocidental e de uma aliança militar específica para defender a região" (PENHA, 2011, p. 97) e, por outro "pela importância do controle antártico para o domínio do Atlântico Sul" (Idem, 2011, p. 97). Therezinha vinculava, então, a importância da Antártida no Atlântico Sul, em função da importância do Estreito de Drake e da Passagem do Cabo, como importantes acessos e canais de comunicação no mar.

Ainda no pensamento de Therezinha, referente à Antártida, vale ressaltar que ela defendeu que o Brasil deveria reivindicar um pedaço de território na região, por meio da "aplicação da tese da 'defrontação' sobre as terras delimitadas pelos meridianos de Martin Vaz e Arroio Chuí". (DECUADRA, 1999, p. 58). "Pelo mesmo critério, a geógrafa validava os direitos da Argentina, Chile, Uruguai, Peru e Equador (Antártida americana), de outros países da África (Antártida Africana) e de alguns países oceânicos como a Austrália" (Idem, 1999, p. 59).

No tocante ao pensamento de Carlos de Meira Mattos, o autor constata que, apesar do esvaziamento estratégico do Atlântico Sul, após as construções dos canais de Suez e Panamá, a reativação da Rota do Cabo foi progressivamente retomada dada à inviabilidade de passagem dos grandes petroleiros por tais canais, fato que reafirmou a importância das rotas marítimas sul-atlânticas (MATTOS, 1983).

Para Meira Mattos, existem três aspectos fundamentais a serem considerados na análise da importância de uma determinada área marítima, no caso o Atlântico Sul: seu valor como rota marítima e para o uso das forças militares; sua relevância para projeção de poder sobre determinadas áreas terrestres; e seu destaque como fonte de recursos. Dessa forma, o objetivo visado pelo poder naval de um determinado Estado, ou grupo de Estados, é assegurar a utilização de tais vantagens existentes e negá-las ao inimigo (MATTOS, 1983).

Neste sentido, Meira Mattos visualiza o Atlântico Sul como uma importante área marítima cujo controle das rotas de navegação era essencial para a defesa hemisférica do Ocidente e, desse modo, deveria ser preservada a capacidade de operação aeronaval. No entanto, Meira Mattos constata que, diante da configuração estratégica mundial, no âmbito da Guerra Fria, as forças navais dos países regionais não eram suficientes para garantir a segurança do Atlântico Sul. Além disso, a região sul-atlântica não estava contemplada em tratados de segurança coletiva, já que o Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR) e a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) não se estendiam aos limites do Atlântico Sul (RIBEIRO LUIS, 2015).

Diante disto, percebe-se já no pensamento de Meira Mattos, um destaque para o Atlântico Sul como um instrumento de articulação direta com as Nações do Sul Geopolítico, que conformam a linha de alcance do Entorno Estratégico brasileiro. Assim, nas palavras de Mattos (1977):

> (…) chegamos à conclusão de que o Atlântico nos assegura uma articulação direta com cerca de 50 países, a terça parte dos membros da ONU. E uma articulação indireta com o resto do Planeta. Esta é uma visão renovada do panorama geopolítico que gravita em torno do Atlântico Sul, onde a presença de novos Estados cada dia se firma no cenário (MATTOS, 1977, p. 55).

Ainda que não enquadrado no Pensamento Geopolítico Brasileiro, é importante destacar aqui a contribuição de Hélio Jaguaribe, que frente aos acontecimentos da Guerra das

Malvinas, conseguiu pensar as implicações e importâncias do Atlântico Sul para o Brasil, numa contraposição à ideia de alinhamento direto com os EUA.[7]

Nesta perspectiva, Jaguaribe traz um debate, no livro "Reflexões sobre o Atlântico Sul", de que o conflito das Malvinas demonstrava uma desarticulação do sistema interamericano, o que deixava a América Latina e, em especial, o Brasil desprotegidos em suas relações internacionais, visto que os EUA se posicionaram junto ao Reino Unido. Para superar esta situação, Jaguaribe argumentava que as relações deveriam ser "reorganizadas em *três círculos regionais*, priorizando com os EUA os contatos comerciais, financeiros e a cooperação científica e tecnológica, com os Estados ibero-americanos as relações subjetivas de solidariedade e de ordem cultural e estabelecer com os Estados da América do Sul um sistema próprio de defesa" (JAGUARIBE, 1985, pp. 50 - 54, grifo nosso).

Esta interessante proposta de um sistema integrado de defesa sul-americano, como bem lembrado por SANT'ANNA (2011, p.107), estaria antecipando a União Sul-americana e o Conselho de Defesa Sul-americano (CDS) em vinte cinco anos. No entanto, enquanto este sistema de defesa não era constituído, Jaguaribe fez um diagnóstico sobre as vulnerabilidades brasileiras, com destaque para as deficiências militares e o papel das Forças Armadas:

> Esse quadro de profunda vulnerabilidade se vê agravado, em curto prazo, pela insuficiência de modernos equipamentos defensivos (submarinos, mísseis autodirigidos e outros) e pelo fato de que uma alienada perspectiva subversivista, que prevaleceu até recentemente, desviou as Forças Armadas para tarefas policiais de contra-insurgência, prejudicando seriamente seu preparo para as tarefas de defesa nacional, que especificamente lhe competem (JAGUARIBE, 1985, pp. 48 - 49).

Em síntese, Helio Jaguaribe via o papel do Atlântico Sul não só como como canal para exportação dos produtos brasileiros, sendo uma receita necessária para os investimentos para eliminação das suas assimetrias internas, mas também como um espaço a ser defendido de uma possível ameaça aeronaval, devendo haver investimentos e reaparelhamento dos setores estratégicos, em especial a base indústria de defesa. Assim, haveria a possibilidade de se reverter as vulnerabilidades brasileiras no setor militar, permitindo um desenvolvimento mais atento às questões de soberania.

Diante de todos os pensamentos apresentados, nota-se que a perspectiva dos autores, que pensaram a dimensão sul-atlântica do Brasil, esteve inserida na influência direta do entorno

[7] Helio Jaguaribe pode ser enquadrado numa perspectiva distinta de modelo de inserção do Brasil no internacional, distante do pensamento mais alinhado e ideologizado da defesa e segurança hemisférica. O autor já se encaixa em uma espécie de antecedente ao que viria a ser a visão atual da ação brasileira, na dimensão do Entorno Estratégico ampliado, a ser trabalhada na seção seguinte.

hemisférico. Assim, ao mesmo tempo, as suas formulações encontram-se numa linha tênue entre um entorno estratégico brasileiro vinculado às ideais da segurança hemisférica, sob tutela dos EUA, e outro mais autônomo, sendo um primeiro ensaio, presente nas formulações desses autores, para conceder ao Brasil uma maior autonomia e papel em sua própria defesa e segurança. Com isso, ganhou força a ideia de que a inserção internacional do Brasil e seus interesses estratégicos, teriam potencial para se estender num horizonte além do imediato Entorno da América do Sul. Ademais, nas palavras de Penha (2011):

> A perspectiva dos geopolíticos brasileiros de projetar o Brasil como potência no Atlântico Sul se deparou com inúmeros óbices de natureza econômica, tecnologia e militar, mas *algumas das postulações como a ideia de uma fronteira atlântica, vinculada ao "mar territorial", incialmente e a África em seguida, bem como a projeção Antártida, seriam retomadas como pautas da política exterior brasileira posteriormente*" (PENHA, 2011, p. 98, grifo nosso).

Em suma, retornando desta imersão aos principais autores que vislumbraram a dimensão sul-atlântica do Brasil, reforçando a importância da atuação do Brasil para o Atlântico Sul, conclui-se os antecedentes do Entorno Estratégico Brasileiro, abrindo caminho para o último e atual momento da genealogia do conceito, que dará as bases contextuais das análises dos capítulos seguintes.

1.3 - **O Atlântico Sul no pós-Guerra Fria e fim do Regime Militar: Perspectivas sobre a Ampliação do Entorno Estratégico brasileiro**

Nessa seção, com a apresentação do terceiro momento da genealogia do conceito do Entorno Estratégico Brasileiro, serão observados os reflexos e iniciativas de uma perspectiva atual, a partir do fim da Guerra Fria e do Regime Militar, para a ampliação do Entorno Estratégico brasileiro, além das implicações desta ampliação, com a inclusão do Atlântico Sul. Importa frisar logo de início, que a grande novidade, que vai permitir vislumbrar a reconfiguração e ampliação do Entorno Estratégico é a dimensão da cooperação, que passa a se aliar à dimensão da segurança.

Inicialmente, com o final da Guerra Fria, o papel do Atlântico Sul no contexto da segurança global, como parte dos planos de defesa do continente americano, perdeu o sentido que tinha no período anterior, principalmente nas disputas por áreas de influências, entre EUA e União Soviética.

Ainda assim, as questões de segurança não foram deixadas de lado. Algumas manobras conjuntas continuaram sendo realizadas, patrocinadas pelos EUA, ou criadas de maneira bilateral ou multilateral entre Argentina, Brasil e Uruguai. Como aponta Aguilar (2013):

> Os exercícios entre Argentina, Brasil e Uruguai, voltados para o Atlântico Sul ganharam mais força a partir da década de 1990. As marinhas da Argentina e do Brasil criaram operação "Araex" que incluía o emprego de aviões e helicópteros navais na guerra no mar, com base em exercício semelhante realizado entre as armadas do Uruguai e do Brasil, denominado "Uruex" (…) Em 1997, o Brasil e Argentina realizaram a Operação Temperex (ações anti-submarinos e de esclarecimentos aéreos), com o porta-aviões brasileiro São Paulo conduzindo aeronaves S-2 T argentinas2. Naquele mesmo ano, os três países realizaram um exercício naval, tipo jogo de guerra, denominado Transamérica, versando sobre controle de tráfego marítimo a partir da simulação de uma crise regional em que seria necessária a adoção de medidas para a proteção do trânsito de navios mercantes (AGUILAR, 2013, p. 55).

Adentrando nos anos 2000, a questão da segurança regional no Atlântico Sul passou a ser retomada como tema importante nas pautas de política externa dos Estados banhados pelo oceano, principalmente com a retomada das reuniões ministeriais da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (Zopacas) e a inserção das questões marítimas e de defesa, no âmbito da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP). [8]

A Zopacas, por exemplo, se tornou um meio para legitimar as pesquisas científico-militares dos países integrantes[9], com a finalidade de auxiliar na própria modernização de seus instrumentos de defesa. O Brasil tem buscado, assim, o fomento da alta tecnologia nos aparatos de defesa e segurança, e, paralelamente, tem auxiliado os países vizinhos e, principalmente, os países lindeiros da África na formação de militares e na promoção de acordos de venda de equipamentos militares brasileiros.

Ademais, conforme foi constatado por Dhiego Mapa (2011), é possível verificar que

> […] entre 2003 e 2010, foram assinados Acordos de Cooperação no Domínio da Defesa com África do Sul, Angola, Moçambique, Namíbia, Guiné Equatorial, Nigéria e Senegal (sendo Moçambique o único que não integra a ZOPACAS, mas cuja posição estratégica no Oceano Índico é incontestável). Entre as ações cooperativas, ressalta-se a de formação militar, na qual foi criado um Centro de Formação de Forças de Segurança em Guiné Bissau (com investimento brasileiro de US$ 3 milhões) e, na Namíbia, o governo brasileiro forneceu apoio à criação do Corpo de Fuzileiros Navais (com cerca de 600 militares) – outra ação importante, junto à Namíbia, é o

[8] Os aspectos históricos, o desenvolvimento e as ações de cooperação do Brasil no âmbito da Zopacas e da CPLP serão trabalhados no terceiro capítulo.

[9] Os Estados membros da Zopacas: Argentina, Brasil, Uruguai, África do Sul, Angola, Benin, Cabo Verde, Camarões, Congo, Costa do Marfim, Gabão, Gâmbia, Gana, Guiné, Guiné-Bissau, Guiné Equatorial, Libéria, Namíbia, Nigéria, República Democrática do Congo, São Tomé e Príncipe, Senegal, Serra Leoa e Togo. (ITAMARATY, 2010, p.02).

> levantamento da plataforma continental namibiana e a doação de embarcações. Com Guiné Bissau, o Brasil prestou apoio na reforma do setor de segurança com US$ 750 mil (entre 2004-2005, através da ONU) e doou uniformes para suas Forças Armadas (MAPA, 2011, p. 8).

No caso da CPLP, houve a aprovação da "Estratégia da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa para os Oceanos", que tratou de várias questões relativas ao mar, sendo que algumas estão diretamente relacionadas às atividades das Marinhas e Guardas Costeiras, tais quais a proteção do meio ambiente marinho, o ordenamento do espaço marítimo, a extensão da plataforma continental, pesca, atividades portuárias, transportes, construção naval e a própria segurança e vigilância marítima (MOURA NETO, 2012, p. 1).

Dessa maneira, tais "iniciativas brasileiras, tanto em cooperação militar quanto de revalorização da ZOPACAS e de inserção da temática marítima na CPLP, fazem parte de um esforço de construção de um "cinturão de boa vontade" que permite o avanço dos interesses brasileiros, mesmo além da área de segurança e defesa" (ABDENEUR; MARCONDES NETO, 2014, p. 15).

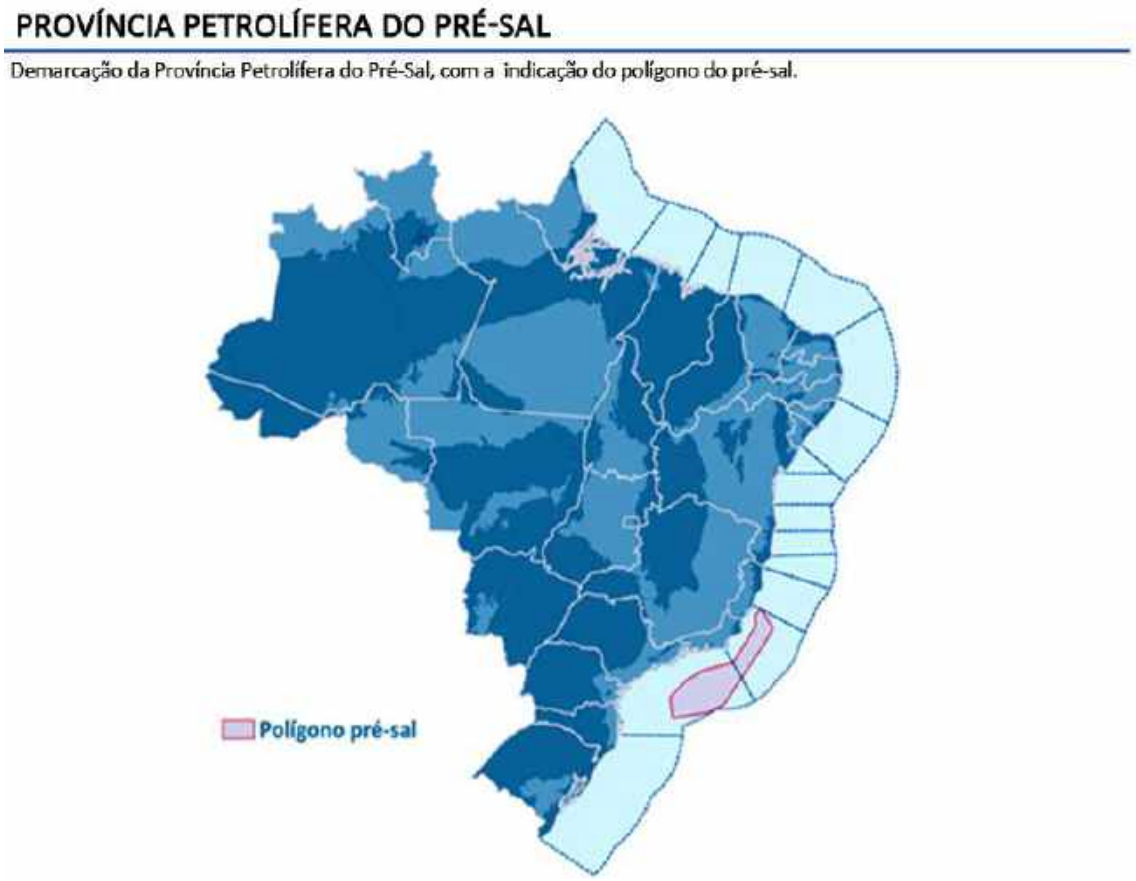
É interessante destacar, também, um tema recorrente no começo dos anos 2000, que foi uma nova proposta de formação de uma aliança militar no Atlântico Sul. Tendo sido uma iniciativa do então presidente da Venezuela, Hugo Chávez, que deu início à uma proposta para criação de uma Organização do Atlântico Sul, com vistas a impulsionar a multipolaridade e ação coordenadas dos países sul-americanos.

Segundo Chávez, a integração dos países sul-americanos deveria ser total, não podendo ser deixado de lado a face da integração no âmbito militar. Essa proposta foi desenvolvida, tendo como base a realização de manobras militares, feitas tanto pelo Brasil como pela Venezuela, no teatro do Atlântico e no Amazonas, principalmente em regiões de fronteira (ROMERO, 2010, p. 1).

À época, em resposta, o ministro Nelson Jobim, ao apresentar a proposta do Conselho de Defesa Sul-Americano (CDS), ressaltou que o Brasil não descartava a sugestão do presidente Hugo Chávez, mas sim afirmava que o CDS não possuía divergência daquela exposta pelo presidente venezuelano. De uma forma geral, as lideranças brasileiras e venezuelanas almejavam o mesmo objetivo – de reforçar a cooperação militar, as bases industriais sul-americanas e a segurança coletiva, como um todo –, no entanto, o Brasil atuou de forma preemptiva, de maneira a impedir que a Venezuela assumisse a liderança, dando fim a questão, com a aprovação do CDS (RABELO, 2008, p. 2).

Um importante acontecimento – que teve grande impacto na inflexão para um desenvolvimento em direção ao Atlântico Sul – foi a descoberta das novas jazidas na Bacia de Campos e principalmente os campos nas águas profundas da Bacia de Santos, o Pré-sal. Este, se explorado adequadamente, permitiria ao país aumentar seu potencial de autossuficiência em petróleo. Ademais, os estudos de potencialidade indicavam que, com o início da operação dos campos do pré-sal, o país produzirá excedentes, permitindo que o Brasil seja um potencial exportador de petróleo, de gás natural e dos seus derivados (COSTA, 2012, p. 03).

Figura 5 – Província petrolífera do pré-sal



Fonte: LEGADO BRASIL, 2017, p. 1.

Convém ressaltar, com isso, a ideia do conceito de Amazônia Azul. O Brasil possui uma extensa área marítima, com importância inquestionável por ser a principal via de transporte do comércio exterior do País, por sua diversidade de recursos naturais como a pesca, a biodiversidade marinha, por suas reservas de petróleo e gás e outros recursos minerais, além de sua influência sobre o clima brasileiro. Em virtude de possuir uma área equivalente a 52% do território terrestre, com dimensão e biodiversidade semelhantes ao da Amazônia Verde, convencionou-se a chamá-la de Amazônia Azul. A primeira utilização deste conceito, no

entanto, ocorreu no ano de 2004, quando foi empregada pelo Comandante da Marinha, no artigo "A outra Amazônia", publicado na Folha de São Paulo, em que argumenta que Amazônia Azul

> […] enseja um amplo horizonte de valores, recursos e iniciativas. A partir dessa ocasião a Marinha passou a adotar esse conceito, seja como objetivo educacional ou cultural, seja como objetivo político. O objetivo maior da Marinha é despertar na sociedade Brasileira uma mentalidade marítima consistente, coerente com as dimensões e importância dessa região para o Brasil. O uso dessa ideia força nessa última década e sua imediata aceitação por parte da população apontam para um êxito dessa empreitada (MIGUEL, 2013, p. 25).

A partir de então, a Marinha do Brasil incorporou o conceito, como forma de nomear convencionalmente, o território marítimo brasileiro, região em que possui responsabilidade de garantir a segurança e defesa das linhas de comunicação marítimas, portos, plataformas petrolíferas, dentre outras questões.

O principal ponto de inflexão da relação que o Brasil desenvolveu com o Atlântico Sul, no século XXI, é proveniente do desenvolvimento da política externa do governo de Luís Inácio Lula da Silva, com sua ênfase na dimensão da cooperação com os países do Sul Geopolítico. Esta política externa altiva e ativa teve uma diplomacia orientada para a consolidação da ação brasileira em questões relevantes, tanto no âmbito regional, como no global.

Esse esforço, conceitualmente marcado pelo pensamento nacionalista acabou por fortalecer a posição internacional do Brasil, a fim de superar as vulnerabilidades externas que limitavam seu pleno desenvolvimento. Por esse viés, a superação dos entraves gerados pela globalização seria, em partes, possível pelo aprofundamento da cooperação Sul-Sul, com vias de um desenvolvimento fora do eixo Norte-Sul, motivo pelo qual as ações, como o fortalecimento da política africana, seriam pauta importante do governo.

Durante o primeiro discurso proferido como presidente, por exemplo, Lula enfatizou a importância de fortalecer esses laços históricos com o continente africano e a força de vontade para auxiliar a desenvolver o grande potencial da África. Além disso, é importante notar que o seu discurso

> (…) reintroduziu a política brasileira na outra margem do Atlântico, a qual passou a ser uma das prioridades para o governo do Brasil. Durante os oito anos de governo de Lula houve 12 missões chegadas por ele, nas quais o presidente foi acompanhado por comitivas de empresários, assinalando o interesse real em ampliar os negócios na região. As missões também auxiliaram na aproximação entre os países do Mercosul e os africanos. Celso Amorim, Ministro das Relações Exteriores do governo Lula, fez 67 visitas à África, em 34 países diferentes. Amorim e Samuel Pinheiro Guimarães – secretário geral do MRE – deram prioridade ao continente africano no que diz respeito à formação de diplomatas, além da reestruturação do Departamento para assuntos africanos e do Oriente Médio, sendo criado um

> Departamento para Assuntos Africanos, com três divisões e seu próprio orçamento. Ainda, foram abertas 17 novas embaixadas (PEREIRA E BARBOSA, 2012, p. 67).

Desta maneira, a ênfase dada à política africana permitiu ao Brasil certa participação na fronteira atlântica do Brasil e permitiu atender os interesses brasileiros, além de auxiliar na projeção internacional do país. A África recebeu no período investimentos brasileiros, como os do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), além da atuação das empresas brasileiras, que foram internacionalizadas, engendrando projetos de cooperação em diversas áreas.

O governo Lula ainda demonstrou certa preocupação em mudar a perspectiva sobre o papel de defesa para o país, além da necessidade de investimento nas Forças Armadas, conforme defendido na Estratégia Nacional de Defesa (END). Os investimentos nos diversos setores de defesa almejavam conceder ao Brasil a capacidade de garantir a defesa e segurança nacional, fortalecendo o seu poder dissuasório, além assegurar a soberania do país, tanto em terra, como no mar, permitindo, por exemplo, a garantia de proteção aos recursos estratégicos, situados na Amazônia Azul.

Ainda nesta perspectiva de fortalecer o cenário da defesa, em 2010, o então ministro da Defesa, Jobim, declarou a assinatura de acordos, que possibilitariam a Marinha do Brasil a auxiliar países da África Ocidental quanto à confecção de mapas da Plataforma Continental e delimitação das fronteiras de suas plataformas. O objetivo seria conseguir garantir uma maior presença no Atlântico Sul, por parte dos países de ambos os lados do oceano, tendo bem delimitadas as regiões de exploração de recursos no mar (WIESEBRON, 2013, p. 123).

Partindo agora para o pensamento atual, dentro do recorte dos governos de Lula e Dilma, será feito um esforço para mostrar as principais iniciativas que corroboraram para a ampliação do Entorno Estratégico brasileiro, demonstrando que as ações e políticas públicas não ficaram apenas na intenção e escritos dos documentos declaratórios de Defesa, mas se efetivaram por meio da conjunção das política externa e política de defesa, engendradas neste período.

Conforme argumenta Reis (2014, p.70), o entorno estratégico brasileiro precisou ser ampliado, pelo fato de que

> *(...) Ninguém faz defesa somente dentro da própria área territorial. É preciso pensar sempre em se defender longe do litoral, a fim de não atrair a ameaça para dentro do próprio território. [...] busca-se obter um tempo de resposta em níveis adequados, ainda mais hoje, quando os meios ofertados pelo desenvolvimento tecnológico*

> *encurtam distancias e os períodos temporais ao processo de tomada de decisão* (REIS, 2014, p. 70).

Diante disso, as prioridades da política externa e de defesa do Brasil para o Entorno Estratégico Brasileiro podem ser compreendidas, portanto, à luz dessa dinâmica dupla de cooperação e dissuasão, na perspectiva do que Amorim nomeou de Grande Estratégia do Brasil. (AMORIM, 2016)

Neste sentido, enquanto a expressão da diplomacia se volta, primeiramente, para os países do entorno estratégico brasileiro, levada a cabo por meio de mecanismos de cooperação multilateral e da intensificação de laços bilaterais, a expressão da defesa, por sua vez, está voltada principalmente às potências externas à região do Atlântico Sul. Essas duas faces da postura política do Brasil para o Atlântico Sul, no entanto, dialogam e, de certa forma, confundem-se na prática. (WIESEBRON, 2013, p. 116)

No âmbito da cooperação com os países do seu entorno estratégico, importa inferir como o Brasil vem exercendo iniciativas de cooperação em defesa. Uma das primeiras iniciativas, assinada ainda em 1994, promoveu um acordo de cooperação de defesa com a Namíbia, que auxiliou a estruturação das forças navais do país. Atualmente o Brasil é o fornecedor e parceiro de treinamento primário de Marinha da Namíbia. Já em 2001, o Brasil garantiu sua presença na África Austral, abrindo uma missão consultiva naval em *Walvis Bay*, também na Namíbia, sendo este o maior porto comercial e único porto de águas profundas do pais (THOMPSON; MUGGAH, 2015, p. 1).

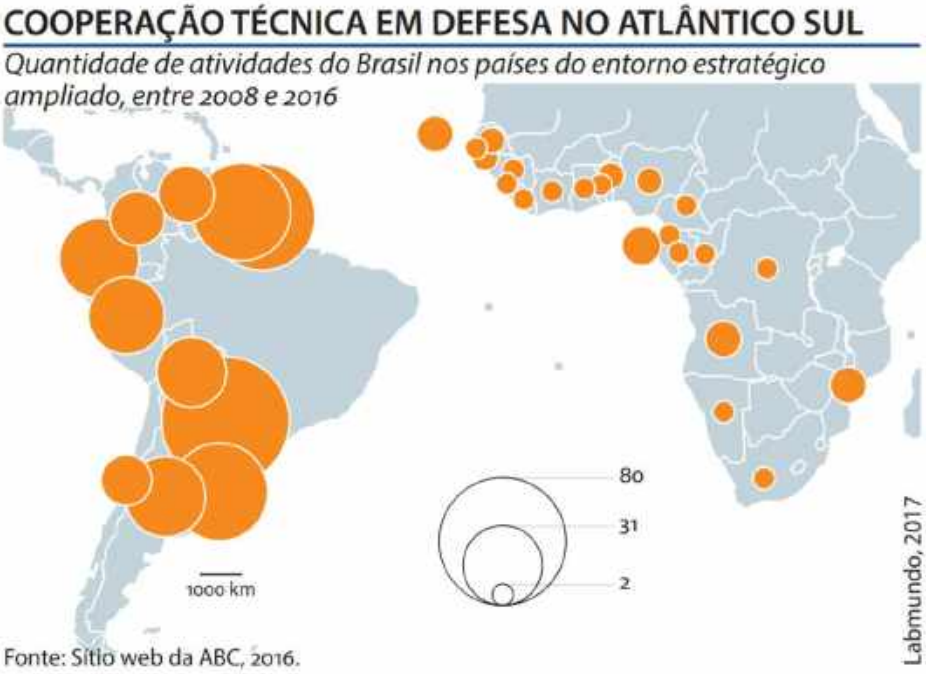
O Brasil também assinou acordos de cooperação de defesa com Cabo Verde em 1994, África do Sul em 2003, Guiné-Bissau em 2006, Moçambique em 2009, Nigéria, Senegal e Angola, em 2010 e da Guiné Equatorial entre 2010 e 2013. Na sequência fez exercícios conjuntos com a Marinha do Benin, Cabo Verde, Nigéria e São Tomé e Príncipe, em 2012, além de exercícios adicionais com Angola, Mauritânia, Namíbia e Senegal. Já no ano seguinte, 2013, o Brasil abriu uma outra missão naval, em Cabo Verde (THOMPSON; MUGGAH, 2015, p. 2).

Uma síntese desta cooperação pode ser vista nas imagens abaixo, em que são ressaltadas diversas modalidades de cooperação, realizadas junto a países da América do Sul e África, em acordos bilaterais, trazendo à tona a expressiva atuação brasileira em seu entorno estratégico ampliado.

Figura 6 – Defesa no Atlântico Sul ampliado

Fonte: LIMA et al., 2017, p. 76.

Figura 7 – Cooperação técnica em defesa no Atlântico Sul



Fonte: LIMA et al., 2017, p. 76.

Já na dimensão da dissuasão, partindo dos pressupostos estratégicos da Marinha do Brasil, e com base na Estratégia Nacional de Defesa, no que tange ao setor marítimo, os principais pontos ressaltados como objetivos da Marinha são a negação do uso do mar, o controle de áreas marítimas e a projeção de poder.

Para alcançar esses objetivos, o Brasil vem desenvolvendo projetos de dimensão estratégica, nos três braços das forças armadas. No caso da atuação brasileira para os mares, ressaltam-se aqui os principais projetos, de inciativa da Marinha do Brasil, o "Programa Nuclear da Marinha (PNM)", a construção do "Núcleo do Poder Naval", e o "Sistema de Gerenciamento da Amazônia Azul" (SisGAAz)" (Gomes da Costa, 2016, p. 9). Ademais, está prevista a "construção de um Navio-Aeródromo (Pronae), do Navio-Anfíbio (Pronag), de "meios de Superfície (Prosuper) e a produção de navios-patrulha de 500 toneladas, além das corvetas Classe Barroso" (Idem, 2016, p. 9)[10].

Para além da dimensão da cooperação e dissuasão, há de se ressaltar também aquilo que o Brasil desenvolveu em seu entorno imediato, mais especificamente, em sua zona jurisdicional no mar, a Amazônia Azul. O país possui diversos programas que realizam estudos sobre as potencialidades contidas no espaço marítimo nacional e, também, as localizadas fora de sua jurisdição.

No primeiro caso, podemos citar: o Programa de Avaliação do Potencial Sustentável dos Recursos Vivos da Zona Econômica Exclusiva Brasileira (REVIZEE); o Plano de Levantamento da Plataforma Continental Brasileira (LEPLAC); o Programa de Pesquisas Científicas na Ilha da Trindade (PROTRINDADE); os projetos da Petrobras relacionados ao desenvolvimento de tecnologia para a exploração e produção petrolífera em águas profundas; o Programa de Avaliação da Potencialidade Mineral da Plataforma Continental Brasileira (REMPLAC), entre outros (BROZOSKI, 2013, p. 92).

No segundo caso, encontramos o Programa Antártico Brasileiro (Proantar)[11] e o Programa de Prospecção e Exploração de Recursos Minerais da Área Internacional do Atlântico Sul e Equatorial (PROAREA). Estes programas, por exemplo, são identificados como

[10] Os projetos estratégicos da Marinha serão discutidos com maior ênfase e detalhes no capítulo 3.

[11] O PROANTAR apoia a execução de pesquisas que tenham por objetivo ampliar os conhecimentos dos fenômenos antárticos e suas influências sobre questões de relevância global e regional. Sua implementação logística está a cargo da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar (CIRM), vinculada ao Comando da Marinha (Ministério da Defesa - MD). Também são parceiros na execução do Programa o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), o Ministério do Meio Ambiente (MMA), o Ministério das Relações Exteriores (MRE), entre outros atores do setor público (PETROBRAS) e privado (OI - empresa responsável pela transmissão de voz e dados de longa distância) (CNPQ, 2013, p. 1).

empreendimentos imprescindíveis para promover uma inserção mais ativa do Brasil no mundo (Idem, 2013, p. 93).

Indo em direção à ampliação do Entorno Estratégico, houve também uma ampliação dos direitos brasileiros sob o território marítimo, que também exigiram do Brasil maiores obrigações no Atlântico Sul. Com a ratificação da Convenção Internacional para a Salvaguarda da Vida Humana no Mar e da Convenção Internacional sobre Busca e Salvamento Marítimo, o Brasil teve de estabelecer um sistema de controle de posições dos navios localizados dentro da área marítima, além de ser responsável pelo salvamento e resgate de embarcações e náufragos.

Com essas novas obrigações, "o país aumentou sua área marítima de 4,5 milhões de km² da plataforma continental, para quase 14 milhões de km² de monitoração e vigilância. Fora do âmbito legal, o Brasil procura consolidar sua posição no Atlântico Sul por programas não tradicionais de projeção de poder" (PEREIRA; BARBOSA, 2012, p. 65).

O desenvolvimento de políticas públicas para o fomento da pesca, da navegação de cabotagem, de pesquisas científicas e atividades turísticas moldam o que seria o elemento "subjetivo" da consolidação da participação brasileira na região sul-atlântica.

Nesse sentido, também importa notar que a aproximação com a África constitui um elemento expressivo de presença maior da área. Conforme argumenta Pereira e Barbosa (2012):

> (…) ao apoiar-se no relacionamento com a outra margem, o Brasil distancia-se de Washington e garante a possibilidade de defesa de seus interesses nacionais frente à França e ao Reino Unido – países que já possuem possessões territoriais no Atlântico Sul. Além disso, é interessante notar que a cooperação e o uso do direito são tradicionais na política externa brasileira; são recursos que convergem com o contexto político de multilateralização e democratização, além de se somarem aos laços históricos e culturais com o continente africano (PEREIRA; BARBOSA, 2012, p. 66).

Para além disso, o Estado brasileiro procurou reforçar sua presença no Atlântico Sul por meio do incentivo institucional às atividades de pesquisa e produção oceânicas, da ampliação dos acordos de cooperação no cenário das relações Sul-Sul, da reativação da indústria naval nacional e do fortalecimento de programas inter-regionais na área de Defesa.

Essa postura evidencia o interesse do Brasil em alargar sua zona de influência político-econômica para além do cenário sul-americano, buscando incluir a costa ocidental da África em seu entorno estratégico. Ao fazer isso, "o Brasil estará projetando poder sobre um espaço onde a cada dia cresce a atuação de poderosos players na geopolítica internacional" (BROZOSKI, 2013, p. 94).

Em síntese, a perspectiva de ampliação do Entorno Estratégico Brasileiro, ainda que inserida no alargamento e o adensamento da sua presença no Atlântico Sul, não deixa de lado a vertente continental do Entorno Estratégico. Com isso, é objetivo da política externa e de Defesa do Brasil buscar diminuir as fricções com os países da América do Sul, por meio do aprofundamento da integração regional.

Isso deve ser feito não só por meio da dimensão política, cultural e econômica, mas também na militar e estratégica, permitindo que a América do Sul seja um continente mais integrado fisicamente, por meio dos projetos de integração regional, facilitando a defesa conjunta e cooperativa dessa importante vertente continental do Entorno Estratégico brasileiro. E isso só seria possível, de acordo com a END, tentando combinar princípios e movimentos efetivos nos campos da cooperação e da dissuasão.

Assim, a vertente continental também é um elemento fundamental para se pensar a ampliação do Entorno Estratégico, a avaliação feita pela END que explicita que as prioridades brasileiras seriam, para além do Atlântico Sul, a Amazônia e as fronteiras terrestres, além de montar um diagnóstico dos principais problemas que envolvem as três forças do Brasil. Além disso, trazem recomendações de curto e médio prazo para superá-los. Nelas estão enfatizadas as carências e limitações dos meios materiais de defesa e as demandas por investimentos destinados, sobretudo, ao esforço concentrado visando o reaparelhamento das forças armadas.

Neste sentido, para dirimir esses problemas, cada uma das forças desenvolveu seus próprios Projetos Estratégicos. Para além dos projetos da Marinha do Brasil – já citados anteriormente, e que terão maior destaque no capítulo seguinte – há os projetos do Exército, com destaque para o SISFRON[12], o desenvolvimento dos Blindados Guarani[13] e as questões de

[12] "O SISFRON é o maior projeto de vigilância de fronteiras terrestres em execução no planeta e tem investimentos que chegam aos R$ 12 bilhões. Tecnologias de ponta serão usadas e velhos mecanismos de controle darão espaço a novos aparelhos que, com a ajuda de satélites e radares, farão varreduras territoriais, enviando informações codificadas para agentes, em tempo real (…) o SISFRON promoverá avanços para a indústria brasileira e gerará empregos no país. A maior parte dos equipamentos e tecnologias usadas (75%) é nacional e será fabricada no Brasil. Apenas para a primeira fase do Sistema, já foram gerados cerca de 390 empregos diretos e mais de 1,5 mil indiretos" (ASCOM-MD, 2015).

[13] "O Projeto Família de Blindados Guarani consiste em veículos de combate nas plataformas 4x4, 6x6 e 8x8, que não só serão poderosos para operações militares de ataque, mas também representarão um salto qualitativo em missões de defesa, patrulhamento e paz. Planejado para suportar diferentes climas e terrenos, os blindados da Família Guarani realizarão deslocamentos rápidos não só em regiões de floresta, mas também na travessia de rios e córregos" (ASCOM-MD, 2015).

Defesa Cibernética. Em relação à Força Aérea Brasileira, os principais planejamentos estratégicos residem nos Projetos "KC-X"[14], "F-X2"[15] e o projeto dos mísseis A-DARTER[16].

Diante do que foi exposto, nota-se a importância de se ressaltar um elemento fundamental para se pensar a ampliação do Entorno Estratégico, que é a avaliação dos documentos declaratórios da política brasileira de defesa (PND, END e LBDN). Isto possibilita compreender de que forma eles debatem as questões do Entorno Estratégico brasileiro e como suas linhas gerais de argumentação ajudaram a delinear os objetivos necessários para a ampliação do Brasil para além de uma atuação.

A partir da Política Nacional de Defesa, sublinha-se aqui o seu mote principal, quando aborda a questão do Ambiente Regional e Entorno Estratégico:

> A América do Sul é o ambiente regional no qual o Brasil se insere. Buscando aprofundar seus laços de cooperação, *o País visualiza um entorno estratégico que extrapola a região sulamericana e inclui o Atlântico Sul e os países lindeiros da África, assim como a Antártida.* (…) (BRASIL: 2012, p. 21, grifo nosso).

Assim sendo, o que é enfatizado nos documentos de defesa é a ampliação da dimensão geográfica e espacial do conceito de Entorno Estratégico Brasileiro.

Dessa maneira, esta ampliação do interesse do Brasil para além da porção continental da América do Sul – incorporando também o Atlântico Sul e a costa ocidental do continente africano, com ênfase aos países de língua portuguesa e aos da África Austral – denota, sobretudo, o reconhecimento da importância estratégica da vertente marítima do país para assuntos de defesa, para além da vertente continental. Além disso, acaba por defini-las como áreas prioritárias para a defesa nacional (PREUSSER DE MATTOS, 2013, p.20).

---

[14] "O Projeto KCX envolve a construção da maior aeronave já produzida no Brasil, o KC-390. Este representa um marco na excelência de gerenciamento de projetos da FAB, porque consegue aliar a emissão de requisitos e de pacotes de *offset*, de forma a impulsionar diversos setores da Base Industrial de Defesa (BID). Ao todo, mais de 50 empresas brasileiras participam do projeto, que conta ainda com a colaboração da Argentina, Portugal e República Tcheca. (…) O cargueiro nacional já nasce com grandes possibilidades de exportação para países que também precisarão, em breve, substituir suas aeronaves desse mesmo porte. Com isso, o Brasil deverá passar a fazer parte de um nicho de mercado até então dominado por grandes empresas internacionais" (ASCOM-MD, 2015).

[15] "O Projeto F-X2 reside na necessidade de reequipar a FAB com aviões de caça, representando um salto brasileiro no sentido de incorporar avanços tecnológicos importantes em sua Base Industrial de Defesa. E empresa escolhida foi a Sueca SAAB, com o modelo de caça Gripen NG (…). As aeronaves serão utilizadas pela FAB em atividades de defesa e policiamento do espaço aéreo, ataque e reconhecimento. A primeira aeronave deverá ser entregue em 2019, e a última em 2024" (ASCOM-MD, 2015).

[16] "O A-Darter é um míssil de curto alcance, projetado para atingir alvos aéreos em até 12 quilômetros. Sua principal característica, já testada com sucesso, é a capacidade de realizar manobras de alto desempenho, porque ele conta com um sensor que detecta o alvo e calcula a melhor rota para atingi-lo. Graças à parceria com a África do Sul, que desde a década de 60 tem experiência no ramo de mísseis, atualmente algumas das soluções tecnológicas desenvolvidas para o A-Darter já fazem parte de outros produtos criados pela indústria nacional" (ASCOM-MD, 2015).

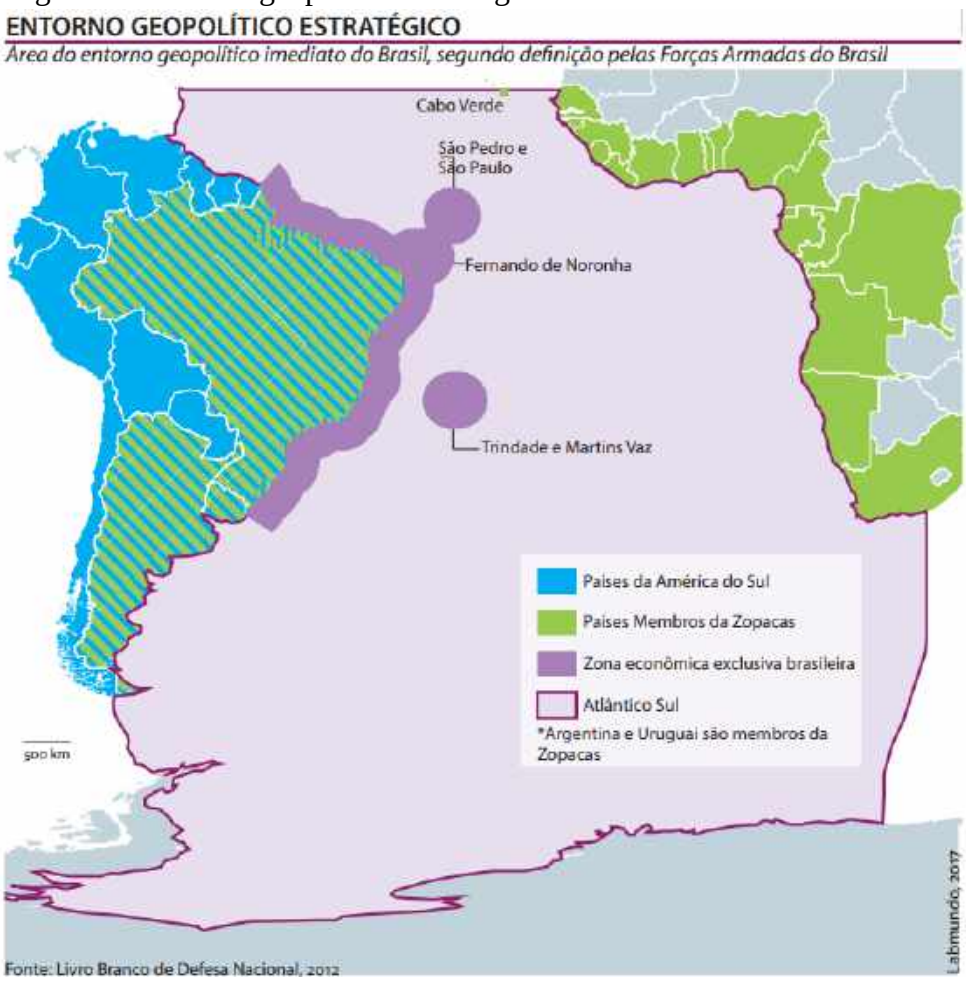
Reforçando essa ideia, dentro desse movimento de reconfiguração do conceito, com ênfase para as questões de soberania do espaço marítimo brasileiro, coloca-se nas palavras de San'tanna (2011):

> (…) na reconfiguração do Entorno Estratégico inclui-se o reconhecimento deste espaço marítimo como uma das áreas prioritárias para a defesa nacional em patamar igual ao da Amazônia. Tanto que existe a primeira menção a uma expressão que atualmente é empregada de modo corriqueiro nos discursos e apresentações de autoridades públicas e jornais, "Amazônia Azul" como a área marítima sobre a qual o Brasil deve exercer o direito de jurisdição (SANT'ANNA, 2011, p. 59).

Neste sentido, para fins de ilustração, expõe-se abaixo a representação cartográfica do que seria o entorno estratégico ampliado, conforme os documentos aqui mencionados. A demarcação geográfica do Estratégico brasileiro ampliado congrega algumas áreas de interesse brasileiro. O primeiro é o Entorno regional imediato, com a presença de todos os países da América do Sul. O segundo ambiente de interesse do Entorno Estratégico é o Atlântico Sul. Em sua dimensão doméstica está presente o território jurisdicional brasileiro no mar – que aqui será tratado como Amazônia Azul[17] –, além disso há também as ilhas brasileiras no oceano. Na dimensão externa, encontra-se o alto-mar do oceano sul-atlântico, que é o ponto principal de aporte das rotas marítimas brasileiras – representando cerca de 95% das exportações nacionais – e internacionais. O terceiro é o conjunto dos países Africanos lindeiros ao Atlântico Sul, e que participam da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul. Por fim, a Antártida, estando ao extremo Sul da região sul-atlântica, e sendo de interesse vital para o Brasil, tanto no desenvolvimento de pesquisas, como na presença enquanto parte do seu interesse estratégico, de consolidação de uma presença em toda área sul-atlântica.

[17] "Amazônia Azul" é um conceito usado pela Marinha brasileira, que almeja contribuir para o desenvolvimento da cultura marítima brasileira, divulgando a importância do mar para o País; "O principal objetivo seria o de ampliar, em todos os níveis, a divulgação do conceito "Amazônia Azul", com foco em suas vertentes econômica, ambiental, científica e da soberania, enfatizando os aspectos de natureza política e legal" (MARINHA, 2011, p. 1).

Figura 8 – Entorno geopolítico estratégico



Fonte: LIMA, 2017, p. 52.

Retomando a análise sobre o uso do conceito nos documentos declaratórios, é interessante notar que a Estratégia Nacional da Defesa (END) usa o conceito de Entorno Estratégico de forma direta apenas duas vezes. Primeiramente, quando aborda as suas medidas de implementação – complementando o conceito de entorno estratégico formulado pela PND – a END dá ênfase à oportunidade a ser explorada de "estreitamento da cooperação entre os países da América do Sul e, por extensão, com os do entorno estratégico brasileiro" (BRASIL, 2008, p. 45).

Adiante, a END ressalta a determinação do Ministério da Defesa e das Forças Armadas em aprofundar "as parcerias estratégicas nas áreas cibernética, espacial e nuclear e o intercâmbio militar com as Forças Armadas das nações amigas, neste caso particularmente com as do entorno estratégico brasileiro e as da Comunidade de Países de Língua Portuguesa" (BRASIL, 2008, p. 64).

Por último, sendo o documento mais recente no escopo da Política Brasileira de Defesa, avalia-se que o Livro Branco de Defesa Nacional procurou dar continuidade ao uso de um conceito que almeja delimitar a área de interesse prioritário do Brasil. O documento, no entanto, altera em alguma medida a formulação proposta pela PND, e que fora consagrada na END, sem, contudo, subverter seu significado. Analisando a sua seção dedicada aos princípios básicos do Estado, o Livro Branco argumenta que "na relação com outros países, o Brasil dá ênfase a seu entorno geopolítico imediato, constituído pela América do Sul, o Atlântico Sul e a costa ocidental da África" (BRASIL, 2012, p. 12).

Dessa maneira, é possível inferir – numa linha proposta por Preusser de Mattos (2013, p.21) – que ainda que o documento de defesa mais recente se utilize da expressão "entorno geopolítico imediato" para delimitar as regiões consideradas prioritárias para os interesses brasileiros em matéria de defesa e política externa, tais regiões condizem com aquelas definidas pela PND e compreendidas pelo conceito de entorno estratégico brasileiro.

A END explicita que as prioridades brasileiras seriam a Amazônia, as fronteiras terrestres e o Atlântico Sul, além de montar um diagnóstico dos principais problemas que envolvem as três forças do Brasil. Além disso, trazem recomendações de curto e médio prazo para superá-los. Nelas estão enfatizadas as carências e limitações dos meios materiais de defesa e as demandas por investimentos destinados, sobretudo, ao esforço concentrado visando o reaparelhamento das forças armadas.

No caso da ampliação, com vias de inclusão do Atlântico Sul, como proposto de se avaliar nesta dissertação, fica ressaltado aqui que as ações relativas à Segurança e Defesa no Atlântico Sul são assuntos que tendem a estar sob uma responsabilidade prioritária da Marinha do Brasil. Conforme enfatiza Costa (2015),

> (…) na END a Marinha do Brasil tem como objetivos estratégicos e táticos alguns elementos. São eles: "(a) defesa pró-ativa das plataformas petrolíferas; (b) defesa pró-ativa das instalações navais e portuárias, dos arquipélagos e das ilhas oceânicas nas águas jurisdicionais brasileiras; (c) prontidão para responder à qualquer ameaça, por Estado ou por forças não convencionais ou criminosas, às vias marítimas de comércio; (d) capacidade de participar de operações internacionais de paz, fora do território e das águas jurisdicionais brasileiras, sob a égide das Nações Unidas ou de organismos multilaterais da região (COSTA, 2015, p. 14).

A efetivação desses objetivos estratégicos, no entanto, perpassa pela necessidade da Marinha do Brasil em dispor de capacidade militar suficiente para a dissuasão de potenciais ameaças e, no limite, para repelir ataques de forças inimigas, o que requer meios adequados quanto à quantidade e à sofisticação tecnológica, isto é, "navios de combate, navios-patrulha, aviação de ataque embarcada, rede de vigilância incluindo satélite próprio, logística que

pressupõe o apoio de marinha mercante e, especialmente, esquadra de submarinos, neste caso com prioridade para os de propulsão nuclear" (COSTA, 2015, p. 15).

Adentrando em algumas definições atuais, pensadas no meio acadêmico, destacam-se aqui duas formulações, de certa maneira conflitantes, a fim de chegar àquela que será a base para fundamentar as análises dos capítulos seguintes, que se inserem no contexto deste terceiro momento da genealogia do conceito de Entorno Estratégico Brasileiro.

A primeira formulação, proposta por Fiori (2013, p. 1, grifo nosso), retrata o Entorno Estratégico como "uma região geográfica onde o Brasil deseja *irradiar sua influência e sua liderança*, por um viés diplomático, econômico e militar". Essa definição abre margem para uma interpretação de pura projeção de poder brasileiro, que pode soar, principalmente aos países vizinhos, como uma mera reformulação de uma atuação imperialista, mediante a posição de liderança brasileira no seu entorno regional e estratégico. Com isso, pretende-se trabalhar com uma ideia mais condizente com o grande diferencial do terceiro momento, nessa perspectiva atual e ampliada do conceito de Entorno Estratégico, que é justamente a dimensão da cooperação, aliada à segurança.

Com isso, com auxílio de Celso Amorim, parte-se para uma compreensão de que "o Entorno Estratégico Brasileiro se insere e perpassa por uma *articulação entre Defesa, Estratégia e Diplomacia*" (AMORIM, 2016, p. 2, grifo nosso), de uma maneira que, o conceito em si, não se traduza diretamente em um viés de contenção ou expansão brasileira, mas sim como uma *grande estratégia*, que *conjugue política externa e política de defesa*, devendo ser *a diplomacia, por meio da cooperação, o respaldo permanente da política de defesa*. (Idem, 2016, p. 2, grifo nosso)

Por fim, vale ressaltar que esta seção, que contempla o último momento da genealogia do conceito de Entorno Estratégico Brasileiro, trouxe uma primeira perspectiva do momento atual de ampliação e reconfiguração do conceito. Esta breve seção descritiva buscou servir de ponte para a verificação e análise, que serão feitas nos dois capítulos seguintes, que irão avaliar de forma mais aprofundada como foi realizada a Reconfiguração do Entorno Estratégico Brasileiro, com a inclusão do Atlântico Sul, tanto pelo viés da Política de Defesa, como pelo viés da Política Externa Brasileira.

2 **POLÍTICA BRASILEIRA DE DEFESA: A CONSECUÇÃO DE POLÍTICAS E PROJETOS ESTRATÉGICOS PARA O ATLÂNTICO SUL**

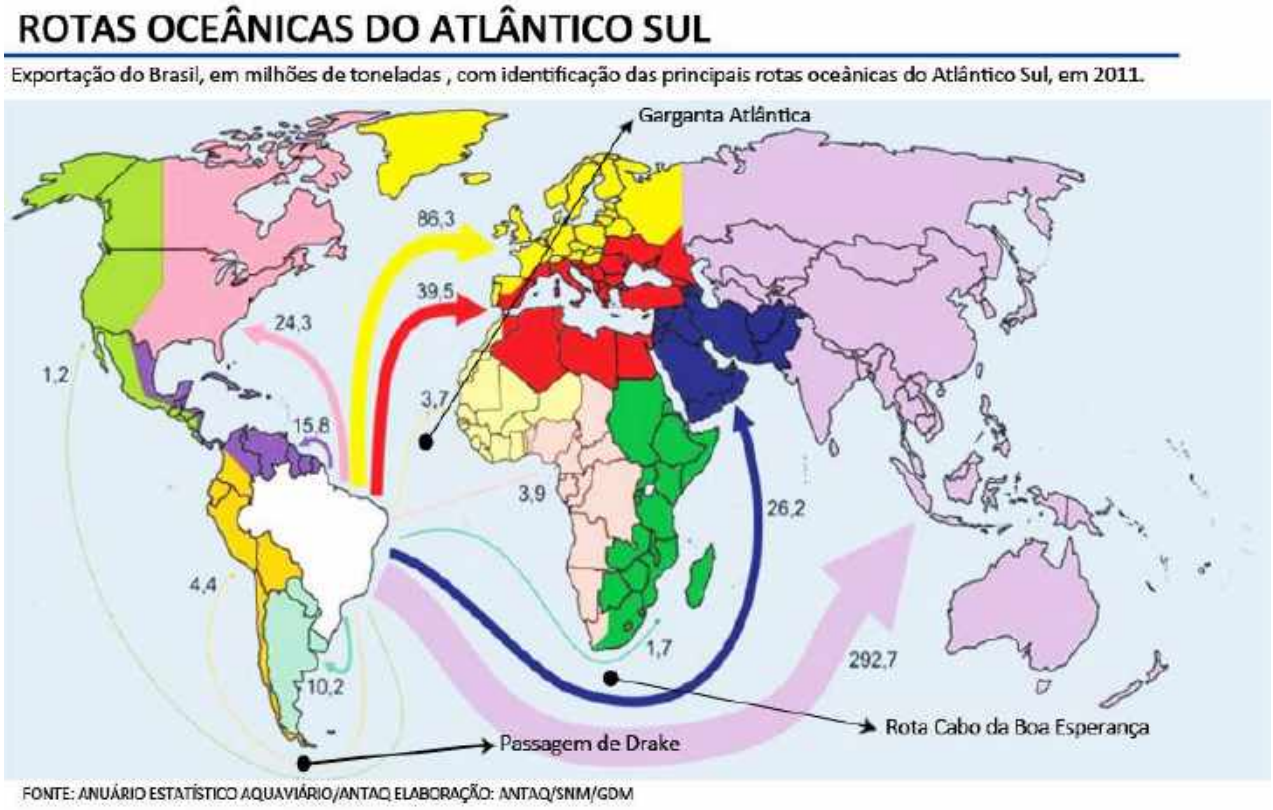
Analisando a importância do Atlântico Sul na formulação estratégica brasileira, o Brasil possui, na vertente atlântica, uma ampla gama de interesses que integram a dimensão do exercício da soberania nas fronteiras marítimas. Dentre os principais objetivos brasileiros no Atlântico Sul destacam-se a manutenção da integridade do patrimônio nacional que inclui, além do mar territorial e patrimonial, as águas, solo e subsolo da plataforma continental, a garantia de livre-trânsito para o comércio exterior brasileiro, a exploração das potencialidades econômicas – que inclui recursos naturais e intercâmbio comercial – além de uma projeção que garanta a vigilância sobre as linhas de comunicação marítima que dão acesso ao território brasileiro (COUTO, 1999, p. 122).

Sendo o Brasil o país com um dos mais extensos litorais do mundo, tem-se, então, um interesse especial no tocante à paz e à segurança do Atlântico Sul. Este oceano

> *[...] é geoestratégico para o sistema internacional desde que a América foi descoberta. Durante a Segunda Guerra Mundial sua importância se deu pelas rotas marítimas e aéreas que abasteciam os Aliados em bases militares na África e na Europa. Na Guerra Fria, consolidou-se esta ideia, à medida que os soviéticos exerciam influência e presença na África. Segundo os geopolíticos e estrategistas brasileiros, das décadas de 1960 e 1970, quando os inimigos invadissem o Atlântico sul-africano, para chegarem ao Atlântico Sul, na costa da América do Sul não teriam maiores dificuldades. De acordo com estes estudiosos, civis e militares, resguardar os interesses brasileiros no Atlântico Sul justificaria o prolongamento da soberania brasileira para 200 milhas marítimas e o desenvolvimento autônomo de navios e submarinos convencionais e nucleares (CORRÊA, 2013, p. 2).*

Pela análise do Livro Branco da Defesa Nacional (LBDN), torna-se possível a compreensão do Atlântico Sul como um "ambiente estratégico". Esse oceano possui áreas estratégicas relevantes como a Garganta Atlântica, entre a costa do nordeste brasileiro e a África ocidental, além de um espaço intercontinental de vital importância para o comércio mundial. As passagens ao sul, que ligam o Atlântico ao Pacífico têm suma importância, pelo fato de tornarem-se substitutas ao canal do Panamá. A rota do cabo da Boa Esperança, unindo o Oceano Índico ao Atlântico Sul, finda por substituir alternativamente o Canal de Suez, além de ser o acesso marítimo mais simples à própria Antártida (MACHADO, 2014, p. 85).

Figura 9 – Rotas oceânicas do Atlântico Sul



Fonte: ANTAQ, 2012, p. 1.

Assim sendo, o Brasil trabalha a projeção dos seus interesses para o Atlântico Sul, tendo em vista que os objetivos da política exterior brasileira se pautam na manutenção da soberania e integridade territorial, assim como na contribuição para estabilidade regional e na própria inserção internacional.

Diante disso, este capítulo busca analisar a evolução da atuação brasileira, em sua dimensão militar e dissuasória, no Atlântico Sul e os seus principais desafios estratégicos. Parte-se do argumento de que o Brasil busca reconfigurar seu entorno estratégico, por meio do reforço da sua presença no Atlântico Sul, seja na Amazônia Azul, em sua zona jurisdicional no mar, seja nas águas internacionais ou nas relações com outros países lindeiros ao oceano.

Para tal, será feita, primeiramente, uma breve contextualização situando as ações brasileiras para o Atlântico Sul nos últimos anos. Em seguida, buscar-se-á avaliar a atuação da Marinha do Brasil e seus projetos estratégicos, além da presença brasileira na Antártida. Por fim, será analisada a questão da ampliação da soberania brasileira no mar e, também, a presença das potências extrarregionais no Atlântico Sul, numa avaliação da configuração geopolítica do oceano a partir da dimensão brasileira.

2.1 **Os Projetos estratégicos da Marinha do Brasil**

Para que fosse possível ampliar a sua presença no Atlântico Sul, diversas iniciativas foram realizadas para promover uma participação brasileira na vertente marítima do seu entorno estratégico. Serão apresentados nesta seção os principais projetos estratégicos da Marinha do Brasil, que vem sendo desenvolvidos em conformidade aos documentos declaratórios da Política Brasileira de Defesa.

No caso da Estratégia Nacional de Defesa (END), por exemplo, fica evidente dentre os seus objetivos, a ampliação da presença brasileira na região do Atlântico Sul, que leve em conta não só a região imediata do Atlântico Sul, no caso a Amazônia Azul, como também a ação brasileira em relação aos países lindeiros do continente africano, assim como na região da Antártida.

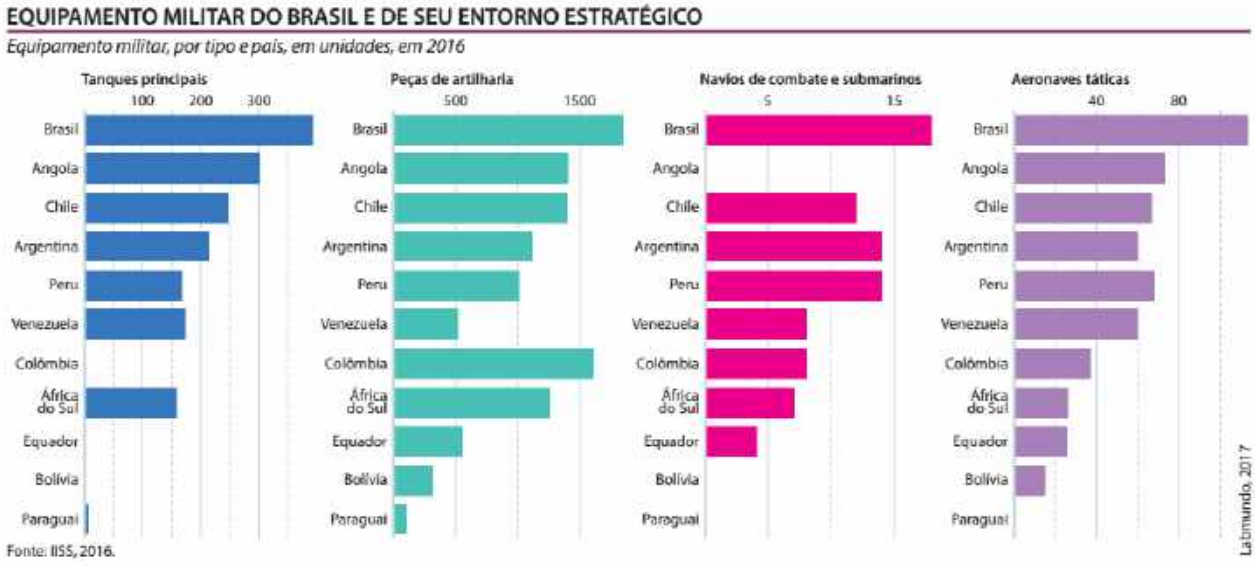
Há de se ressaltar também, como a Política Nacional de Defesa (PND) pautou como necessidade primária a promoção do desenvolvimento e o reaparelhamento das Forças Armadas Brasileiras, baseando-se no princípio de independência tecnológica e da superação de entraves de desenvolvimento científico. Segundo a PND, (BRASIL, 2012)

> o governo brasileiro explicitou sua estratégia de defesa do seu território baseada no desenvolvimento de capacidade dissuasória. O adensamento da presença do Estado e, em particular das Forças Armadas, ao longo de nossas fronteiras, é condição necessária para conquista dos objetivos de estabilização e desenvolvimento do país [...] *No Atlântico Sul, é necessário que o país disponha de meios com capacidade de exercer a vigilância, defesa das águas jurisdicionais brasileiras, bem como das linhas de comunicações marítimas* (BRASIL, 2012, p. 4, grifo nosso).

A atuação brasileira no Atlântico Sul sustenta-se principalmente no fato do Brasil possuir, em relação aos países do seu entorno estratégico, equipamentos militares mais modernos, em maiores quantidades e com as três Forças mais articuladas, além de possuir um extenso território marítimo (ver gráfico 1). O Atlântico Sul, como já citado, possui uma relevância econômica, social e militar, que comparavelmente, só a Amazônia Brasileira tem. Assim, no que tange ao setor marítimo da END, os principais objetivos da Marinha são a negação do uso do mar[18], o controle de áreas marítimas e a projeção de poder.

[18] "A negação do uso do mar consiste em dificultar o estabelecimento do controle de área marítima pelo inimigo ou a exploração de tal controle. Trata-se de uma tarefa desempenhada por um Poder Naval que não tem condições de estabelecer o controle de área marítima ou quando não há interesse em mantê-lo. (…) negar o uso do mar ao inimigo constitui uma segurança inferior ao controle efetivo da área marítima da fronteira ao território que se deseja proteger" (PIERMATEI FILHO, 2007, p. 6).

Gráfico 1 – Equipamento militar do Brasil e de seu entorno estratégico



Fonte: LIMA et al., 2017, p. 68.

Com relação à ênfase dada à negação do uso do mar, isto levou o Brasil – conforme descrito na PND – a buscar uma manutenção da "capacidade focada de projeção de poder e de maior controle áreas marítimas" (BRASIL, 2012, p. 10).

Dentre as necessidades prioritárias nas atividades de negação e atuação da Marinha do Brasil, a END aponta o seguinte:

> a) defesa proativa das plataformas petrolíferas; b) defesa proativa das instalações navais e portuárias, dos arquipélagos e das ilhas oceânicas nas águas jurisdicionais brasileiras ; c) prontidão para responder a qualquer ameaça, por Estado ou por forças não-convencionais ou criminosas, às vias marítimas de comércio; d) capacidade de participar de operações internacionais de paz, fora do território e das águas jurisdicionais brasileiras, sob a égide das Nações Unidas ou de organismos multilaterais da região (BRASIL, 2008, p. 11).

Diante dessas recomendações, houve a priorização no desenvolvimento de projetos estratégicos da Marinha, que auxiliassem o reaparelhamento da força. Ademais, os projetos desenvolvidos demonstram que as recomendações dos documentos de defesa já começam a tomar um rumo, visto que muitos projetos já estão encaminhados, inclusive. Dentre os principais projetos estratégico destacam-se o "Programa Nuclear da Marinha (PNM)", a construção do "Núcleo do Poder Naval", e o "Sistema de Gerenciamento da Amazônia Azul" (SisGAAz), que serão descritos adiante.

O Programa Nuclear da Marinha, iniciado em 1979, divide-se em dois maiores projetos: o domínio do "Ciclo do Combustível Nuclear" e o "Laboratório de Geração Núclero-Elétrica" (Labgene). O Brasil já domina todo o ciclo de produção do combustível nuclear,

usando material nacional. Ademais, a Marinha inaugurou, no início de 2012, a Unidade Piloto Hexafluoreto de Urâneo (Usexa), que é a última etapa para o domínio pleno desse ciclo. Esse Laboratório tem o propósito de desenvolver a capacidade tecnológica para o projeto, construção, operação e manutenção do reator nuclear do tipo PWR (*Pressurizes Water Reactor*), que será empregado na propulsão do primeiro submarino nuclear (SN-BR) a ser construído no Brasil. Este programa concederá ao Brasil a capacidade para operação de plantas núcleo-elétricas de tecnologia nacional. A energia poderá ser usada tanto nos fins civis-urbanos, quanto na propulsão de meios navais (MARINHA, 2011, p. 02).

Em relação ao Núcleo do Poder Naval, este almeja modernizar e ampliar a capacidade operacional da Marinha brasileira. O plano, inicialmente elaborado pela END, se estrutura na aquisição e distribuição de material, navios e instalações. Esse Núcleo é formado por programas que tem o propósito de expandir e modernizar a Força Naval. Dentre eles está o desenvolvimento de submarinos convencionais e, também, os de propulsão nuclear (Prosub), a construção de um Navio-Aeródromo (Pronae), do Navio-Anfíbio (Pronag), de "meios de Superfície (Prosuper) e a produção de navios-patrulha de 500 toneladas, além das corvetas Classe Barroso (Idem, 2011, p. 02).

Vale ressaltar que a base para construção de submarinos, situada no município de Itaguaí, no Rio de Janeiro, já se encontra em funcionamento, tendo as instalações prontas, e já trabalhando na construção dos submarinos convencionais. A base foi desenvolvida como do acordo fechado entre o Brasil e a empresa francesa DCNS. A Marinha do Brasil também trabalhou uma dimensão social no projeto, que foi organizada em paralelo à construção da Base Naval de Itaguaí. Foram desenvolvidos programas junto às famílias e população local, que buscaram estimular a formação de mão-de-obra local qualificada, estímulo à produção da economia local, além do desenvolvimento de atividades sociais (MINISTÉRIO DA DEFESA, 2013, p. 02).

O próximo passo e mais importante para o desenvolvimento do Prosub, na base de Itaguaí, reside na construção do Submarino de propulsão nuclear, que já foi iniciado, mas sofre constantes atrasos, diante dos cortes de verbas públicas para o setor militar. A relevância de um submarino com propulsão nuclear reside no fato dele permitir uma maior proteção da costa brasileira, já que ele consegue um maior sucesso na negação do uso do mar, pelo fato de ter um tempo de submersão muito prolongado, mediante o uso da energia nuclear.

O último projeto estratégico da Marinha do Brasil aqui ressaltado é o Sistema de Gerenciamento da Amazônia Azul (SisGAAz). Este se configura em um conjunto de sistemas que tem como objetivo ampliar a capacidade de monitoramento e controle das águas jurisdicionais e das regiões de busca e salvamento sob responsabilidade do Brasil. Este projeto utiliza-se de satélites, radares e equipamentos de sensoriamento submarino, a fim de monitorar o território marítimo brasileiro, e tal estrutura comporá uma rede de informação e de apoio à decisão (MINISTÉRIO DA DEFESA, 2014, p. 1)

A importância estratégica do SisGAAz se dá no fato dele atender as diretrizes da Estratégia Nacional de Defesa, já que esse sistema se encontra sob a égide do trinômio "monitoramento/controle", "mobilidade" e "presença". Ou seja, sob esse aspecto, o sistema aumenta a capacidade de resposta aos eventos que representam uma ameaça para a vida humana, segurança, economia e meio ambiente (Idem, 2014, p. 1).

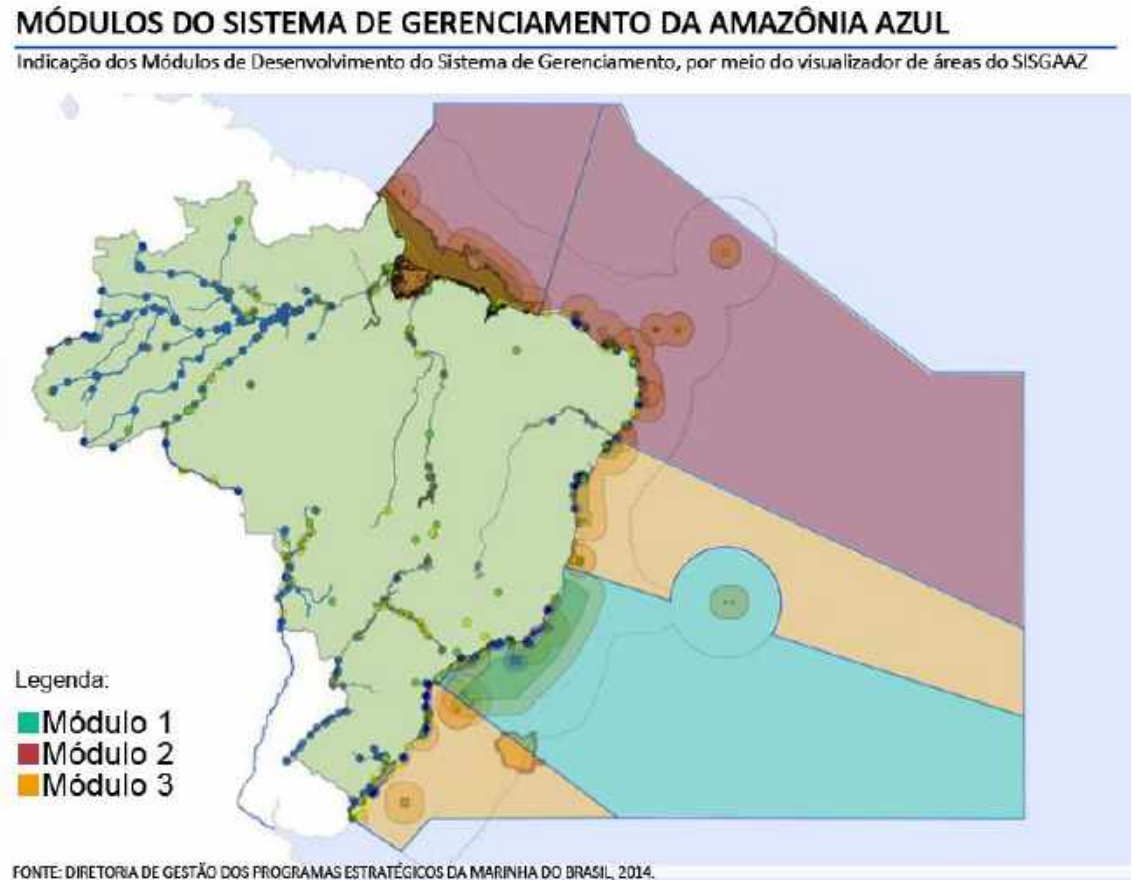
Dentre os benefícios desse sistema, um deles é a sua demanda por mão de obra qualificada, empregando tanto civis, como militares que atuem na área de ciência e tecnologia. Além disso, o sistema possui a utilidade de suporte no combate às novas ameaças, como a pirataria e o tráfico ilegal de entorpecentes, tanto no alto mar, como pelas vias fluviais. Outro ponto positivo do sistema, é a possibilidade de operação com outros sistemas, como o Sistema de Vigilância de Fronteiras (Sisfron) e o Sistema de Defesa Aérea Brasileira (SDAB) (Idem, 2014, p. 02).

O SisGAAz será implementado por meio de quatro módulos. Estes terão as seguintes metas, de acordo com Carneiro (2013):

> O desenvolvimento de um software base para o SisGAAz, a integração dos sistemas existentes da Marinha do Brasil; Integração dos sistemas existentes do MD, do Exército Brasilerio (EB) e da Força Aérea Brasileira (FAB); a integração dos sistemas existentes em outras agências, a instalação do SisGAAz no Centro de Operações do Comando de Operações Navais (ComOpNav); a implementação do Monitoramento nas Áreas de Vigilância, a instalação do SisGAAz nos Centro e Operações da Força e suas unidades e, por fim, a integração dos Meios Navais ao Sistema de gerenciamento (CARNEIRO, 2013, p. 1).

Na figura abaixo, é possível compreender a sistematização e os módulos de atuação do SisGAAz, divididos de acordo com as regiões de salvaguarda no Mar, que são responsabilidades da guarda costeira e da Marinha do Brasil, seja para embarcações nacionais, seja para as estrangeiras, desde que estejam na zona de jurisdição brasileira no mar.

Figura 10 – Módulos do Sistema de Gerenciamento da Amazônia Azul



Fonte: CARNEIRO, 2013, p. 1, adaptado pelo autor.

Em síntese, após exposição de cada um dos projetos estratégicos da Marinha do Brasil, que são as primeiras iniciativas efetivas para consolidar o Atlântico Sul como parte do seu Entorno Estratégico, vale ressaltar ainda uma dimensão da importância econômica e de desenvolvimento, que tais projetos trouxeram ao país. O desenvolvimento desses projetos reforçou o setor da indústria brasileira de defesa, já que parte das tecnologias desenvolvidas em prol desses projetos estratégicos, principalmente para a defesa da Amazônia Azul, "provém de empresas estatais como a Empresa Gerencial de Projetos Navais (EMGEPRON), fundada em 1982, e a Amazônia Azul Tecnologias de Defesa (Amazul)" (AMORIM, 2016), que além de gerarem empregos, trouxeram o elemento funamental da produção autônoma de tecnologias sensíveis, além de facilitarem o atual quadro brasileiro de transferência de tecnologia.

2.2 – **O alargamento da soberania brasileira no Atlântico Sul**

Dentro da perspectiva da reconfiguração e ampliação do Entorno Estratégico Brasileiro, com inclusão do Atlântico Sul, há uma questão relativa à soberania brasileira no mar. Essa dimensão mais doméstica da atuação do Brasil no Atlântico Sul tem relação com a fronteira marítima brasileira – Amazônia Azul – e com a perspectiva de ampliação, que envolve regimes internacionais do Direito Internacional do Mar, para além de uma ampla gama de potenciais recursos estratégicos a serem explorados.

Vale ressaltar que a ideia de alargamento da soberania na fronteira oriental e marítima do brasil se insere no conceito de fronteira em movimento. O conceito é proveniente da geopolítica e da geografia política dos séculos XIX e XX. A geopolítica trabalha com a ideia de domínio sobre um determinado espaço geográfico enquanto área estratégica de poder. "As estratégias geopolíticas visam ocupar, então, os denominados "espaços vazios" e garantir a expansão e unidade de um território nacional. Nessa perspectiva, as fronteiras estatais não são estáticas, são como organismos vivos ou fronteiras vivas e se estruturam mediante processos de expansão ou retração" (ALBUQUERQUE, 2008, p. 6).

Essa maior atenção dada às questões de soberania no mar se insere no aumento das atividades de exploração econômica nos mares e oceanos, com uma tendência de crescimento no médio e longo prazos. Esse movimento tem despertado a atenção de diplomatas, pesquisadores e estrategistas que passaram a avaliar possíveis disputas entre nações por recursos marinhos, sejam eles pesqueiros ou minerais. Assim, a Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (CNUDM), também conhecido como Tratado da Jamaica, país onde foi assinada a Convenção, houve um ensejo para a definição das soberanias marítimas de cada país (PENNA FILHO, 2015a, p. 178).

O Brasil, contudo, não seguiu a perspectiva unilateral empregada pelos EUA nesse assunto, assim como em praticamente todos os outros da agenda internacional. Assim, a atuação brasileira tende a uma abordagem multilateral, buscando consenso com os outros países. Diante disso, o país colaborou de forma direta para a formação do direito marítimo desde a Primeira Conferência sobre Direito do Mar, realizada em 1958. Além disso, participou de todos os eventos sobre o tema. Desde então, o Brasil também ratificou todas as principais convenções sobre meio ambiente, desarmamento, pesca, patentes e biodiversidade, cujas temáticas são afetas e compatíveis com os temas do mar. De qualquer maneira, apesar da resistência de alguns

países em aceitar a CNUDM, há o reconhecimento por parte da comunidade internacional que os protocolos e convenções devem ser respeitados (idem, 2015 p. 179).

No caso dos Estados Unidos da América, vale dizer que os estadunidenses, ainda que não tenham assinado a CNUDM, adotaram um Mar Territorial de 12 milhas e uma ZEE de 200 milhas, limites marítimos aceitos pela comunidade internacional. Dessa maneira, os Estados Unidos têm respeitado os espaços marítimos dos demais Estados e encontram-se trabalhando para estabelecer o limite exterior da sua plataforma continental. Portanto, e no que se refere ao Direito do Mar, enquanto o estado de direito prevalecer e as convenções internacionais não forem ignoradas, é pouco provável que sejam tomadas ações tendentes a ensejar um desequilíbrio das relações internacionais, em relação às soberanias no mar (PINTO, 2010).

O alargamento da soberania brasileira da perspectiva de uma estratégia nacional, fundamentada, ao mesmo tempo, nos preceitos normativos e consuetudinários do direito internacional, se insere no contexto da ampliação do entorno estratégico brasileiro, com a inclusão da dimensão marítima, junto à continental. Esse alargamento foi o resultado da bem-sucedida política externa do país, que, nas últimas décadas desempenhou iniciativas que asseguraram direitos e interesses no espaço marítimo brasileiro (SILVA, 2013).

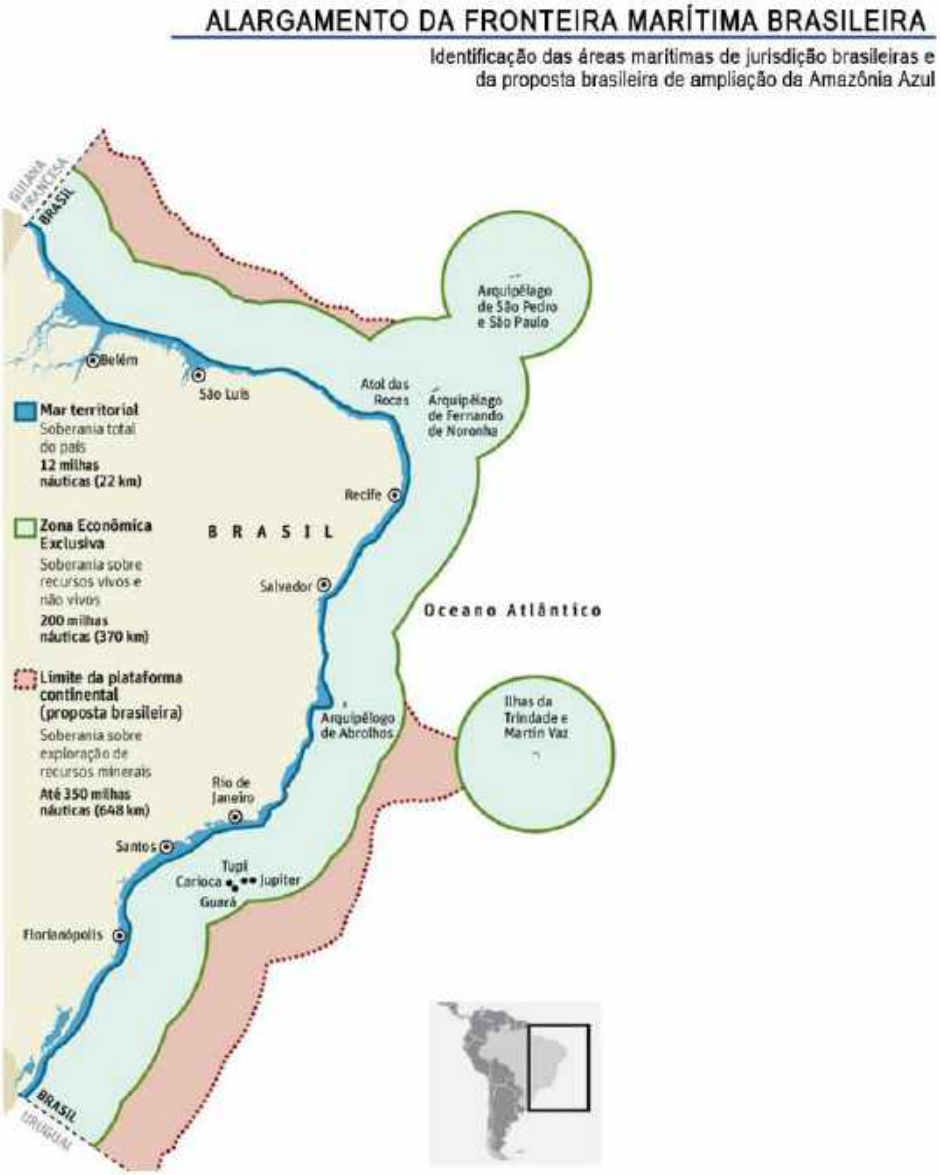
É importante abordar aqui também algumas questões acerca das fronteiras marítimas brasileiras. O Brasil vem pleiteando, junto à Comissão de Limites da Plataforma Continental (CLPC) da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, a extensão dos limites de sua Plataforma Continental, além das 200 milhas náuticas (370 km), correspondente a uma área de 963 mil km² (Idem, 2013).

Em agosto de 2004, os representantes brasileiros apresentaram uma proposta à CLPC, da ONU, contendo esse pleito de uma área, além das duzentas milhas da Zona Econômica Exclusiva (ZEE), com aproximadamente 950.000 km². No entanto,

> As avaliações da CLPC se deram ao longo de três anos (2004-2007). Pouco antes da decisão final da CLPC, a delegação brasileira, composta por diplomatas e especialistas da Marinha do Brasil, da Petrobras e da Comunidade Científica, fizeram a apresentação contendo seus argumentos científicos e técnicos, que seria utilizado como base para a proposição. Após as devidas deliberações, a CLPC formalizou sua decisão ao Governo brasileiro sob a forma de recomendações, segundo as quais o Brasil poderá apresentar nova proposta que, sendo aceita, permitirá a incorporação de, no mínimo, 700.000 Km2, e, no máximo, 950.000 km², em valores aproximados. Essa área se distribui ao longo da costa, principalmente nas regiões Norte, Sudeste e Sul, a partir do limite das 200 milhas até o bordo exterior da margem continental, nas regiões em que as características do prolongamento do território nacional se enquadram nas disposições da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (ADESG, 2011, p. 3).

Em síntese, o próximo momento deste processo seria, então, a avaliação da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar (CIRM) acerca da decisão da CLPC, a fim de subsidiar a decisão do Governo brasileiro, que poderá ser o envio de uma nova proposta, aceitando as recomendações formuladas, o prosseguimento na defesa do pedido inicial, ou, ainda, uma nova linha de ação que venha a ser delineada nos estudos, ainda em andamento. De qualquer maneira, a grande relevância reside justamente no fato de que estão sendo construídas as bases para um traçado definitivo da fronteira marítima do país na Amazônia Azul.

Figura 11- Alargamento da fronteira marítima brasileira



Fonte: Folha de São Paulo, 2013.

Conforme ilustrado na imagem (Figura 11) e por ocasião da Convenção da Jamaica, o Brasil aderiu ao Tratado e, mediante Lei n° 8.617 de 4 de janeiro de 1993, oficializa a largura

da fronteira marítima brasileira constituída pelo Mar Territorial (12 milhas), a Zona Contígua (12 milhas) e Zona Econômica Exclusiva (188 milhas, incluindo a Zona Contígua), perfazendo 200 milhas no total. No interior da ZEE, o trânsito de embarcações é livre, mas o Brasil é dono de todos os recursos vivos e não vivos da água, do solo e do subsolo (VIDIGAL et al., 2006, p. 34).

Ainda na questão das delimitações fronteiriças no Mar, vale destacar como o Brasil, Argentina e Uruguai convergem na importância estratégica que conferem ao Atlântico Sul. Conforme aponta Regina et al. (2017):

> Os três países formularam pedidos à Comissão de Limites da Plataforma Continental da ONU reivindicando a extensão de suas respectivas águas jurisdicionais para além das 200 milhas náuticas. Em 2014, o Uruguai recebeu resposta afirmativa ao seu pleito, e aumentou sua plataforma continental para 350 milhas náuticas. Em 2016, a Argentina conseguiu a extensão, incorporando área adicional ao seu território marítimo. Entretanto, a situação argentina é debatida na Comissão desde 2009, pois o pleito inicial requeria a incorporação da região das Ilhas Malvinas e *Sandwich* do Sul, área de disputa com o Reino Unido, e de região próxima à Antártida, que possui regime próprio de ocupação, restrito à pesquisa e definido por tratado. A Comissão, portanto, não concedeu essas áreas críticas à soberania argentina (REGINA et al., 2017, p. 53).

Merece destaque também algumas das motivações para o ensejo a tal ampliação soberana nos mares, que reside no potencial em termos de recursos estratégicos do ambiente marinho da zona jurisdicional brasileira. Por exemplo, há nas questões ambientais, uma questão que merece atenção, que é a necessidade de

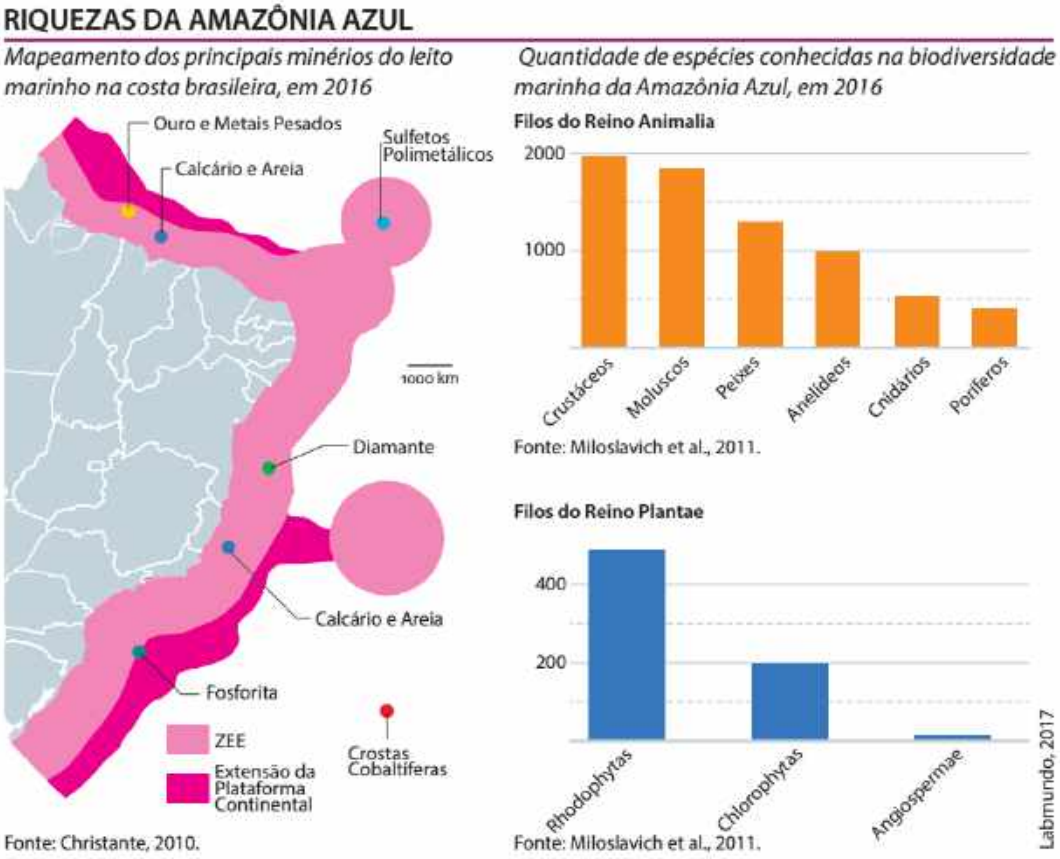
> (…) preservação de todo o bioma marinho e da exploração racional do oceano. Além disso, por ter o litoral com águas frias ao sul e quentes no Nordeste, há o aumento da diversidade biológica, com várias espécies na fauna e flora, de grande potencial comercial. Um exemplo são as algas calcárias, que são extraídas e comercializadas pelo Brasil. Algumas ações, no entanto, ameaçam mais de dez mil espécies da fauna marinha, como a poluição de ambientes costeiros e a pesca excessiva, que prejudica o potencial de desova e as capturas no futuro, como ocorre com o tubarão-azul e a merluza. Também há as províncias minerais, que vão desde a presença de diamantes, ouro e metais pesados, até aos cascalhos e areais, muito usados pela construção civil. (…) (REGINA et al., 2017, p. 65).

Este aspecto foi também reforçado pelo ex-Ministro da Defesa, Celso Amorim, em um discurso de 2014, no qual aborda a existência de riquezas, para além daquelas encontradas na camada do pré-sal. Amorim ressalta que

> (…) há novas prospecções que indicam vultosas riquezas minerais, tanto em nossa zona econômica exclusiva quanto em nossa plataforma continental estendida. Recentemente, coroando um esforço conjunto da Marinha, do Itamaraty e da Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais, nosso país recebeu autorização da Autoridade Internacional dos Fundos Marinhos (a ISBA) para realizar pesquisa e exploração de minérios no Atlântico Sul, em área localizada para além de nossa plataforma continental (a Elevação do Rio Grande). A preservação dessas riquezas demanda concertação de ações e permanente cooperação nos níveis bilateral e multilateral, inclusive em matéria de defesa (AMORIM, 2016, p. 257).

Na figura abaixo, é possível identificar uma síntese de toda esta riqueza mencionada acima, e que justificam o potencial de recursos estratégicos e ambientais, que reforçam a necessidade de ampliação da soberania brasileira para o Mar, em especial para sua fronteira marítima, a Amazônia Azul.

Figura 12 – Riquezas da Amazônia Azul



Fonte: Lima et al., 2017, p. 65.

Frente a esta grande dimensão de riquezas e recursos estratégicos, houve um aumento nos investimentos para descoberta e exploração de recursos no mar. Conforme aponta Costa (2015):

> Os novos e vultosos investimentos recentes voltados para a exploração dos recursos do mar e os fluxos marítimos em geral também se faz notar no acelerado ritmo de expansão da indústria naval nacional. Como se sabe, o impulso para o crescimento desse setor vem principalmente da Petrobrás com a sua imensa demanda por navios petroleiros, navios-sondas e plataformas marítimas. Essa retomada de investimentos também tem ativado o subsetor de construção de navios mercantes graneleiros e de carga geral. Com isso, a indústria naval brasileira que entrara em declínio em meados dos anos 1980 ressurge com força e o país conta hoje com quase duas dezenas de estaleiros de todos os portes (COSTA, 2015, p. 1).

Para além dos investimentos mais ligados à indústria e infraestrutura, também são fundamentais para a dinâmica do alargamento da soberania brasileira no mar o desenvolvimento

da dimensão de ciência e tecnologia, com investimentos em pesquisas que permitam uma cobertura maior da potencialidade de recursos no mar, além de elaborar formas mais eficazes de exploração. Neste sentido, recorrendo novamente ao Costa (2015), é possível inferir que neste período recente:

> (…) Foi registrado um redobrado esforço na tentativa de superar a nossa modesta posição internacional em ciências do mar e a notória insuficiência dos conhecimentos sobre o Atlântico Sul em particular. As agências de fomento e a comunidade científica mobilizaram-se e o resultado é o promissor conjunto de programas (todos em rede) focados em pesquisas nas áreas da oceanografia geral, biologia marinha e geologia marinha, além daqueles relacionados ao atualíssimo interesse pelos temas envolvendo fenômenos de larga escala como o do papel da interação oceanos-atmosfera no funcionamento global do clima (COSTA, 2015, p. 1).

Em síntese, isso demonstra que a perspectiva de ampliação da fronteira marítima brasileira demandou uma confluência de ações, desde àquela realizada pelos atores diplomáticos, na garantia de discussões para um Tratado internacional que definisse fronteiras marítimas, até os estudos entre pesquisadores, diplomatas e militares, para vislumbrar a potencialidade de ampliação da fronteira, principalmente mediante a grande riqueza em recursos estratégicos.

E por fim, essa dimensão da soberania dialoga com as iniciativas brasileiras em efetivar a consecução dos projetos estratégicos da Marinha do Brasil, aqui já apresentados, demonstrando que o desenvolvimento de efetivos de superfície e da força submarina são essenciais para a garantir uma atuação soberana. No caso dos efetivos de superfície, pelo potencial de demonstração de força e ocupação de uma região marítima, e dos submarinos no intento de negar o mar às forças extrarregionais.

2.3 **Iniciativas brasileiras para a atuação na Antártida**

Para entender um pouco o porquê de o continente Antártico pertence ao mesmo espaço territorial do Atlântico Sul nesta, no âmbito da reconfiguração do entorno estratégico brasileiro, é interessante frisar, que aqui adota-se a perspectiva definida por Therezinha de Castro (1999, p. 19), de que a Antártida é parte do espaço marítimo do Atlântico Sul, estando envolvida pelos estreitos de Drake e a Passagem do Cabo.

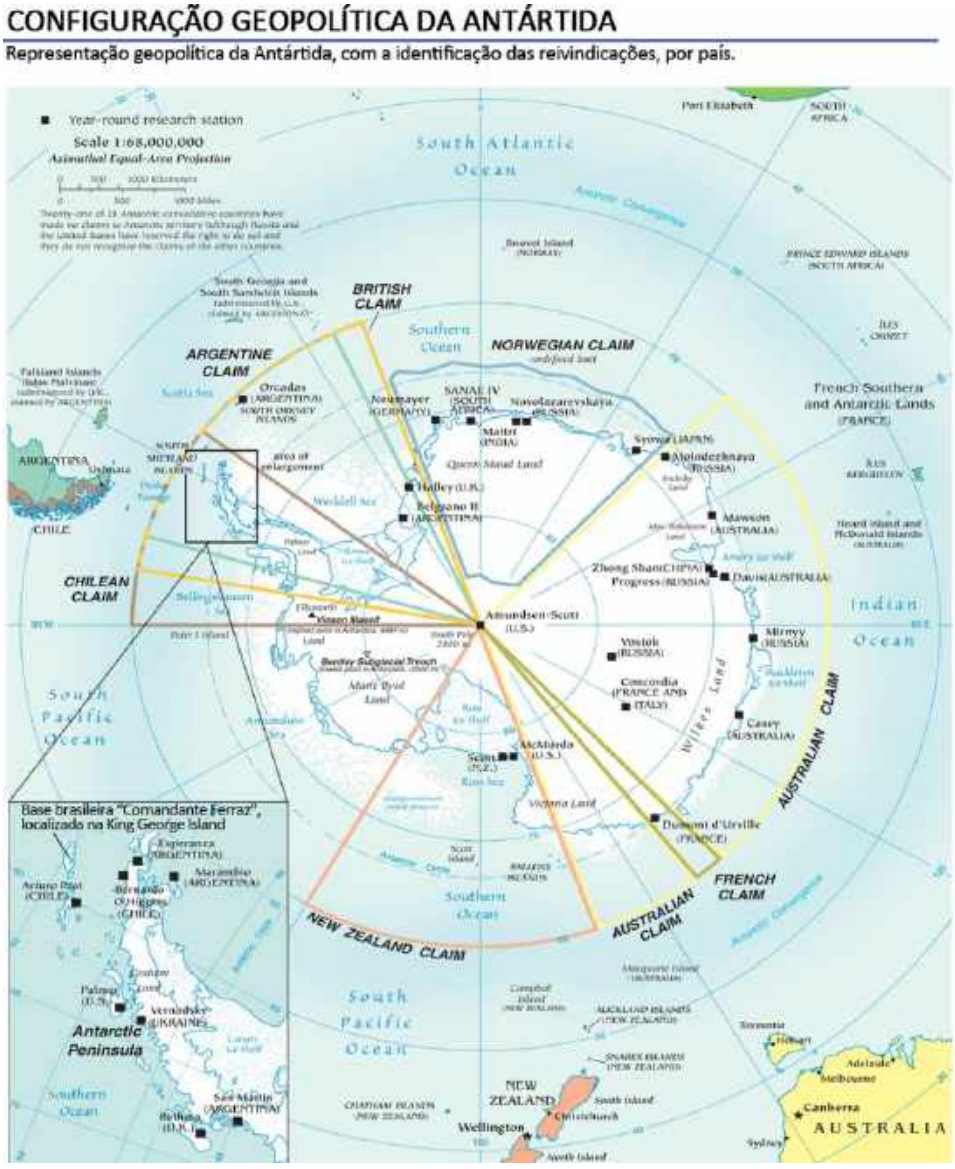
Conforme aponta Brozoski (2013), a atenção dos países centrais em vias de uma projeção para Antártida teve destaque, ainda em 1977, em artigo de Vivián Trías (1977, p. 8)

que apontava ainda naquele período, que a Antártida – por possuir “enormes depósitos de hidrocarbonetos” e “riquíssimas reservas de urânio, cobre, chumbo e outros metais” – figurava como uma zona importante de projeção:

> El Atlántico Sur es el acceso directo a la Antártida y su relevamiento, realizado a partir del "Año Geofísico Internacional" (1957-1958), há detectado riquezas minerales y naturales formidables. Es una nueva tierra de promisión, el renacimiento de "El Dorado" en la era nuclear (VIVIÁN TRÍAS, 1977, p. 8).

Transpondo para uma realidade mais atual, demonstra-se abaixo a configuração geopolítica da Antártida, com as reivindicações de cada país, no continente:

Figura 13 – Configuração geopolítica da Antártida



Fonte: CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY, 2009.

Torna-se importante demonstrar como o Brasil direcionou suas ações para aumentar a sua presença no continente Antártico. Dessa maneira, terá destaque nesta seção a importância

estratégica da Antártida, as principais ações do Brasil para garantir uma participação na pesquisa no continente, além de serem ressaltadas também as iniciativas da Marinha do Brasil, seja no quesito da oferta de efetivos, seja na dimensão do desenvolvimento das pesquisas.

Primeiramente, é importante compreender que a Antártida é geograficamente um continente 1,6 vezes maior do que o Brasil, e que também possui um elevado potencial de riquezas minerais ainda não exploradas. Além disso, ela é uma região de crucial importância para duas importantes rotas de navegação para o comércio marítimo internacional, como citado anteriormente – a do Cabo e a do Estreito de Drake – sendo assim alternativas importantes às outras rotas do comércio internacional (MATTOS, 2014).

O Brasil assinou em maio de 1975 o Tratado da Antártida, passando a integrá-lo com membro aderente, sem direito a voto nas deliberações. No segundo semestre desse mesmo ano, criou-se um grupo de trabalho interministerial, sob coordenação do Ministro das Relações Exteriores, com o propósito de reunir subsídios para formulação de uma política nacional relativa ao assunto e propor as primeiras medidas concretas para a atuação brasileira na Antártida. O grupo de trabalho, que contava com a participação de oficiais hidrógrafos, proporcionou a criação dos fundamentos da política Antártida brasileira (MATTOS, 2014).

No início da década de sessenta, oficiais hidrógrafos passaram a atuar como observadores, em expedições chilenas à Antártida. Posteriormente, oficiais de outras especialidades também acompanharam operações inglesas, argentinas, russas, e alemães, além das chilenas. A partir de 1981, o Governo brasileiro decide enviar uma expedição à Antártida. Para isso, adquiriu-se junto à Dinamarca um navio polar, *Thala Dan*, que recebeu, no Brasil, a classificação de Navio de Apoio Oceanográfico e o nome de Barão de Teffé (MARINHA DO BRASIL, 2015).

Em 1983, o Brasil inaugurou a Estação Antártida Comandante Ferraz e foi admitido como Membro Consultivo do Tratado da Antártida. Desde então, e em consonância com o Tratado da Antártida e com o Protocolo de Madri, a presença brasileira naquele continente tem se orientado pela análise e pesquisa dos fenômenos naturais daquele continente e de sua repercussão sobre o planeta, em particular sobre o território nacional e a região em que o Brasil se encontra mais diretamente inserido, a América do Sul (MARINHA DO BRASIL, 2015).

Vale ressaltar também, que as atividades do Programa Antártico Brasileiro (Proantar) são coordenadas por um órgão colegiado, a Comissão Interministerial para os Recursos do Mar, presidido pelo Comandante da Marinha, e se realizam por intermédio de vários Ministérios e

órgãos de pesquisa. O Proantar apoia a execução de pesquisas que tenham por objetivo ampliar os conhecimentos dos fenômenos antárticos e suas influências sobre questões de relevância global e regional. Sua implementação logística está a cargo da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar (CIRM), vinculada ao Comando da Marinha (Ministério da Defesa - MD (CNPQ, 2013).

A importância deste programa está presente no Plano Plurianual da União para o período de 2012 a 2015 (BRASIL, 2012), apontando que:

> (…) O Proantar consolida a posição ativa do Brasil nas negociações globais acerca de mudanças climáticas e do uso sustentável dos recursos do mar, com inovações tecnológicas propiciadoras de novas cadeias produtivas, além de oferecer apoio para a realização das pesquisas multidisciplinares sobre a Região Antártica e área adjacente (BRASIL, 2012, p. 272).

No mesmo documento, é ressaltado também a proposição de um "Programa temático Mar, Zona Costeira e Antártida" como mais um instrumento para promover o progresso científico brasileiro e a atuação do país frente a organismos internacionais. O documento aborda que:

> O Programa Mar, Zona Costeira e Antártida deve contribuir para consolidar a posição ativa do Brasil nas negociações globais sobre as mudanças climáticas. O Programa visa apoiar o uso sustentável dos recursos do mar e a realização de pesquisas multidisciplinares sobre a Região Antártica e área adjacente. Além disso, deve promover a consolidação de uma Política Nacional de C, T&I para os Oceanos e a criação do Instituto Nacional de Pesquisas sobre os Oceanos (INPO). O INPO será um importante instrumento de execução da política nacional para o setor e contará com toda a infraestrutura necessária para promover a pesquisa científica e tecnológica de alta qualidade sobre os oceanos e suas interações com a atmosfera e com os continentes (BRASIL, 2012b, p. 138).

Esse conjunto de instituições, que perfaz o Sistema Antártico Brasileiro, tem ainda o amparo da Frente Parlamentar de Apoio ao Programa Antártico Brasileiro, que foi criada em 2007 e congrega Deputados e Senadores em torno do objetivo de auxiliar no levantamento de recursos necessários ao desenvolvimento do Proantar (FERREIRA, 2009, p. 153)

Graças à ação conjugada desses atores, o Programa tem tido importantes resultados: expressiva produção científica; formação de novas gerações de pesquisadores antárticos; aquisição de experiência operacional em ambiente glacial e de clima adverso; e desenvolvimento de complexa atividade logística em área remota. Para além da ampla gama de cientistas e universitários brasileiros presentes na Antártida, a própria Marinha do Brasil tem participado de importantes pesquisas, como interação oceano-atmosfera e desenvolvimento de tecnologias de construção em locais remotos (MINISTÉRIO DA DEFESA, 2014, p. 02).

Essa iniciativa estendeu o horizonte estratégico do país no Atlântico Sul até seus confins meridionais, isto é, o Continente Antártico e seus 14 milhões de Km². Em 1982 foi criado o Programa Antártico (Proantar) e dois anos depois instalada a Estação Científica Comandante Ferraz[19] na Ilha Rei George (Sheetlands do Sul). Com essa estação e os dois navios polares brasileiros (Professor Besnard e Barão de Tefé), o país passou a integrar o seleto grupo de países com expertise em pesquisa oceanográfica de zonas polares.

Em síntese, de uma forma geral, neste período avaliado, o Estado brasileiro procurou reforçar sua presença no Atlântico Sul por meio do incentivo institucional às atividades de pesquisa e produção oceânicas, da ampliação dos acordos de cooperação no cenário das relações Sul-Sul, da reativação da indústria naval nacional e do fortalecimento de programas inter-regionais na área de Defesa (BROZOSKI, 2015).

Esta postura evidencia o interesse do Brasil em alargar sua zona de influência político-econômica para além do entorno regional imediato, no continente sul-americano, buscando incluir o Atlântico Sul, incluídos neste sentido tanto a costa ocidental da África, como a Antártida, em seu entorno estratégico.

2.4 **Presença de Potências Extrarregionais no Atlântico Sul**

É imprescindível analisar também uma das motivações para que todos esses projetos e ações venham sendo realizados pelo Brasil, para uma maior presença brasileira no Atlântico Sul – principalmente por meio da sua ação dissuasória –, que é a presença de potências extrarregionais no Atlântico Sul. Isto ocorre pelo fato dessas potências atuarem diretamente no Entorno Estratégico brasileiro, seja nas ilhas oceânicas, ou em territórios ultramarinos. Desta forma, é importante entender como atuam os Estados Unidos, Reino Unido e a França nesse ambiente.

Os EUA estiveram presentes de forma constante nas relações militares no Atlântico Sul, mesmo sem um arcabouço formal, implementadas por meio dos cursos de instrução militar

[19] A Estação Antártica Comandante Ferraz, em fevereiro de 2012, sofreu com um incêndio que deixou pelo menos uma pessoa ferida e duas desaparecidas. O incêndio comprometeu cerca de 80% da estação. Em nota, a Marinha informou que os 30 pesquisadores, um alpinista que presta apoio às atividades de pesquisa e um representante do Ministério do Meio Ambiente que estavam na Estação no momento do acidente foram transferidos de helicóptero para a cidade de Punta Arenas, no Chile (IG, 2012). Posteriormente ao incêndio, o Ministério da Defesa promoveu um concurso para criação de uma nova base, que já teve sua construção iniciada pela construtora chinesa CEIEC, com previsão para conclusão das obras em 2019 (G1, 2017).

e na continuidade dos exercícios navais conjuntos com os países sulamericanos, principalmente (DAVIS, 2011). Para isso, os EUA contam com instalações militares na Ilha de Ascensão, arrendada dos ingleses e de grande valor estratégico, por estar situada próxima ao "estrangulamento" Natal-Dakar.

A atuação dos EUA tende a acompanhar o problemático argumento de que os países do Atlântico Sul não teriam ameaças externas, devendo transformar suas forças navais em forças de segurança para combate ao terrorismo, à pirataria e ao narcotráfico, em suas zonas jurisdicionais no mar, enquanto a defesa militar do espaço marítimo no Atlântico Sul seria garantida pelos EUA. No entanto, isso só tende a limitar a autonomia militar dos países lindeiros ao Atlântico Sul.

Um exemplo do ensejo estadunidense em protagonizar a segurança desta região, se deu no seu envolvimento nos exercícios navais conhecidos como Atlasur, que contaram também com participação do Brasil, Argentina e Uruguai, além de um esforço de envolver a África do Sul nestas manobras, que têm sido realizadas bianualmente desde 1993. Tais exercícios tem tido mais o caráter de fomentar a confiança mútua do que promover o aprestamento contra um inimigo comum (AGUILAR, 2013).

É interessante notar também, conforme afirma Neves (2015, p.246), que os Estados Unidos vêm buscando diminuir a sua elevada dependência de petróleo do Oriente Médio, buscando outras fontes fornecedoras, sendo esse um dos pontos principais da visão estratégica de longo prazo dos EUA, para com os países do Atlântico Sul.

Dessa maneira, segundo Reis (2011), este movimento de procura por novas fontes de petróleo estaria relacionado com a ativação da 4° Esquadra, ou seja, a Quarta Esquadra não teria relação somente com a área de atuação do Comando Sul dos Estados Unidos. Logo, um outro motivo aparente para a criação da Quarta Esquadra seria justamente o crescimento da exploração de hidrocarbonetos na costa do continente africano, principalmente no Golfo da Guiné, para alimentar as demandas de gás e petróleo do mundo, além da potencial produção no Pré-Sal do Brasil.

Frente a tal cenário, a presença estadunidense no Atlântico Sul se dá em três ações: o restabelecimento da IV Esquadra dos EUA, em julho de 2008, o fortalecimento do *United States Southern Command (Southcom)* e a criação do *Africom*, em outubro de 2008. Pela primeira vez, os EUA passam a ter uma estrutura militar que conta com seis Comandos Unificados Combatentes e seis esquadras no globo. De acordo com as ações mencionadas

acima, percebe-se que os EUA completaram o estabelecimento de sua capacidade global de projeção de forças (BATTAGLINO, 2009).

A IV Esquadra é responsável pela segurança da América do Sul e do Atlântico Latina, comportando os navios, submarinos e aeronaves que fazem a defesa da área sob responsabilidade do *Southcom* (Maclay, et al., 2009). Segundo Maclay et al. (2009), o objetivo oficial declarado da IV Esquadra é "estreitar a cooperação e a parceria dos países da região por meio de cinco missões, o apoio a operações de manutenção de paz, a assistência humanitária, o auxílio a desastres, os exercícios marítimos tradicionais e, também, o apoio às operações antidroga" (MACLAY et al., 2009, p. 1).

Battaglino (2009, p. 38) expõe dois argumentos para a expansão da infraestrutura militar global estadunidense, para justificar a recriação da IV Esquadra: a definição do terrorismo internacional como principal ameaça, após o 11 de setembro de 2001, e o modo operacional de "vigilância persistente e extensa" que visa ao controle e à ocupação dos chamados "espaços comuns", com destaque para as áreas do mar e do espaço não pertencentes a nenhum Estado nacional. Dessa maneira, tanto a IV Esquadra quanto o AFRICOM seriam manifestações organizacionais desta estratégia.

Pode-se estabelecer ainda a hipótese adicional sobre a reativação da IV Esquadra a partir da ideia de uma força operacional provendo apoio emergencial, tanto para o AFRICOM, quanto como uma demonstração de força e afirmação da presença estadunidense no Atlântico Sul, em face da crescente presença da China e da Rússia na disputa de recursos da região. Num exemplo mais recente da securitização em curso no Atlântico Sul, evolvendo atores extrarregionais, tem-se a realização, em março de 2011, no Golfo da Guiné, de exercício militares em escala inédita, intitulados *Obangame Express*, organizados pelos EUA, e contando com a presença da França, Bélgica, Espanha, Nigéria, Gabão, São Tomé e Príncipe e República do Congo. O Brasil foi convidado, mas somente passou a aderir à edição dos exercícios a partir de 2012 (OLIVEIRA, 2013, p. 111).

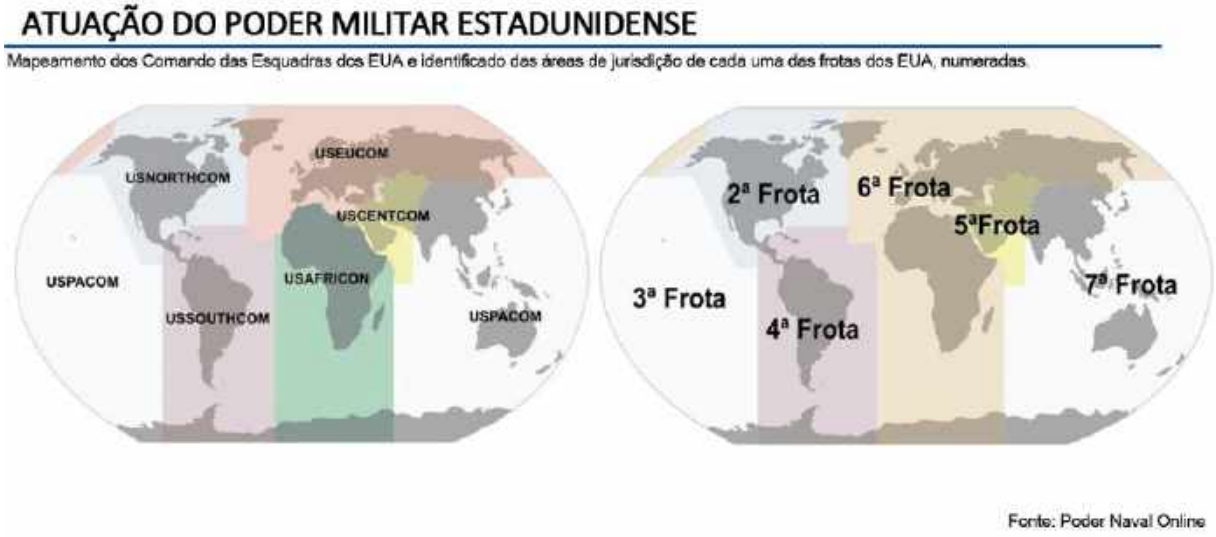
Convém ressaltar ainda a formação da Comissão do Golfo da Guiné (CGG), em 2001, e a criação do AFRICOM pelos EUA[20], em 2006. O aumento das atividades de pirataria

[20] A AFRICOM atua principalmente no Golfo da Guiné, mas sua jurisdição engloba 53 países africanos, exceto o Egito (OLIVEIRA, 2013, p. 109).

despertou a necessidade de os países localizados nesta região potencializarem a segurança coletiva na área, "nomeadamente a vertente da segurança marítima, que constituía e constitui, uma enorme vulnerabilidade destes Estados e da região" (ALMEIDA; BERNARDINO, 2013, pp. 3 - 4).

Desta maneira, o AFRICOM foi desenvolvido, em paralelo, a partir da ideia de aumentar a atual importação de petróleo da "zona de interesse vital" de 16% para 25% em 2015 (GUEDES, 2012). Desde 2009, a Marinha estadunidense iniciou um sofisticado sistema de radares de vigilância em São Tomé e Príncipe, que se estende a Cabo Verde, capaz de monitorar todo o Golfo da Guiné, na tarefa de localização e identificação de navios que circulam naquele espaço marítimo, assim controlando todas as rotas navais que por ali passam. Ademais, a componente naval do AFRICOM desenvolve um projeto de assistência naval para dotar os membros do CGG de meios de ação rápida, para operações concretas de abordagem e interdição marítima (ALMEIDA; BERNARDINO, 2013, p. 5).

Figura 14 – Atuação do poder militar estadunidense



Fonte: PODER NAVAL ONLINE, 2010.

Em suma, nota-se que dos dois lados do Atlântico Sul, os EUA vêm fortalecendo sua presença militar na última década, seja numa ação mais ostensiva, em operações e exercícios militares, seja por intermédio da cooperação e capacitação das forças navais de países da região. Além disso, o crescimento da importância estratégica do oceano para a potência estadunidense fez com que esta adotasse uma abordagem que, muitas vezes, choca-se com as perspectivas dos países costeiros ao Atlântico Sul, situados no sul geopolítico.

No caso da Grã-Bretanha, o Atlântico Sul exerceu papel central para o estabelecimento do império ultramarino britânico. Assim, para a consecução deste objetivo, os estrategistas da Marinha Inglesa acreditavam que o Reino Unido deveria controlar rotas marítimas estratégicas (PENHA, 2011, p. 42). Deste modo, ao longo de sua história, o Reino Unido estabeleceu uma presença territorial destacada na Bacia do Atlântico Sul, o que lhe confere capacidade estratégica singular atualmente, superior, inclusive, aos próprios países costeiros.

Adicionalmente, vale destacar que os ingleses possuem uma das marinhas mais bem equipadas do mundo. De acordo com o *International Institute For Strategic Studies* (2013):

> a Marinha Britânica dispõe de um ativo de 32 mil homens, além de possuir uma esquadra com onze submarinos, sendo quatro deles nucleares, além de conter cinco destroieres, treze fragatas, 22 navios de patrulha e defesa costeira, 41 navios anfíbios, 16 navios destinados a guerra de minas, e 10 navios para logística e suporte. Somado a isso, apresenta também dois porta-aviões, que estão em fase de construção e devem ser comissionados a partir de 2017, o que tende a ampliar a presença britânica na bacia sul atlântica (*INTERNATIONAL INSTITUTE FOR STRATEGIC STUDIES*, 2013, p. 187 - 188).

O Reino Unido possui também forças atuando no Atlântico Sul, especialmente nas ilhas Malvinas, onde há cerca de 1500 soldados permanentes, um navio patrulha e um navio escolta, e eventualmente um submarino em Ascensão e Serra Leoa. Além disso, há também um destroier em estado de patrulha permanente no Atlântico Sul (GUIMARÃES, 2014, p. 01).

Figura 15 – Territórios ultramarinos britânicos no Atlântico Sul

Fonte: COSTA, 2014.

Ainda que em menor proporção, quando comparada aos EUA e à Grã-Bretanha, a presença francesa no Atlântico Sul é bastante significativa. Um dos primeiros exemplos da presença francesa no Atlântico Sul se deu na Guerra da Lagosta, iniciada em 1961. Este conflito

> foi provocado pela negativa do governo brasileiro em permitir a pesca ou captura do crustáceo nas costas do litoral do nordeste do país (ao largo da faixa que se estende de Recife, Estado de Pernambuco, a Fortaleza, capital do Ceará) por lagosteiros franceses, ao que se sucedem inúmeros apresamentos efetuados pela Marinha de Guerra brasileira, culminando no envio de belonaves francesas às costas do Brasil para garantir os interesses dos pescadores envolvidos na querela, e na abertura de um conflito diplomático sem precedentes na história das relações bilaterais (LESSA, 1999, p. 109).

É na costa africana, entretanto, que ficam claros os interesses franceses pelo Oceano. Desde que foram concedidas as independências aos Estados africanos – que tinham a potência francesa como metrópole –, a França tenta assegurar sua influência por diversos meios e instrumentos sobre os países recém independentes, à época. Desde então, houve a formação daquilo que Verschave (2004, p.05) denominou de "*Françafrique*", uma "rede através da qual foram estabelecidos diversos sistemas de dominação, com o objetivo de manter a dependência dos países africanos em relação à antiga metrópole" (OLIVEIRA E PALUDO, 2013, p. 164).

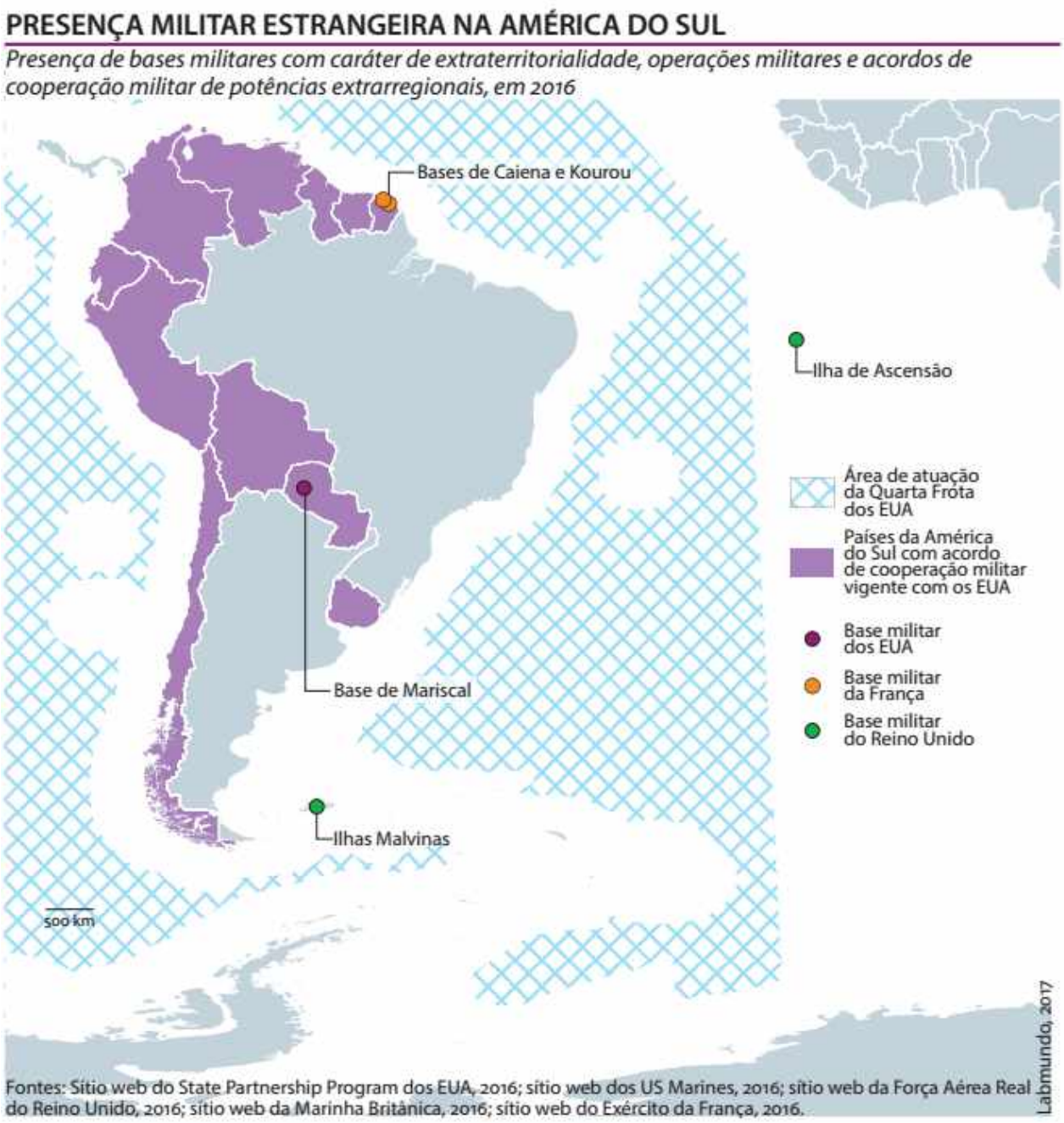
Ainda segundo Verschave (2004, p. 45), "os principais objetivos da atuação francesa no continente africano eram a obtenção de Estados-clientes e a aquisição de matérias-primas". Uma das principais materializações da dependência das ex-colônias em relação à França foi a criação da Comunidade Financeira Africana, que adota o Franco CFA[21] como moeda, tendo em sua maioria países que foram colônias francesas.

Além dos interesses e da influência francesa na África, a França se faz presente no Atlântico Sul em função da posse da Guiana Francesa. O território foi colônia francesa até 1946, quando se tornou um departamento ultramarino francês. A atividade de maior importância no departamento é a presença do Centro Espacial de Kourou, o centro de lançamentos da Agência Espacial Europeia. Há também a importância estratégica da Guiana Francesa para a França, em função da ratificação francesa da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (UNCLOS), o que lhe concede o direito da exploração dos recursos marítimos da região.

[21] O Franco CFA (Franco da Comunidade Financeira Africana) é a moeda comum na UEMOA (União Económica e Monetária do Oeste Africano) e da CEMAC (Comunidade Económica e Monetária na África Central) que abrange 14 países da África Subsaariana: Benim, Burkina Faso, Costa do Mar×m, Guiné- Bissau, Mali, Níger, Senegal, Togo, Camarões, Congo, Gabão, Guiné Equatorial, Republica Centro-Africana e Chade, mas também o arquipélago Comores que constitui o 15º país (E-GLOBAL NOTÍCIAS, 2017).

Em síntese, para ilustrar a presença desses múltiplos atores extrarregionais no entorno Estratégico Brasileiro, seja no continente da América do Sul, ou no Atlântico Sul, identificam-se abaixo algumas das bases de caráter extrarregional, que tem papel estratégico na região, com destaque para EUA, França e Reino Unido, países que tiveram destaque no decorrer desta seção, por terem uma atuação relevante.

Figura 16 – Presença Militar Estrangeira na América do Sul



Fonte: LIMA et al., 2017, p. 56.

Há uma dimensão que também vai além da atuação unilateral dos países citados anteriormente. Para tal, há de se considerar a possibilidade de presença de potências

extrarregionais, por meio da OTAN, no Atlântico Sul. No âmbito da organização, muito tem se discutido sobre a intensificação de atividades criminosas como a pirataria, contrabando de cargas e pesca ilegal. Junto dessas ameaças, os países da Otan tendem a enxergar muitos dos Estados do Atlântico Sul como não capazes de protegerem o seu entorno, frente a tais ameaças.

Conforme bem argumenta Alhais (2017):

> (…) no continente africano, onde podemos encontrar muitos exemplos de "Failed States", o que faz com que organizações como a NATO tentem alargar a sua jurisdição através de operações conjuntas (como aconteceu com operações de cooperação realizadas com Cabo Verde, para solução de problemas internos) (ALHAIS, 2017, p. 6).

Avaliando esse impacto das ações da OTAN no Atlântico Sul, na perspectiva do Brasil, por exemplo, pode-se citar como esse interesse em incluir o Atlântico Sul no escopo estratégico da OTAN, que foi expresso em discurso do ministro da Defesa de Portugal, em 2010, – no qual afirma que o Atlântico Sul é estratégico e deveria ser incluído nas linhas fundamentais de ação da OTAN –, o que levou o ex-ministro da Defesa do Brasil, Nelson Jobim, a afirmar, em palestra que proferiu no mesmo ano em Lisboa, que via "com reservas iniciativas que procurem, de alguma forma, associar o 'Norte do Atlântico' ao 'Sul do Atlântico' – esta, o 'Sul', área geoestratégica de interesse vital para o Brasil" (ALMEIDA SILVA, 2014, p. 204).

Oliveira também ressalta que (2013):

> (…) na Conferência Internacional sobre o futuro da Comunidade Atlântica, em 2010 em Lisboa, Jobim reafirmava que as questões de segurança relacionadas às duas esferas do Oceano Atlântico, embora não esclarecesse quais fossem, são distintas e, portanto, demandam respostas diferenciadas, sendo ainda mais eficientes e legítimas quanto menos envolverem organizações ou Estados estranhos à região (OLIVEIRA, 2013, p. 114).

Diante disso, tendo vista esta atuação das potências extrarregionais, é importante ressaltar a relevância de se compreender o Atlântico Sul como um espaço de identidade e interesse compartilhados, entre os países lindeiros, tanto da América do Sul, como do continente africano. Isto, porque esta "identidade sul atlântica é construída não apenas por uma agenda positiva em comum, mas também por esforços de construção de novas ameaças, sempre associadas à noção de cobiça alheia pelos recursos do Atlântico Sul" (ABDENUR e MARCONDES NETO, 2014, p .218).

Dessa maneira, os países que pertencem geograficamente ao Atlântico Sul devem reiterar o interesse em protagonizar e resolver os problemas da região de forma autônoma, por

meio da cooperação e de uma atuação conjunta, como por exemplo, com declarações[22] e acordos diplomáticos.

Ou seja, esse tipo de ação internacional, trabalhado entre os países da região, por meio de organismos multilaterais, como a CPLP ou a Zopacas, seria uma forma de reação às possíveis ingerências por parte das potências extrarregionais na área. Ademais essa ação teria como objetivo evitar que questões internas e regionais, no ambiente sul-atlântico, sejam lugar de ação de organizações extrarregionais, como a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN).

E, para frear esse possível avanço, um dos principais mecanismos utilizados, para ensejo à cooperação e diálogo, entre os países do Atlântico Sul, tem sido a Zopacas. Essa linha de ação internacional tem sido construída como contraponto à militarização do oceano – que frequentemente é relembrada pelos países do norte geopolítico – sendo uma reação à ingerência extrarregional na área, e uma forma de garantir maior presença dos países legitimamente soberanos da região. E esta foi, no período analisado nesta dissertação, uma das principais frentes de articulação na política externa, como será apresentado nas páginas que seguintes, no próximo capítulo.

[22] Durante VII Reunião Ministerial da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul, ocorrida entre 14 e 16 de janeiro de 2013, por exemplo, foi aprovada uma resolução assinada pelos países-membros, a fim de condenar os ataques e violações promovidos pelo grupo paramilitar M23 (Movimento 23 de Março) na República Democrática do Congo (ITAMARATY, 2013).

3 POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA: A INICIATIVA DA ZOPACAS

Com a transição democrática no Brasil, reafirmou-se por meio da proposta da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (Zopacas), a necessidade de consolidar o Atlântico Sul como uma zona de paz, livre de armas de destruição em massas, e como uma região de ensejo à cooperação. Esta proposição brasileira substituiu o projeto da Organização do Tratado do Atlântico Sul (OTAS) que, conforme aponta Penna Filho, (2003) foi:

> (…) apresentada pela primeira vez, por Pretória, em 1969. A iniciativa consistia em estabelecer um pacto militar, de franca inspiração na Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) para, em tese, promover a defesa do hemisfério do Sul contra a expansão comunista. Pretória lançou duas versões do seu plano. A primeira previa a associação de quatro países do hemisfério sul (Brasil, África do Sul, Austrália e Nova Zelândia), que depois seria reforçada com a entrada de novos membros (PENNA FILHO, 2003, p. 3).

Primeiramente será detalhado o contexto e processo histórico que resultou na conformação da proposta brasileira da Zopacas, analisando brevemente os impactos do período da Guerra Fria para a criação da proposta apresentada à Organização das Nações Unidas (ONU), e de que forma os governos da pós-redemocratização trabalharam na conformação e continuidade da Zopacas. Ademais também serão analisadas as principais discussões e ações advindas das reuniões interministeriais, e o papel delas no amadurecimento do Fórum da Zona de Paz.

Na seção seguinte, será abordada a dimensão doméstica, a partir das discussões presentes em documentos da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Congresso Nacional, tanto da Câmara dos Deputados, como no Senado Federal, além de documentos como os Diários da Câmara e Senado Federal, com discursos dos parlamentares. Com a apresentação da dimensão doméstica, serão expostos os principais momentos das discussões sobre a Zopacas e temas correlatos à região sul-atlântica.

Além disso, também será demonstrado como a participação ativa de parlamentares, tanto no âmbito da Comissão, como fora dela, foi importante para trazer à tona uma maior aproximação entre os discursos dos parlamentares e os objetivos de setores das Forças Armadas, em particular da Marinha do Brasil. Ademais, demonstrará também uma tendência à uma reaproximação entre os setores militares e os parlamentares, nas questões relativas à defesa e segurança do Atlântico Sul, trazendo ganhos para as relações civis-militares, nos debates sobre defesa nacional.

Com isso, questões relevantes de defesa, como a confecção e aprovação dos Planos Estratégicos da Marinha do Brasil, principalmente diante das preocupações com a reativação da 4ª Esquadra estadunidense, da descoberta do Pré-sal, e dos objetivos da Marinha em aumentar e modernizar sua Armada, passaram a ser discutidas, analisadas e viabilizadas por meio dos debates no âmbito da CREDN.

Por fim, este capítulo apresentará a atuação da Política Externa do Brasil para o Atlântico Sul, perpassando pelos governos Lula e Dilma, mostrando a maior consonância entre as ações do Ministério da Defesa (MD) e Ministério das Relações Exteriores (MRE) no debate da Zopacas e nas questões de segurança do Atlântico Sul, principalmente na promoção de acordos e projetos de cooperação na área de defesa e segurança, junto aos países banhados pelo Atlântico Sul.

3.1 **Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul: História e Desenvolvimento**

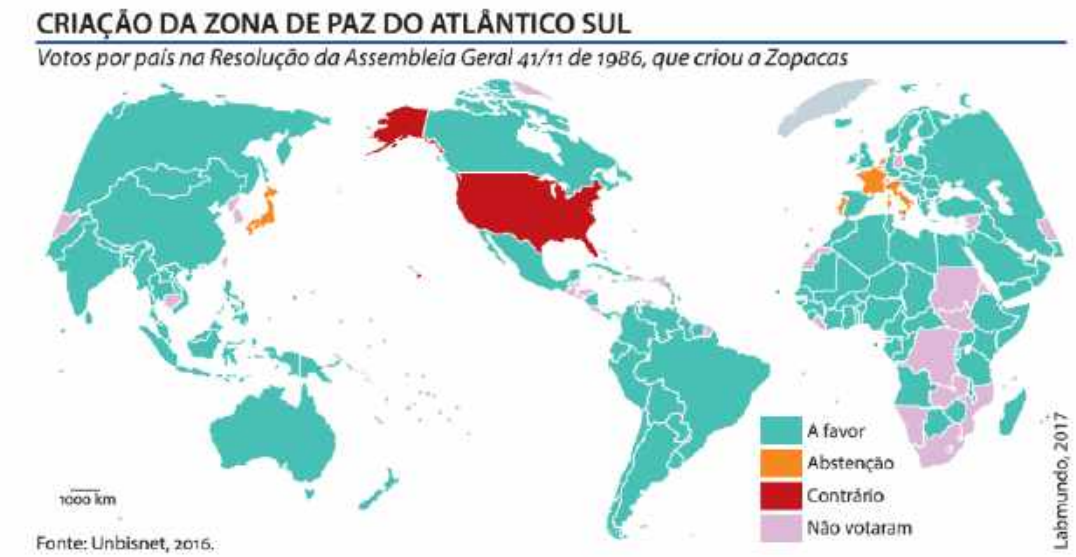
A Zopacas foi criada em 1986, com base na declaração, que ficou registrada como a "resolução 41/11" da Assembleia Geral das Nações Unidas (AGNU). A proposta brasileira de criação de uma zona de paz e cooperação foi "o marco mais nítido do esforço de definir um regime de coordenação política, que norteou a estratégia brasileira. Foi, em suma, a materialização da herança atlântico-africana e que resultou na sua afirmação como código operacional de todos os países-membro desta Zona" (PENHA, 2011, p. 187).

A Zopacas passou então a ser integrada pelos países banhados pelo Atlântico Sul: Brasil e seus vizinhos sul-americanos, Argentina e Uruguai. E, na costa africana, pela África do Sul, Angola, Benin, Cabo Verde, Camarões, Congo, Côte d'Ivoire, Gabão, Gâmbia, Gana, Guiné, Guiné Bissau, Guiné Equatorial, Libéria, Namíbia, Nigéria, República Democrática do Congo, São Tomé e Príncipe, Senegal, Serra Leoa e Togo (BIELINSKI, 2013).

A criação da Zopacas "possuiu uma ampla aceitação, com exceção de poucas abstenções de países desenvolvidos e apenas um voto negativo, proferido pelos EUA. Essa informação ressalta o quanto a transformação de uma zona, em que há a presença da IV Esquadra estadunidense, em uma região de paz, provocou reações adversas" (LIMA et al., 2017, p. 77).

O quadro geral das votações na AGNU está representado na Figura baixo, contabilizando os votos, por país membro da ONU, referente à Assembleia Geral 41/11, datada do ano de 1986:

Figura 17 – Criação da Zona de Paz do Atlântico Sul



Fonte: LIMA et al., 2017, p.77.

Para compreender as razões pelas quais criou-se a Zopacas, torna-se imprescindível uma breve retomada histórica à época da Guerra Fria. O Atlântico Sul, nesse tal contexto, "tinha um papel marginalizado, no tocante às geoestratégias das potências ocidentais. A principal importância dessa região oceânica era a de uma rota marítima" (PENHA, 2010, p.3), principalmente, no que tange o transporte do petróleo, que era controlado pelas potências ocidentais. Nesse sentido, a fim de se garantir esse dado controle

> (...) alguns mecanismos militares foram implementados: o TIAR – Tratado Interamericano de Assistência Recíproca – entre os Estados Unidos e os países da América do Sul (1947) e o "Acordo de Simonstown", estabelecido entre a África do Sul e a Grã-Bretanha (1955-1975). Também, nesse contexto, menciona-se a iniciativa, por parte da Argentina e da África do Sul (e apoiada formalmente pelos Estados Unidos nos anos 80), de constituição de um sistema de segurança regional integrado, consubstanciado na OTAS — Organização do Tratado do Atlântico Sul (...)" (PENHA, 2010, p. 4).

A OTAS funcionaria "aos moldes da aliança militar liderada pelos Estados Unidos da América (EUA) e Europa Ocidental no Atlântico Norte. A proposta, incialmente levantada pela África do Sul, foi recusada pelo Brasil, que se opunha à militarização do Atlântico Sul. " (José, 2011, p.239). A tentativa de criação da OTAS se deu principalmente pela dita "ameaça" comunista que poderia instaurar-se na região do Atlântico Sul, já que a União das Repúblicas

Socialistas Soviéticas (URSS) passava a influir cada vez mais no continente africano, principalmente com os movimentos de independência.

Em diversas ex-colônias "os comunistas tomaram o poder, dada à sua identificação com o anticapitalismo e, portanto, com o anti-imperialismo, particularmente em países que se formaram a partir da vitória de uma insurreição popular organizada e mantida à base da guerrilha, como na Indochina, em Moçambique e em Angola". (LOPEZ, 1987, p.127) Diante disso, a proposta da OTAS tinha como objetivo frear o avanço soviético, principalmente diante da expansão marítima da URSS na região da África Austral, onde se formou um "bloco de estados", que tinha governos pró-marxistas (DODDS, 1994, p. 34).

Já na década de 80, no período pós-redemocratização, o presidente do Brasil, José Sarney, em visita oficial à Cabo Verde, Moçambique e Angola, entendeu que seria importante garantir a presença brasileira no Atlântico Sul, principalmente por meio do apoio político ao continente africano, a fim de criar uma região pautada na cooperação e paz, mesmo à revelia dos EUA (JOSÉ, 2011, p. 238). Com isso em vista, o Itamaraty logo passou a investir em políticas de cooperação e planejar políticas e iniciativas regionais que facilitassem as relações para com os países africanos lindeiros ao Atlântico Sul.

O projeto de constituição da Zopacas, elaborado pelo diplomata Antônio Celso Souza e Silva, foi apresentado ao presidente Sarney, que por sua vez, concedeu ao Itamaraty a responsabilidade de desenvolvê-lo em um formato mais modesto do que havia sido formulado pelo diplomata, que tinha em seus planos iniciais a possibilidade de constituição de um tratado à semelhança da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), no qual o Brasil teria um papel de destaque na promoção de uma zona desnuclearizada (RIBEIRO, 2008, p. 43).

No entanto, os principais entraves à proposta da Zopacas adivinham da conjuntura vivenciada pelos principais parceiros, conforme argumenta Ribeiro (2008, p.44):

> Angola se encontrava em guerra civil e a África do Sul, sob regime do apartheid. Constituída pelos países da costa ocidental da África e pelos países banhados pelo Atlântico Sul, na América Latina, a Zopacas teve como objetivo, ainda, o de servir de fórum capaz de favorecer formas de integração e colaboração regional, um local em que o Estado brasileiro vislumbrava a possibilidade de maximização de seus interesses no plano atlântico. Sua criação conteria a estratégia da diplomacia brasileira no que toca à preservação da condição já conquistada pelo Brasil no Atlântico Sul, uma vez que intenta reforçar os laços do país com a África Subsaariana, contrabalançando a influência argentina e sul-africana na região (RIBEIRO, 2008, p. 44).

As discussões referentes à proposta da Zopacas, voltam a ter destaque a partir do governo Itamar Franco (1992-1995), período em que a zona de paz ganha um caráter mais pragmático,

principalmente com a finalidade de fortalecimento do papel do Brasil na região. Esta retomada também serviu como uma resposta do governo às pressões estadunidenses de se projetar sobre a região sul-americana em seus anseios de integração hemisférica - inicialmente como uma possível ampliação do Nafta e, posteriormente, com a proposta de criação da A Área de Livre Comércio das Américas (ALCA).

A Zopacas atendia, assim, aos interesses do Brasil no sentido de ampliar o espaço para a cooperação econômica e comercial, permitido engendrar a cooperação nas áreas técnico-científica e as iniciativas de caráter político-diplomático sobre proteção ambiental, desnuclearização e solução de conflitos (Idem, 2008, p. 45).

Nesse período, diante do fim do regime do apartheid na África Austral, há o relançamento da Zopacas, com a visão de se abrir um canal comum entre os países do Cone Sul e os da região africana, particularmente com a África do Sul e Angola. No primeiro caso, como destacam Hirst e Pinheiro (1997):

> Deve-se ressaltar a busca de cooperação na área tecnológica, agropecuária e de combate ao narcotráfico e, principalmente, o esforço da diplomacia brasileira, através de seu Departamento de Promoção Comercial, de aproximar o empresariado dos dois países em direção a empreendimentos conjuntos com base na crença de que a África do Sul deverá liderar um processo de integração econômica no continente, semelhante ao MERCOSUL (HIST; PINHEIRO, 1997, p. 19).

Já em relação à Angola, a atuação do Brasil caracterizou-se pelo reiterado apoio em prol da pacificação do país, colocando-se favorável à advertência apresentada pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU), em julho de 1993, ao líder da União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA), Jonas Savimbi, com embargo a seu grupo, caso não abandonasse a ação militar e respeitasse o resultado das eleições de setembro de 1992.

No que diz respeito à questão nuclear, a proposta de eliminação de armas de destruição em massa, e a pesquisa de tal tecnologia, sempre estiveram em pauta, desde a criação da Zopacas. Os países desta zona se comprometeram, por meio de tratados, a fazer com que nesta área não se produzisse ou armazenasse armas nucleares. No entanto, ainda que tenha como proposta a desnuclearização, os Estados pertencentes à zona de paz e cooperação, a partir de 2007, tiveram o direito de desenvolver pesquisas, produzir e utilizar, com fins pacíficos, a energia nuclear. Isso se deve, principalmente, ao interesse desses Estados em aprimorar essa tecnologia para fins pacíficos e domésticos, como forma alternativa de obtenção de energia (SOUZA, 2007, p. 7).

No tocante às primeiras iniciativas e debates, realizados no âmbito do Fórum da Zopacas, destacam-se as duas primeiras reuniões ministeriais da ZOPACAS, que tiveram lugar em 1988

e 1990, no Rio de Janeiro e em Abuja (Nigéria), respectivamente. O primeiro encontro discutiu o funcionamento estrutural do fórum, com a troca de informações preliminares sobre as principais questões envolvendo as metas propostas na criação da Zona. Enquanto o segundo já representou a cristalização das novas linhas mestre de ações entre os estados membros da Zopacas.

No entanto, após as duas primeiras reuniões, houve uma relativa perda de interesse por parte dos Estados-membros em levar o Fórum adiante. Nas palavras de Penha (2011):

> A falta de uma estrutura institucional para a Zopacas contribuiu para a diminuição de interesse dos países membros, muito dos quais confrontavam sérios problemas domésticos. Com isso a iniciativa da Zona estagnou-se e quase foi abandonada, não fosse a atitude da diplomacia brasileira em relançar o projeto em novas bases, em 1992, levando em consideração a nova realidade internacional do Pós-Guerra Fria. (…) buscou-se, a partir do novo contexto internacional, um rearranjo de prioridades com ênfase *na cooperação econômica, mais do que na ideia de paz*, através de ações coletivas por parte dos países membros em promover o desenvolvimento na Zona; E contribuiu para essa nova etapa o processo de independência da Namíbia, a democratização da África do Sul e a normalização das relações diplomáticas da Argentina e Grã-Bretanha, em torno das Malvinas (PENHA, 2011, p. 188, grifo nosso).

No entanto, a partir de 1994, com a realização do terceiro encontro, em Brasília, se empreendeu uma reformulação estrutural da ZOPACAS. Dentre as principais medidas, destacam-se o incentivo à cooperação em questões econômicas e ambientais, a adoção da "Declaração de Desnuclearização do Atlântico Sul" – que apontava a "necessidade de prevenir a proliferação de armas nucleares, do teste, uso, fabrico, produção, aquisição, recepção, armazenamento, instalação, desdobramento e posse de artefatos nucleares – (SOUZA, 2007, p. 6) -, a "Declaração do Meio Ambiente Marítimo", a "Declaração da Cooperação Comercial no Atlântico Sul", além do estabelecimento de um Comitê permanente da Zopacas.

Por sua vez, o quarto encontro, ocorrido em 1996, na Cidade do Cabo, África do Sul, teve como pauta a revitalização dos princípios da Zopacas, por meio do cumprimento das deliberações acertadas. Com isso, houve a ênfase na ampliação da cooperação entre os Estados-membros, em diversas áreas, como no campo econômico, tecnológico, ambiental, cultural, esportivo e de combate ao narcotráfico. Também se firmou a necessidade de aplicação de uma diplomacia preventiva, com exercícios de manutenção e construção da paz, como meio desejável para a conservação da paz e segurança na região. Por fim, também houve o registro de que os Estados-membros deveriam garantir que a Zopacas continuaria sendo um instrumento ativo para promoção de cooperação intrarregional e inter-regional (GROVE, 1995, p. 224).

Na quinta reunião, em Buenos Aires, no ano de 1998, buscou-se a adoção de um plano de ação, que, no entanto, por falta de consenso sobre o processo de implementação, acabou gerando um esvaziamento do conteúdo da reunião, e enfraquecendo a iniciativa dos países da zona. O fracasso dessa reunião impactou inclusive no cancelamento da reunião seguinte, que ocorreria em Cotonou, no Benin (PENHA, 2011, p. 191).

Diante disso, veio à tona a questão da inexistência de uma infraestrutura que permitisse sustentar e garantir eficácia à Zopacas. Conforme sugerem Rocha Carvalho e Nunes (2014):

> Com o desgaste da Zona de Paz e Cooperação, a próxima Reunião Ministerial ocorreu quase uma década depois. A partir do sexto encontro, em 2007, a Zopacas principiou sua revitalização. Todos os vinte e quatro países membros do foro estiveram presentes na reunião, episódio que demonstrou a vontade de dar maior destaque à iniciativa. Esse encontro teve como resultado o Plano de Ação de Luanda, o qual indicava as áreas em que os esforços de cooperação deveriam ser intensificados (CARVALHO; NUNES, 2014, p. 88).

Em seguida, houve a com a criação de grupos de trabalho para cooperação econômica, debates sobre a participação em missões de paz, análise de questões ambientais e combate às atividades ilegais transnacionais (VISENTINI, 2013, p.150). É importante salientar que na ocasião foi defendido o direito inalienável dos Estados membros de utilizar energia nuclear para fins pacíficos, uma questão interligada aos interesses energéticos e à Política de Defesa do Brasil, bem como à pesquisa nuclear da África do Sul (SOUZA, 2007).

O sétimo encontro, ocorrido nos dias 15 e 16 de janeiro de 2013, em Montevidéu, teve um marco importante, que foi a participação, pela primeira vez, dos ministros da defesa dos países-membros, consolidando a ênfase do fórum nas áreas de defesa e segurança. Diante disso, o Ministro da Defesa do Brasil, Celso Amorim, apresentou propostas para que fosse concretizada a parceria nessas esferas, dentre elas, uma reunião dos ministros da Defesa da Zona.

O encontro produziu dois documentos de nível político-estratégico: a Declaração de Montevidéu e o Plano de Ação de Montevidéu, que apresentaram os conceitos e as principais ações a serem levadas adiante pelo nível operacional dos Estados componentes da Zona. De acordo com Caldas (2013),

> Na Declaração de Montevidéu, predominam os temas sobre a extinção de armas de destruição em massa; defesa e desenvolvimento, incluindo questões econômicas e financeiras; mudanças climáticas; oceanos e recursos marinhos; crimes internacionais, como pirataria, tráfico de drogas, armas, pessoas e lavagem de dinheiro. No Plano de Ação de Montevidéu, os Estados se comprometem com ações de exploração do fundo marinho, cooperação na área de meio ambiente, transporte marítimo, aéreo e segurança portuária, salvaguarda e segurança marítimas, segurança pública e combate ao crime organizado, bem como o desenvolvimento de capacidades (CALDAS, 2013, p. 25).

O último momento de debate se deu na organização de um seminário para países membros da Zopacas, por parte do MD do Brasil, em novembro de 2015, em parceria com o MRE, que foi centrado em temas como “Dilemas Éticos em Operações de Paz”, “Doutrina da União Africana para Operações de Paz”, “A experiência brasileira na Força-Tarefa Marítima da ONU no Líbano”, “A Unidade de Treinamento Móvel do Centro Conjunto de Operações de Paz do Brasil (CCOPAB)”, “O Painel Independente da ONU sobre Operações de Paz, “Atividades Desenvolvidas pela ONU no Congo”, “A Questão de Gênero em Operações de Paz”, “Apoio de Saúde em Operações de Paz”, entre outros (MINISTÉRIO DA DEFESA, 2015).

Ainda neste seminário, o subchefe de Assuntos Internacionais do MD, general Décio Luis Schons, destacou a importância da divulgação das atividades da Zopacas, e as “valiosas possibilidades de utilização desse mecanismo multilateral para a promoção da paz e da cooperação entre os países condôminos do Atlântico Sul (Idem, 2015, p. 1).

3.2 - **Zopacas e Atlântico Sul em debate na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Congresso Nacional**

A partir das análises dos documentos da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Congresso Nacional[23] (Câmara dos Deputados e Senado Federal) – que incluem atas de reuniões, diários, pareceres, livros de anais e projetos de leis – é possível verificar que o debate acerca do tema do Atlântico Sul e da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul esteve relegado a segundo plano desde o período da redemocratização até meados dos anos 2000.

[23] “A CREDN foi criada por Resolução datada de 15 de setembro de 1936, com a denominação de "Diplomacia e Tratados". A partir da Resolução nº 15, de 1996, passou a denominar-se "Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional" - art. 32, inciso XV do atual Regimento Interno da Câmara dos Deputados. Seus principais objetivos são a apreciação de projetos de lei, tratados internacionais e outras proposições referentes às áreas de defesa e de política externa brasileiras. Compete-lhe, ainda, o acompanhamento e a fiscalização das ações administrativas exercidas pelo Poder Executivo naquelas áreas, nos termos estabelecidos pela Constituição Federal. Além dessas funções, a CREDN promove, também, debates e discussões com a participação de autoridades civis e militares, estudiosos, especialistas, acadêmicos e com a sociedade civil, sobre todos os temas ou assuntos inseridos no seu campo temático de atuação” (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2017, p. 1).

A partir dos anos 2000 emerge maior atenção à necessidade de revitalização da Zopacas, principalmente devido às preocupações com a reativação da 4ª Esquadra estadunidense, a descoberta das riquezas do Pré-sal, e os primeiros movimentos da Marinha do Brasil para a elaboração de seu programa estratégico, com ênfase na construção de submarinos para proteção da fronteira marítima brasileira. Nesse ínterim, as ações e debates concentraram-se no Ministério das Relações Exteriores, principalmente com a ocorrência das primeiras reuniões interministeriais, com presença dos países membros da Zopacas, entre 1988 e 1998.

No entanto, no período da pós-redemocratização houve, em certos momentos, a presença de um debate envolvendo os atores domésticos sobre as relações do Brasil no âmbito do Atlântico Sul. Ainda em 1986, com a recente criação da Zopacas, há uma discussão em pauta no Plenário da Câmara dos Deputados, iniciada pelo Deputado Maurílio Ferreira Lima (PMDB-PE) acerca da participação do então presidente da República, José Sarney, na Conferência Internacional pelo Desarmamento, em Genebra, na Suíça, sob a égide das Nações Unidas.

A conferência esteve sob a representação do Embaixador Celso Souza e Silva, que presidia os trabalhos, em função dos critérios de rodízio que prevaleciam nas Nações Unidas. Ademais, neste encontro diplomático, ficou marcada a decisão da diplomacia e do Estado brasileiro, no sentido de trabalhar para que o Atlântico Sul se transformasse em uma Zona de paz e que ficasse à margem das disputas entre as grandes potências (REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, 1986, p. 1423).

No ano de 1988 – marcado pela primeira reunião dos 21 países que compunham a Zopacas, em meados de julho, no Rio de Janeiro –, é importante mostrar como o tema fez parte da agenda e mobilizou os movimentos sociais, em particular as lideranças das juventudes de diversos partidos brasileiros. Esta mobilização frente à proposta da Zopacas, e da primeira reunião, teve como resultado a "Jornada Juvenil Democrática: Atlântico Sul-Zona da Paz", organizada pelas juventudes do Partido Comunista Brasileiro (PCB), do Partido Democrático Trabalhista (PDT) e do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) (CORREIO BRAZILIENSE, 1988, p. 14).

Ao encontro compareceram – além de personalidades que lutavam pela paz e pela preservação da área – as delegações de várias Nações e de movimentos de independência nacional, como por exemplo, a Organização do Povo do Sudoeste Africano (SWAPO) da Namíbia, o Movimento de Libertação Nacional da África do Sul, e países como Angola, Moçambique, Nicarágua, Cuba, URSS, Hungria, Argentina, Uruguai e Chile (República

Federativa do Brasil, 1988, p.2335). Dentre uma das principais metas do encontro, destaca-se, nas palavras do então deputado Augusto Carvalho (PCB-DF):

> A meta desse encontro foi realmente fazer tirar do texto as declarações solenes, feitas, inclusive, pelos representantes do Governo brasileiro, através da aprovação de resolução da ONU, e considerar essa região do mundo como Zona da Paz, ou seja, tirar essa proposta do papel e materializá-la; lutar de todas as formas para que a guerra, a corrida armamentista, e ameaça das bombas nucleares sejam definitivamente banidas, aliviando, por conseguinte, essa região do mundo de tensões localizadas, que têm infernizado a vida dos povos e da humanidade como um todo (REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, 1988, p. 2335).

Em novembro de 1996, em um relatório apresentado na sessão da CREDN sobre relações com Guiné-Bissau é informado como o país tem acolhido com entusiasmo os avanços da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) rumo a sua institucionalização, assim como tem demonstrado interesse na implementação da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS). Desta forma, os representantes de alto nível do Governo guineense estiveram presentes nos encontros interministeriais, fortalecendo sua participação tanto nas reuniões no âmbito da CPLP, quanto nas realizadas por parte da ZOPACAS.

Já o diário do Senado Federal de 1998 menciona as relações externas com a Namíbia, em que foi destacada a dimensão marítima do país e seu interesse pelos temas do Atlântico Sul. Além disso, aponta como isso se ajudava a valorizar o papel da ZOPACAS. A Namíbia naquele momento buscava um papel mais ativo em vários organismos internacionais, sobretudo naqueles vinculados ao mar, tendo inclusive postulado sua eleição para a Autoridade Internacional dos Fundos Marinhos (SENADO FEDERAL, 1998, p. 10071).

No breve período entre 1998 e 2002, ocorreu uma diminuição no debate interno, com poucas menções ou discussões sobre a temática do Atlântico Sul. Todavia, houve a promulgação de um tratado sobre as relações de parceria entre o Brasil e a Federação da Rússia, que fora celebrado em Moscou, no 2000, com aprovação em 2002. Dentre os diversos artigos da declaração do tratado, destaca-se o Artigo IV, que infere que "de acordo com a Resolução 41/11 da Assembleia Geral das Nações Unidas, de 27 de outubro de 1986, as partes favorecerão a consolidação da zona de paz e cooperação do Atlântico Sul e a plena realização de seus objetivos, com ampla colaboração da comunidade internacional", mostrando a atenção dada, por parte de uma grande potência, à uma organização de países do Sul Geopolítico (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2002, p. 1)

A partir de 2004, inicia-se um maior estreitamento das relações civis-militares, e também uma aproximação discursiva, por parte dos parlamentares, com os objetivos

estratégicos da Marinha do Brasil. Um exemplo foi na exposição de Elimar Máximo Descenso (PRONA/SP), em 2004, em que aborda iniciativas sugeridas pelo Poder Executivo, e que eram aguardadas pelas Forças Armadas. O destaque fica para a importância, levantada pelo deputado, do Brasil ter a capacidade de construir e operar submarinos nucleares, o que habilitaria a Armada brasileira de estar presente ao longo de toda a América do Sul e em todo o Atlântico Sul, em especial na Zona de Economia Exclusiva, que é de responsabilidade brasileira (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2004, p. 1).

Adentrando no ano de 2008, nota-se uma intensificação dos debates relacionados com as temáticas inerentes ao Atlântico Sul, com grande destaque nas plenárias e comissões do Congresso Nacional. Este aumento de interesse se deu principalmente com o advento de dois acontecimentos centrais: a descoberta do pré-sal e a reativação da Quarta Esquadra dos Estados Unidos da América (EUA).

Uma das principais situações que marca a retomada dos debates fica a encargo do requerimento de 2008, sobre a reativação da 4ª esquadra, de autoria do Senador Inácio Arruda (PCdoB/CE). No documento, ele convocou o Embaixador dos EUA no Brasil, Clifford Sobel, o ministro da Defesa, Nelson Jobim, e o Ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, para que comparecessem à Comissão de Relações Exteriores do Senado Federal, para prestar esclarecimentos sobre a reativação da Quarta Esquadra da Marinha estadunidense. Em sua justificação, o Senador argumenta que:

> Após quase seis décadas, foi reativada a Quarta Esquadra da Marinha Estadunidense, destinada a operar no Atlântico Sul e Caribe. A medida provocou inquietação entre líderes latino-americanos e na opinião pública da região (…) por se tratar do maior país do Hemisfério Sul, com águas jurisdicionais e projetando-se em grande parte no Atlântico Sul, o Brasil tem necessidade de conhecer mais sobre a medida implementada soberanamente pelos EUA. (…) O Senado Federal, não pode ficar alheio a questão tão significativa para a Defesa Nacional do País. O convite visa esclarecer os fatos e as suas possíveis implicações em relação à segurança regional e às relações entre os EUA e o Brasil" (COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, 2008, p. 1).

Em 2008, em dois outros momentos, nos discursos do então Deputado José Genoíno (PT/SP) sobre a Política Internacional do Governo Lula, é possível observar novamente uma aproximação dos discursos parlamentares, para com os objetivos e anseios estratégicos da Marinha do Brasil. Em uma plenária, o Deputado ressalta a importância do desenvolvimento da matriz energética brasileira. Merece destaque, em sua fala:

> Dois aspectos do desenvolvimento de nossa matriz energética são muito importantes. O primeiro é a incorporação da energia nuclear - e há decisão de nosso Governo de reiniciar as obras de Angra III em setembro, como já foi anunciado. Ao mesmo tempo, desenvolver o projeto nuclear brasileiro, dirigido principalmente pela Marinha do

> Brasil, para que possamos ter o domínio do ciclo do combustível nuclear e a construção do submarino com propulsão nuclear para a defesa estratégica do Atlântico Sul, área geopolítica fundamental para o nosso País (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2008a, p. 1).

Em outra situação, foi destaque novamente em seu discurso a questão da defesa estratégica do Atlântico Sul. Genoíno aponta que:

> A defesa estratégica do Atlântico Sul exige uma Marinha cada vez mais moderna e, principalmente, com um submarino de propulsão nuclear. Ao discutir essas questões, nós estamos olhando o Brasil do futuro, o Brasil das próximas gerações, o Brasil que sonha com seu potencial. E é esse potencial de sonho que estamos construindo, Sr. Presidente, no dia-a-dia, no Governo Lula. As bases estão colocadas pelo bom Governo que o Presidente Lula realiza, pela sua capacidade de liderança e intuição política, pela maneira como relaciona o resgate da nossa história com a previsão de futuro (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2008b, p. 1).

Por fim, uma outra situação de destaque nesta convergência discursiva, se deu também em 2008, em discurso do Deputado Edmilson Valentim (PCdoB/RJ) sobre a visita de uma comitiva constituída de parlamentares, autoridades militares e integrantes do Ministério da Ciência e Tecnologia e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) à Estação Brasileira Comandante Ferraz, na Antártida. Em seu discurso, houve destaque dado à importância da realização de investimentos no Programa Antártico Brasileiro – PROANTAR[4]. Ressalta-se em sua fala, o seu argumento sobre a segurança do Atlântico Sul:

> Por se tratar de rota comercial de importância crescente no comércio internacional, a segurança do Atlântico Sul é fundamental, e o Brasil não pode renunciar a uma posição de força nessa parte desse Oceano. Atualmente, além do Brasil, mais de 47 países têm interesses na Antártida e 29 possuem estações para pesquisas" (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2008c, p. 2).

Em síntese, diante dessas discussões domésticas sobre o Atlântico Sul e Zopacas, no âmbito do Congresso Nacional, com ampla participação dos parlamentares, o intento foi justamente demonstrar a centralidade e o papel dos debates promovidos pelos atores domésticos – em assuntos que normalmente estiveram centrados na pauta do Ministério das Relações Exteriores – no desenvolvimento e promoção de políticas públicas, projetos de cooperação, acordos internacionais e outras medidas políticas, que foram engendradas a partir deste momento, e levadas em frente pelos Ministério das Relações Exteriores e Ministério da Defesa.

Vale acrescentar que neste período da pós-redemocratização, em particular, em que a participação constitucional do Poder Legislativo consistiu principalmente na aprovação *ex post* de acordos internacionais, coube ao Executivo o poder de formulação da política externa. No entanto, mesmo havendo a desigualdade entre as atribuições, o Legislativo demonstrou possuir

importantes meios de influência no processo decisório da política externa brasileira. (ALEXANDRE, 2006, p. 6).

Com isso, foi reforçada a hipótese que aponta para uma participação ou influência do Legislativo na formulação de assuntos da política externa, conforme apontam Milani e Pinheiro (2013) que observam que

> (…) a influência do Legislativo na formulação da política externa não se dá necessariamente por meio dos mecanismos regulares de condução das relações entre os poderes, mas sim pela prática política o que acabaria por revelar um real interesse de alguns parlamentares pela formulação da PEB, negando, assim, a hipótese levantada anos antes de relativa abdicação da sua participação em temas de política externa (MILANI; PINHEIRO, 2013, p. 20).

Acrescenta-se a esta ideia, a constatação de que com a ampliação da participação de atores distintos em assuntos inerentes ao campo da política externa, as discussões sobre as temáticas internacionais têm se mostrado cada vez mais em um processo de disputas e debates políticos. Ademais, pode-se dizer que "a intensificação da politização das agendas de política externa é decorrência da maior pluralidade dos atores e de suas visões, das ideias e princípios que, assim, alcançam o espaço público; (..) nessa nova configuração, à medida que os ministérios domésticos expandem sua área de interesse para assuntos de natureza externa, mais se politiza a política externa" (Idem, 2013, p. 30).

3.3 - **Atuação da Política Externa Brasileira para o Atlântico Sul: Iniciativas de cooperação no âmbito da Zopacas e CPLP**

Perpassando pelos governos Lula e Dilma, no tocante à atuação da Política Externa Brasileira, nota-se que, o discurso do Ministério das Relações Exteriores brasileiro, principalmente nas conferências e encontros com os países do entorno do Atlântico Sul, voltou a priorizar questões relativas à paz e a cooperação no âmbito desta região. Neste período, em questão, também foi possível observar que

> o estreitamento de laços entre o Ministério da Defesa e o Ministério das Relações Exteriores tem permitido a expansão da cooperação em defesa seguindo o desejo de reaparelhamento das Forças Armadas e as prioridades da política externa. Apesar do discurso oficial da cooperação Sul-Sul brasileira enfatizar os laços históricos e culturais com a África Lusófona, na área de defesa os acordos e iniciativas englobam uma geografia mais ampla. Observa-se, notadamente, um esforço sistemático de estabelecer ou aprofundar a cooperação naval com todos os países africanos no litoral

> atlântico, independentemente do tipo de regime e sendo eles ou não de língua oficial portuguesa (ABDENUR; MARCONDES, 2014, p. 12).

Desta maneira, compreende-se que o setor da defesa é um dos instrumentos mais eficazes da diplomacia brasileira nesta estratégia da sua política externa de médio e longo prazo. Assim, os objetivos que orientam a atuação internacional das Forças Armadas Brasileiras incidem, em primeiro lugar, na manutenção de um ambiente de estabilidade regional, porque é num clima de paz que se reúnem e criam as condições para garantir a segurança dos Estados, prevenindo-os contra ameaças internas e externas. E, em segundo lugar, na manutenção da paz e segurança internacionais, bem como na própria projeção do Brasil a nível internacional (CAE-CPLP, 2014, p. 15).

Um dos primeiros e principais exemplos da cooperação no setor de defesa se deu em 2003, quando da aprovação do Acordo com a Namíbia, firmado em 2001, e que marcou um primeiro momento de maior participação das Forças Armadas em ações da Política Externa, na temática do Atlântico Sul.

Dentre os principais resultados concretos deste acordo de cooperação, destacaram-se a realização pela Marinha do Brasil de mais de 1.500 cursos na Namíbia, além da formação de cerca de 2.000 oficiais e soldados namibianos. Em 2004, o Brasil também doou uma corveta da Marinha do Brasil à Namíbia, como primeiro ato de implementação do acordo de cooperação naval. Ainda em 2004, dando prosseguimento aos termos do acordo, foi assinado outro acordo para o fornecimento de um navio e duas lanchas de patrulha para a recém-formada marinha namibiana (CAE-CPLP, 2014, p. 17).

Diante disso, retomando a própria ZOPACAS, pode-se dizer que ela também se tornou um meio para legitimar as pesquisas científico-militares dos países integrantes, para a própria modernização de seus aparatos de defesa. O Brasil tem buscado, assim, o desenvolvimento da alta tecnologia nos aparatos de defesa e segurança, e, paralelamente, tem ajudado os países vizinhos e, principalmente, os países da África, lindeiros ao Atlântico Sul.

Assim, conforme foi constatado por Mapa (2011), é possível verificar que

> Entre 2003 e 2010, foram assinados Acordos de Cooperação no Domínio da Defesa com África do Sul, Angola, Moçambique, Namíbia, Guiné Equatorial, Nigéria e Senegal (sendo Moçambique o único que não integra a ZOPACAS, mas cuja posição estratégica no Oceano Índico é incontestável). Entre as ações cooperativas, ressalta-se a de formação militar, na qual foi criado um Centro de Formação de Forças de Segurança em Guiné Bissau (com investimento brasileiro de US$ 3 milhões) e, na Namíbia, o governo brasileiro forneceu apoio à criação do Corpo de Fuzileiros Navais (com cerca de 600 militares) – outra ação importante, junto à Namíbia, é o levantamento da plataforma continental namibiana e a doação de embarcações. Com Guiné Bissau, o Brasil prestou apoio na reforma do setor de segurança com US$ 750

> mil (entre 2004-2005, através da ONU) e doou uniformes para suas Forças Armadas (MAPA, 2011, p. 8).

Durante a VII Reunião Ministerial da Zopacas, ocorrida em 2013, o ministro da Defesa do Brasil, Celso Amorim, destacou a relevância das iniciativas bilaterais e multilaterais na área de defesa no contexto da Zona: "Se nós não nos ocuparmos da paz e segurança no Atlântico Sul, outros vão se ocupar. E não da maneira que nós desejamos: com a visão de países em desenvolvimento que repudiam qualquer atitude colonial" (MINISTÉRIO DA DEFESA, 2013, p. 1).

Em janeiro de 2013, o Brasil anunciou que iria auxiliar Angola a estruturar sua indústria de defesa a fim de reduzir a dependência externa das Forças Armadas do país africano, em relação à aquisição de equipamentos militares. A medida foi um dos principais resultados da visita oficial, que foi realizada pela comitiva brasileira, chefiada pelo ministro Celso Amorim (MINISTÉRIO DA DEFESA, 2013).

No âmbito da concertação internacional, os países que conformam a Zopacas, já utilizaram o espaço multilateral da Zona, para produção de declarações conjuntas. Durante a reunião interministerial de 2013, por exemplo, aprovou-se uma declaração acerca da situação na República Democrática do Congo. No corpo do texto, nota-se como os países da zona preocuparam-se em mostrar um posicionamento firme, sob a égide dos princípios fixados na carta da ONU. No corpo da declaração, afirmou-se:

> Nós recomendamos fortemente o compromisso com os Membros da Zona, em resguardar e promover os princípios e objetivos da Carta das Nações Unidas em favor da paz e da segurança. Nós reafirmamos o papel fundamental da diplomacia, a fim de prevenir conflitos, assim como na manutenção e consolidação da paz e segurança no mundo. Nós expressamos nossa preocupação com a situação que afeta da República democrática do Congo, e condenamos os ataques e violações promovidos pelo M23 (…) Nós afirmamos e expressamos nossa solidariedade com a República Democrática do Congo (RDC) e clamamos à comunidade internacional, para que aumentar seus esforços para cooperar com a RDC, ao lidar eficazmente com as raízes dos problemas e ameaças da paz e segurança na região dos grandes lagos (ITAMARATY, 2013, p. 2).

Além disso, o Brasil desenvolveu, a partir de 2013, programas de cursos de capacitação técnica e profissional, que foram voltados aos nacionais dos países-membros da Zopacas. Esses cursos possuíram o mérito de permitir ampla troca de experiências e boas práticas em áreas de interesse mútuo, reafirmando, assim um "espírito" de solidariedade e parceria. (Itamaraty, 2013). Alguns exemplos de cursos que já foram efetuados são os cursos de "Gestão e Planejamento na Zona Costeira e Marinha", "Criminalidade Transnacional", "Gestão Sustentável da Pesca e Aquicultura", "Organização dos serviços nas ações de controle

da tuberculose para os países da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul" e "Oceanografia no Atlântico Tropical" (AGÊNCIA BRASILEIRA DE COOPERAÇÃO, 2013).

No campo da segurança marítima e em questões de salvaguarda, também houve investimento brasileiros. Segundo Coutinho (2014):

> A Chefia de Assuntos Estratégicos (CAE) e Subchefia de Assuntos Internacionais (SCAI) do Ministério da Defesa, com apoio do Ministério das Relações Exteriores e da Agência Brasileira de Cooperação, organizaram o I Seminário ZOPACAS – Segurança e Vigilância do Tráfego Marítimo, Busca e Salvamento, em Salvador, entre os dias 15 e 17 de outubro de 2013. Com a participação de representantes dos 24 países integrantes da ZOPACAS, o evento contou com oficinas de trabalho nas quais o intercâmbio de experiências de caráter técnico e operacional nas áreas de Segurança do Tráfego Marítimo e Busca e Salvamento era a finalidade (…) Dessa forma, o Ministro da Defesa, Celso Amorim, presente no evento, ressaltou em seu discurso que tal seminário tinha, entre outros, o objetivo de fortalecer as capacidades conjuntas dos países participantes para o benefício da salvaguarda e segurança do Atlântico Sul (COUTINHO, 2014, p. 73).

Vale ressaltar também outra iniciativa relevante por parte do Brasil nesse período, que foi o fortalecimento dos Fóruns Multilaterais da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), que aproximou o país de Angola, Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe, Cabo Verde, Moçambique e Portugal. Segundo análise de Penha (2011:206), o Itamaraty via na CPLP uma oportunidade de integrar o Mercosul à Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (ECOWAS) e à Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral. A organização oficialmente pretende promover a cultura de seus países, além de facilitar coordenação política e cooperação técnico-científica (GUIMARÃES, 2015, p. 15).

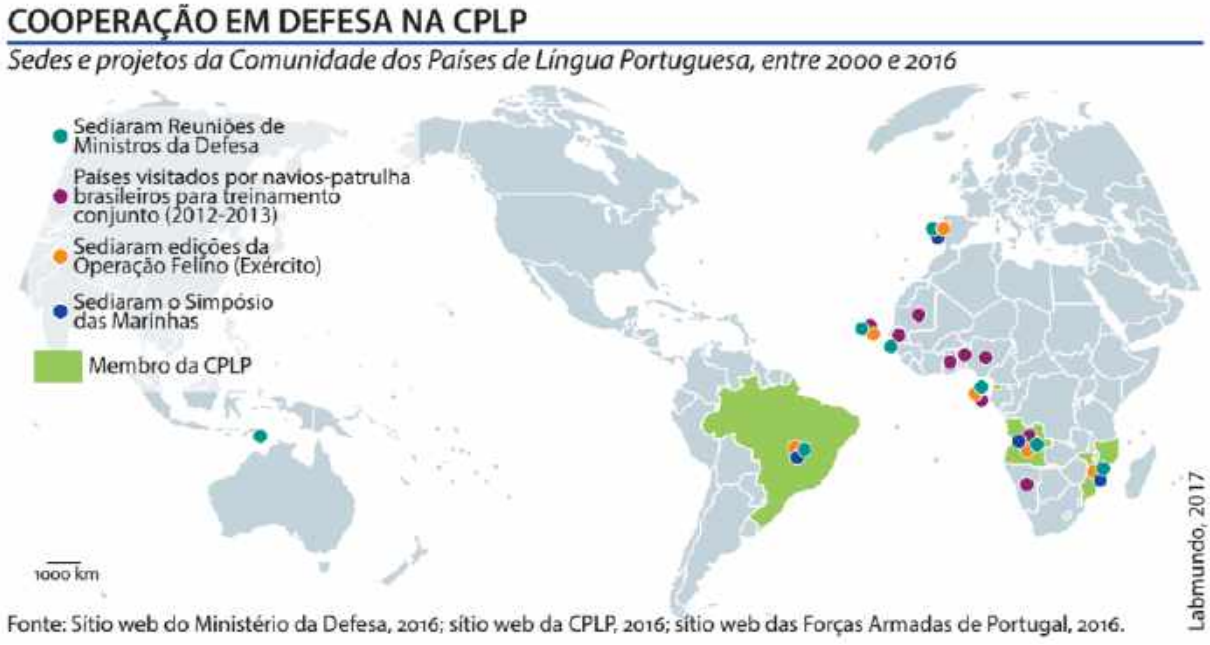
Adicionalmente, os países-membros da CPLP também têm desenvolvido a cooperação em defesa. No que se diz respeito à segurança marítima, as questões de cooperação têm sido debatidas em torno da Reunião de Ministros dos Assuntos do Mar da CPLP. Por parte do Brasil, as ações na área de Defesa e Cooperação, podem ser sintetizadas nas palavras do então Ministro da Defesa, na sessão de abertura oficial da XIII Reunião de Ministros de Defesa da CPLP, em 2011:

> A CPLP seguirá desempenhando um valioso papel na área de defesa, assim como tem feito em outros setores. O Brasil tem apoiado as ações da comunidade por diversos meios. No campo da formação e capacitação das forças armadas, prestamos assistência técnica no exterior e disponibilizamos vagas para praças e oficiais em escolas militares brasileiros. Realizamos avaliações de infraestrutura aeroviária e naval com o objetivo de auxiliar nossos parceiros na identificação das melhores alternativas para seu aproveitamento. Apoiamos o desenvolvimento da engenharia de construção, a instrução em operações de manutenção da paz e o levantamento de plataformas continentais. Buscamos ampliar os contatos entre nossas forças armadas por meio de estágios, intercâmbios e operações conjuntas (AMORIM, 2011, p. 1).

Outras ações da CPLP, na área de defesa, destacadas por Celso Amorim (2012b, p. 2) foram a realização de uma Operação militar conjunta, a Operação Felino, por parte das Forças Armadas de alguns estados membros da CPLP, que contou com o apoio brasileiro, e a inciativa de levantamento das plataformas continentais no Atlântico Sul, visto que com a extensão das plataformas para 350 milhas náuticas, mediante pleito no marco das Nações Unidas, será ampliado o potencial dos países ribeirinhos, no que se refere ao aproveitamento econômico das riquezas do leito marinho.

De forma a ilustrar o desenvolvimento de uma cooperação no âmbito da CPLP, neste período analisado, ilustra-se abaixo (Figura 18) as principais sedes e projetos desenvolvidos pelos diversos países pertencentes à Comunidade, seja entre os membros, seja em outras regiões da África, Europa e Oceania, indo desde a promoção de reuniões interministeriais na área de Defesa, até a organização das operações militares conjuntas até a realização de seminários com a presença de acadêmicos, autoridades militares, reforçando a dimensão da cooperação e troca de informações nas relações civis-militares.

Figura 18 – Cooperação em Defesa na CPLP



Fonte: LIMA et al., 2017, p. 77.

É interessante notar também como a aproximação de interesses das políticas externa e de defesa, na temática do Atlântico Sul, também foi fundamental para a produção de outras políticas públicas. Com a África do Sul, por exemplo, foram desenvolvidas políticas públicas para o desenvolvimento da pesca, da navegação de cabotagem, de pesquisas científicas, e mesmo atividades turísticas, que acabavam englobando estratégias que buscaram aliar fatores não tradicionais de poder às ações exclusivas da esfera militar (AQUINO, 2008).

Em síntese, é possível observar diante de todos os acordos de cooperação, reuniões interministeriais e discursos, como a temática do Atlântico Sul ganhou espaço, durante dos governos Lula, com respaldos significativos nos governos Dilma. E, além disso, ficou bastante evidente como as ações para conformação de iniciativas políticas nesta área, tiveram espaço tanto por parte do Ministério das Relações Exteriores, principalmente durante as reuniões interministeriais da Zopacas, como ganhou cada vez mais espaço em outros fóruns multilaterais, como é o caso da CPLP, em conjunto com o Ministério da Defesa.

4 REFLEXÕES SOBRE UMA GRANDE ESTRATÉGIA DO BRASIL

Após as análises das duas dinâmicas de inserção e atuação estratégica do Brasil em seu Entorno Estratégico – tanto pelas iniciativas no âmbito da Política Brasileira de Defesa, como nas iniciativas da Política Externa – procura-se neste capítulo analisar o estágio de desenvolvimento do conceito de Grande Estratégia do Brasil, que vincula defesa e diplomacia. Para tal, será avaliado como a concepção da Grande Estratégia fez parte de um projeto em curso, nos períodos dos Governos Lula e Dilma, principalmente com a atuação de Celso Amorim, enquanto Ministro das Relações Exteriores (2003-2010) e, principalmente, enquanto Ministro da Defesa (2011-2015).

Para demonstrar a importância das ideias dessa figura política, recorre-se à proposição analítica do conceito de Grande Estratégia do Brasil. Este teve forte presença nos discursos, artigos e outras publicações de Celso Amorim, enquanto atuou como Ministro da Defesa do Brasil, estando dentre uma das suas principais contribuições, no sentido de propor uma vinculação entre a Política Externa e a Política Brasileira de Defesa.

> Barbosa ponderou que "a paz é a cláusula essencial do nosso progresso. Mas (...) a primeira condição da paz é a respeitabilidade, e a da respeitabilidade a força (...) Seu pensamento continua a servir de bússola em um mundo em transformação e cheio de incertezas. Nosso grande estadista, que também era um pacifista, como demonstrou na Conferência da Haia, compreendia que uma Marinha moderna e adestrada era indispensável à paz e ao progresso do nosso país. Em suas palavras, "O mar, que na paz nos enriquece, na guerra nos ameaça". Por isso, Rui Barbosa concluía seu texto com uma grave advertência: "O oceano impõe deveres" (AMORIM, 2016, p. 263).

Em relação à estrutura adotada no capítulo, em um primeiro momento será feita uma discussão sobre o conceito de Grande Estratégia, sua formulação e significados, avaliando tanto a dimensão da diplomacia, como a da defesa. Em seguida, será analisada a incorporação e aplicação do conceito no Brasil, principalmente destacando a sua utilização nos discursos e documentos oficiais – reforçando a figura de Celso Amorim como articulador e entusiasta desta aproximação entre dissuasão e cooperação.

Por fim, serão abordadas em uma última seção, como algumas reflexões acerca da ideia de uma Grande Estratégia do Brasil, ressaltando pontos positivos, que possam servir de instrumentos em potencial para conjugar e aproximar as iniciativas externas brasileiras, em especial para a atuação no Entorno Estratégico ampliado.

Antes de avançar nas seções seguintes, importa notar que para o Brasil, enquanto país democrático e pacífico, há uma tendência para que se adote em sua política de defesa, sobretudo em relação aos vizinhos, um forte componente da cooperação, a fim de obter, conjuntamente,

ganhos que não poderiam ser alcançados por meio de ações isoladas. Dessa maneira, sabendo que o entorno geopolítico imediato do Brasil é constituído pela América do Sul e pelo Atlântico Sul, chegando à costa ocidental da África, há a necessidade de se "construir com essas regiões um verdadeiro cinturão de boa vontade, que garanta a nossa segurança e nos permita prosseguir sem embaraços no caminho do desenvolvimento" (AMORIM, 2012a, p. xx).

Vale ressaltar também que a inexistência de uma capacidade de atuação no Atlântico Sul pode, "ao invés de ajudar a construir a paz, ser fonte de instabilidade e conflito, já que o complemento necessário de uma política externa independente é uma política de defesa robusta. Uma não é sustentável sem a outra" (AMORIM, 2012a).

Retomando brevemente os documentos declaratórios, é válido argumentar que estes vincularam a política externa e a política de defesa do país, não só indicando quais elementos de convergência nos discursos diplomático e militar são cada vez mais evidentes, mas também reconhecendo o potencial que existe na articulação entre essas duas áreas, pautadas pela existência de uma base analítica comum.

Conforme argumenta Coutinho (2016), o Brasil deve construir sua própria visão sobre os fatos, uma visão que não esteja contaminada por interesses geopolíticos ou geoeconômicos de terceiros, nem por óticas específicas de burocracias individuais, rumo à formulação de uma grande estratégia autenticamente brasileira. O diálogo maior entre as duas pautas brasileiras encaminha o país nesse sentido (COUTINHO, 2016, p. 9).

Diante das mudanças geopolíticas e geoeconômicas da dimensão sul-atlântica, o redimensionamento das políticas brasileiras para a região e o valor da maior relação entre política externa e política de defesa foram bem ilustrados no processo de revitalização da ZOPACAS e no desenvolvimento da integração inter-regional, possibilitando a construção de um cinturão de segurança no entorno estratégico brasileiro (AMORIM, 2012a).

Dessa maneira, nos governos Lula (2003- 2010) e Dilma (2010-2014), notou-se, portanto, uma "maior articulação entre os eixos da política externa, voltada para a inserção ativa e altiva no mundo, e da política de defesa, que equilibrou esforços de cooperação e dissuasão". (COUTINHO, 2016, p. 13)

Essas concepções partiram principalmente de importantes formuladores do Itamaraty – como Celso Amorim e Samuel Pinheiro Guimarães –, e do Partido dos Trabalhadores – como Marco Aurélio Garcia –, marcaram o retorno de ideias sobre inserção internacional de inspiração mais nacionalista e desenvolvimentista. A partir das ideias desses formuladores, a agenda política de corte político-estratégico adquiriu maior centralidade. Nesse capítulo, no

entanto será dada maior ênfase à atuação e produção intelectual de Celso Amorim, pelo fato da sua atuação, enquanto ministro em ambas as pastas da ação externa brasileira.

4.1 **Grande Estratégia do Brasil: Aproximações entre a Política Externa e a Política de Defesa**

No tocante às definições, Grande Estratégia pode ser entendida, na literatura pertinente, como o "tipo mais alto de estratégia, que define os interesses vitais do Estado, as percepções das ameaças e como elas serão combatidas". Ademais, ela "determina as alianças e os compromissos militares que poderão ser assumidos no exterior, assim como orienta as intenções do país perante o mundo, em termos de segurança" (LAYNE, 2006, p. 43).

A fim de complementar essa definição, conforme argumenta Heart (2005), uma "grande estratégia serve para dar sentido de execução de uma política, pois o seu papel é o de coordenar e dirigir todos os recursos de uma nação, ou de um grupo de nações, para a consecução do objetivo político" (HART, 2005, p. 406).

Levando em conta a configuração da dinâmica internacional e do entorno estratégico brasileiro, pode-se dizer, conforme apresentado na Política Nacional de Defesa (2012), que a postura política do Brasil se orienta em uma dupla perspectiva: *a expressão da Diplomacia e da Defesa*. Tanto à expressão da Diplomacia como à expressão da Defesa, a PND confere características preventivas, mas à Defesa, além deste aspecto, atribui também uma função reativa (RIBEIRO LUIS, 2012b, p. 163).

No caso da expressão da Diplomacia, ela representa:

> a valorização da ação diplomática como instrumento primeiro de solução de conflitos. A Diplomacia também possui a função de assegurar ao Brasil uma inserção internacional que lhe permita ser parte das negociações mundiais e das tomadas de decisões sobre temas que têm impacto direto nos interesses do Estado e da sociedade brasileira, como comércio internacional, propriedade intelectual, mudanças climáticas, entre outros (BRASIL, 2010, p. 343).

Por outro lado, a vertente da Defesa:

> (…) baseia-se na existência de uma capacidade militar apta a gerar efeito dissuasório. Enquanto capacidade reativa, no caso de ocorrer agressão ao Brasil, a Defesa consiste no emprego do poder nacional, com ênfase na expressão militar, para o exercício do direito de legítima defesa previsto na Carta das Nações Unidas (BRASIL, 2012, p. 344).

Em suma, o objetivo político da Grande Estratégia Brasileira seria, então, o de evitar o conflito ou, caso não seja possível evitá-lo, ter capacidade de reagir em conformidade ao

Direito Internacional. Esta capacidade de reação, no entanto, significa estar preparado para a o conflito bélico, ainda que no atual contexto estratégico internacional a Política Externa brasileira não identifique inimigos de forma objetiva (RIBEIRO LUIS, 2012b, p. 165)

Assim, no âmbito da diplomacia, para dirimir a possibilidade de conflitos que podem justificar motivos para intervenções externas e, deste modo, aumentar a segurança no entorno regional, o Brasil prioriza o elemento da cooperação entre os países da América do Sul e, por extensão, com os outros países do seu entorno estratégico:

> Entre os processos que contribuem para reduzir a possibilidade de conflitos no entorno estratégico, destacam-se: o fortalecimento do processo de integração, a partir do Mercosul, da Comunidade Andina de Nações e da Comunidade Sul-Americana de Nações; o estreito relacionamento entre os países amazônicos, no âmbito da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica; a intensificação da cooperação e do comércio com países africanos, facilitada pelos laços étnicos e culturais; e a consolidação da Zona de Paz e de Cooperação do Atlântico Sul (BRASIL, 2012).

No que concerne à esfera da Defesa, a Estratégia Nacional de Defesa ressalta a estratégia da dissuasão como forma de evitar conflitos ou a ação do inimigo. Assim, importa, segundo a END, "dissuadir a concentração de forças hostis nas fronteiras terrestres, nos limites das águas jurisdicionais brasileiras, e impedir-lhes o uso do espaço aéreo nacional. Para dissuadir é preciso estar preparado para combater" (BRASIL, 2008).

Na estratégia da dissuasão, "o Estado visado procura evitar a ação bélica impondo uma ameaça que o agressor não possa ou não esteja disposto a pagar". Assim, o Estado pode "alcançar seu objetivo na guerra induzindo simplesmente seu agressor a desistir de seu intento, convencendo-o de que os custos não valem o risco. A vitória, desse modo, é conseguida frustrando a tentativa de vitória do outro partido" (HART, 2005, p. 445).

Embora a dissuasão seja elaborada como um instrumento da estratégia, sua ação é verificada no campo da grande estratégia, uma vez que permite conseguir uma decisão sem a necessidade de grandes combates. (Ribeiro Luis, 2012b, p.166).

Passada essa breve apresentação conceitual das duas dimensões da Grande Estratégia, importa trazer à tona uma pergunta central, apontada por Celso Amorim, para levantar o debate sobre a necessidade da política brasileira de defesa: "Qual o lugar do Brasil no mundo, e como defendê-lo? ". Uma forma de responder a essa questão, segundo Amorim, é justamente recorrendo ao conceito de grande estratégia, em torno do qual é possível articular uma visão ampla da inserção internacional do Brasil.

Esse conceito foi apresentado inicialmente na primeira versão da Estratégia Nacional de Defesa de 2008. Em algumas de suas definições tradicionais:

> O conceito de grande estratégia remete à necessidade de emprego de toda a gama de recursos à disposição do Estado, e não apenas dos recursos militares, para a manutenção de sua segurança, seja durante um conflito, seja para garantir a paz em termos que lhe sejam favoráveis. De um modo genérico, grande estratégia é definida como a correspondência entre os meios e as finalidades políticas de um Estado nos planos interno e externo. Do nosso ângulo, importa sublinhar a lógica da coordenação entre diferentes órgãos de Estado com vistas à proteção da soberania do Brasil e à sua projeção pacífica no mundo. Nesse sentido, Defesa e Relações Exteriores, militares e diplomatas, são os responsáveis mais diretos pela execução dessas tarefas. Mas elas se realizam sobre a base de fatores econômicos, sociais e culturais (AMORIM, 2016, p. 133).

Dessa maneira, um ponto interessante que Amorim aponta em seus discursos, é que sem a participação de outras áreas, como a da Ciência e Tecnologia, uma grande estratégia brasileira não será bem-sucedida. Assim sendo, uma visão ampla da inserção internacional do Brasil precisa conjugar a política externa à política de defesa e, também, à política de ciência e tecnologia. Esta é justamente uma das dimensões da Estratégia Nacional de Defesa:

> a proteção dos interesses brasileiros no século XXI requererá coordenação entre Pastas do Governo. Saliento, especialmente, o Itamaraty, a Defesa e o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), além da participação da academia, do setor privado e da sociedade como um todo (AMORIM, 2013, p. 3).

Ademais, a concepção de uma grande estratégia autenticamente brasileira resultará de um amplo diálogo público acerca de desafios e prioridades brasileiros. Conforme avalia Amorim (2016):

> (…) isso envolve o Governo, o Congresso, a academia, a imprensa, os setores produtivos e a sociedade de modo geral. A publicação em 2013 do Livro Branco e de edições revistas da Política Nacional de Defesa e da Estratégia Nacional de Defesa é parte desse diálogo. As instituições acadêmicas de excelência, civis e militares, desempenharão, naturalmente, um papel crucial nesse esforço (AMORIM, 2016, p. 254).

Importa frisar também que a formulação de uma grande estratégia se faz na operação simultânea de análises retrospectivas e prospectivas, por meio das quais os formuladores de política exterior buscam cumprir três etapas:

> (a) estabelecer sua visão de mundo – isto é, que tipo de ordem desejam construir, de acordo com suas possibilidades concretas e circunstâncias – e avaliar que tipo de sistema seria mais conducente à consecução dos interesses nacionais; (b) definir e implementar prioridades integradas; e (c) identificar e alocar os recursos e instrumentos de poder disponíveis ou alcançáveis para perseguir aqueles objetivos de maneira articulada (DEGAUT; KALOUT, 2017, p. 8).

Dessa maneira, torna-se possível maior transparência e clareza conceitual, já que com uma grande estratégia bem definida, combinando elementos de diplomacia e defesa, ela ganha um caráter prospectivo, servindo de guia para a ação externa do país e, também, uma dimensão retrospectiva, na medida em que permite ao governo utilizá-la como instrumento

de prestação de contas de suas ações à sociedade. Isto possibilita que ela tenha ainda, como benefício adicional, a capacidade de angariar o necessário apoio doméstico em torno de um projeto nacional (Idem, 2017, p. 10).

Diante disso, a aprovação dos documentos declaratórios da Política Brasileira de Defesa, tiveram papel central para a criação de uma linha concreta de ação para que o país desenvolvesse sua autonomia estratégica e militar. Amorim, no tocante à importância da aprovação desses documentos argumenta que:

> A aprovação significa um fato muito importante para a política nacional de segurança, pois mostram - os três documentos - o compromisso do país com os valores democráticos e com a defesa das instituições nacionais, ressaltando que, com a aprovação, os debates a respeito da segurança nacional não mais permanecerão restritos aos círculos militares e aos mais altos mandatários do país (CONGRESSO NACIONAL, 2013).

Essa afirmação, inclusive, reforça a ideia que a sociedade tem que ser envolvida na confecção de uma Política de Defesa, visto que os assuntos da defesa nacional são deveres de todos os cidadãos (CORBARI, 2014, p. 32).

Destarte, para além dos documentos declaratórios, vale entender a importância e relevância do pensamento, conceitos e ideias daqueles atores, que estiveram à frente do Ministério das Relações Exteriores. Isso torna-se imprescindível para compreender como essas proposições, presentes nos discursos, artigos, entrevistas desses atores transparecem as linhas gerais de ação externa do país.

No caso especial da figura de Celso Amorim, como será avaliado na seção seguinte, há ainda um elemento inovador, que é a sua atuação também enquanto Ministro da Defesa, trazendo para esse Ministério a sua experiência diplomática enquanto chanceler e propondo e consolidando a perspectiva de uma maior vinculação entre as Política Externa Brasileira e a Política Brasileira de Defesa. Essa proposta foi expressa em diversos momentos, por meio da articulação do conceito de uma Grande Estratégia do Brasil, unindo os elementos da cooperação e da defesa.

4.2 **Desenvolvimento conceitual da Grande Estratégia do Brasil pela visão de Celso Amorim**

Celso Amorim, tendo assumido a pasta do Ministério da Defesa em 04 de agosto de 2011, teve um papel fundamental como articulador e propagador da ideia de uma ação internacional brasileira guiada por uma confluência da coordenação política, tanto no âmbito

da cooperação e promoção de paz, como no da dissuasão e desenvolvimento de um poder militar.

Uma boa parte dessa articulação, data da sua longa atuação anterior, enquanto Ministro das Relações Exteriores (2003-2010). Dentro do seu período, enquanto chanceler, Amorim auxiliou a fundamentar as bases da Política Externa Ativa e Altiva do Governo Lula, destacando-se como princípios mais importantes a promoção do Multilateralismo e da Multipolaridade, a ênfase na cooperação, em diversas áreas, com maior destaque para Cooperação Sul-Sul. Além disso, foi marcada também por um

> (…) maior protagonismo na vertente das negociações comerciais internacionais e na busca de uma ativa coordenação política com atores relevantes da política mundial, geralmente parceiros independentes no mundo em desenvolvimento, com destaque para a Índia, a África do Sul e a China, além dos países vizinhos da América do Sul (ALMEIDA, 2004, p. 163).

Merece grande destaque no pensamento de Amorim a ideia base para a formulação da Grande Estratégia do Brasil que é a inexistência de uma antinomia entre ser um país pacífico e possuir uma política de defesa. Dessa maneira, no caso do Brasil, ainda que seja um país tradicionalmente pacífico, com uma forte atuação diplomática, ele também precisa de uma política de defesa. Amorim (2016) argumenta, então, que não basta a diplomacia, mas que é necessário desenvolver uma política externa ativa, que seja respaldada por uma política de defesa robusta, sendo uma o complemento indispensável da outra. E é por esse raciocínio que ele enxerga que a vinculação dessas duas políticas é o cerne da grande estratégia do Brasil.

No tocante à ideia de Entorno Estratégico, Amorim traz uma nova dimensão, não se restringindo apenas ao aspecto militar e da guerra. Nas palavras do então ministro, em discurso na abertura da 1ª Jornada Estratégica da Chefia de Assuntos Estratégicos do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas, em 2014, Amorim argumenta que:

> Em seu contexto original, a expressão grande estratégia foi mais utilizada para assinalar o fato de que, durante uma guerra, a atividade bélica deve ser reforçada por uma série de políticas suplementares, como o comércio e a mobilização industrial. Para o Brasil de hoje, o conceito de grande estratégia deve referir-se a uma coordenação de políticas com vistas à defesa do interesse nacional e à contribuição para a paz mundial. Esses dois objetivos, interesse nacional e paz mundial, se complementam e se reforçam. Eles são, a meu ver, a essência da grande estratégia que devemos seguir (AMORIM, 2016, p. 305).

Como dito anteriormente, a política de defesa tem duas dimensões: a dissuasão e a cooperação. A dissuasão diz respeito à capacidade das Forças Armadas de desencorajar agressões à soberania brasileira por forças hostis que eventualmente decidam aventurar-se nesse tipo de ação. Uma capacidade dissuasória crível atende, antes de tudo, aos interesses nacionais brasileiros. Serve também, segundo Amorim (2016) “ à promoção da paz mundial, na medida

em que um país que não cuida de sua defesa, pode dar margem à ação de agressores e à instabilidade". Vale ressaltar ainda, nas palavras de Amorim, que

> é muito importante desenvolvermos essa noção de grande estratégia, não da maneira como ela no passado foi usada por outros estrategistas, mas como a ideia de que é preciso que os objetivos da Defesa e política externa andem unidos. Porque uma política externa sem uma defesa robusta – por mais que ela seja pacífica – não vai levar a lugar nenhum. E com uma política de defesa robusta, nós podemos assegurar que o Brasil seja não só pacífico, mas provedor de paz, que ele leve a paz a outras regiões, e é o que temos que fazer (Amorim, 2016, p. 385).

Essa citação expressa outro importante argumento de Amorim, no qual aponta que, para o Brasil não basta apenas ser um país pacífico, ou seja, um amante da paz, mas também um país provedor da paz. E um país que possui uma política de defesa é um país que pode ser um provedor de paz. Um exemplo dessa condição, enquanto país provedor da paz, é a participação ativa em Operações de Paz[24].

Nessa perspectiva, a ideia de aproximação entre a Política Externa e a Política de Defesa fica expressa, por exemplo, no caso da atuação do Brasil nas Operações de Manutenção de Paz, em especial na Missão das Nações Unidas para Estabilização do Haiti (MINUSTAH), a partir de 2004, visto que o investimento político, militar e financeiro necessário implicou um esforço conjunto significativo entre o Ministério das Relações Exteriores e o Ministério da Defesa, de forma a lançar a maior operação militar fora do país desde a II Guerra Mundial (SEABRA, 2014). Nesse sentido, Amorim (2014) argumenta:

> (…) se você verificar e olhar, inclusive os documentos da defesa e até pronunciamentos dos militares, além dos meus antecessores da defesa, você verá que há sempre uma preocupação de afirmar que a política de defesa deve acompanhar também a política externa do país, embora com características próprias. Eu acho que isso, de alguma maneira, vem acontecendo nós sempre atuamos, quando eu estava lá, de maneira muito coordenada com o Ministério da Defesa. Decisões muito importantes como a participação na MINUSTAH no Haiti foram tomadas em conjunto (AMORIM, 2014, p. 56).

Outra preocupação de Amorim, enquanto Ministro da Defesa, era com as tensões em países da África Ocidental como o Mali e a Guiné Bissau, principalmente em relação ao narcotráfico associado ao terrorismo e à pirataria marítima. Durante a conferência de abertura do Seminário "Estratégias de Defesa Nacional", realizado em novembro de 2012, o Ministro Celso Amorim levantou a questão do "risco de se trazerem para o Atlântico Sul organizações militares com

[24] "O Brasil já participou de mais de 50 operações de paz e missões similares, tendo contribuído com mais de 50 mil militares, policiais e civis. Priorizamos participar de operações em países com os quais mantemos laços históricos e culturais mais próximos, como nas missões realizadas em Angola, Moçambique e Timor-Leste, e, mais recentemente, no Haiti e no Líbano. Atualmente, participa com cerca de 1300 efetivos em oito operações de paz: MINURSO (Saara Ocidental); MINUSCA (República Centro-Africana); MINUSTAH (Haiti); UNFICYP (Chipre); UNIFIL (Líbano); MONUSCO (República Democrática do Congo); UNISFA (Abyei); UNMISS (Sudão do Sul) (Ministério das Relações Exteriores, 2017, p. 1).

outros propósitos ou visando a outros inimigos ou adversários". Em seguida, afirmou que "o entorno estratégico do Brasil, tem foco prioritário na lógica da cooperação e é composto, de um lado, pela América do Sul, tocando a Antártida, e de outro lado, pelo Atlântico Sul, estendendo-se até a orla ocidental da África" (Amorim, 2012b, p. 10).

Como boa parte dessas ameaças citadas anteriormente são provenientes dos mares, ele atenta para a necessidade de o Brasil desenvolver uma atuação para o continente africano, no sentido de conceder, cooperativamente, capacidade e autonomia às forças armadas desses países, para que tenham maior controle e vigilância sobre suas fronteiras marítimas. Nesse sentido, ele aponta que a Marinha do Brasil atuou, tanto na delimitação e levantamento das zonas jurisdicionais de países africanos, como também no auxílio ao reaparelhamento das guardas costeiras ou armadas dos países deste continente.

Nessa perspectiva, algumas iniciativas merecem destaque como a visita do ministro da Defesa da Mauritânia ao Brasil, ocorrida em 2012, que tratou, em uma reunião com o Ministro Celso Amorim, sobre a possibilidade de realização de exercícios conjuntos entre as duas marinhas (AGUILAR, 2013). Além disso, houve contatos estreitos com Cabo Verde para capacitação na área naval, de patrulha aérea e com o Exército na área de manutenção da ordem (AMORIM, 2012b).

Outra medida foi o envio, em 2013, do navio-patrulha Apa, construído pela empresa inglesa BAE Systems, para a participação de missões na Mauritânia, Senegal, Angola e Namíbia. Situação semelhante já havia ocorrido, segundo Aguilar (2013, p.62) quando da "viagem inaugural do navio patrulha oceânico Amazonas, que realizou exercícios conjuntos e estreitou laços com as marinhas de Cabo Verde, Benin Nigéria e São Tomé e Príncipe".

No tocante à outra importante pauta defendida por Amorim (2013), a questão da promoção da Multipolaridade, ele aponta que:

> O objetivo de estimular a multipolaridade foi buscado em diferentes frentes, como a *alta prioridade atribuída à integração da América do Sul*; o pleito pela democratização das instâncias decisórias das Nações Unidas e, em especial, de seu Conselho de Segurança; a busca de maior justiça nas negociações comerciais, tanto na Organização Mundial do Comércio quanto na proposta de uma área de livre comércio hemisférica; e a articulação com novos parceiros do mundo em desenvolvimento, como os membros do Fórum de Diálogo Índia, Brasil e África do Sul (IBAS) e dos BRICS, mas também em países árabes e africanos. (…). Quero dizer *que a Marinha é seguramente parte desse esforço, em manobras como o IBSAMAR, com a Índia e a África do Sul*, em sua presença no Líbano, no caso dos países árabes, *e em sua intensa cooperação* (cada vez mais intensa) *com os países africanos*, sem falar em sua participação na integração sul-americana (AMORIM, 2013, p. 6).

De uma forma geral, a ênfase dada por Amorim às questões de promoção da Multipolaridade se inserem na ideia de uma ação internacional baseada nas normas

multilateralmente aceitas, oferecendo as condições mais permissivas para que o Brasil defina com autonomia os seus interesses e leve a efeito uma grande estratégia que inclua a dimensão de ser não apenas um país pacífico, mas um país provedor de paz (AMORIM, 2015a).

Outro ponto de destaque no pensamento de Amorim, enquanto articulador dessa confluência da dissuasão e cooperação, se dá no seu argumento de que é necessário haver um "adequado equilíbrio do poder mundial, como condição fundamental da paz". E que esse é o preceito elementar da grande estratégia do Brasil, ao combinar "poder brando e poder robusto na busca de prover a paz, sendo necessário que o Brasil esteja capacitado para defender nosso território, nossa população e nossos interesses" (AMORIM, 2013b, p. 266).

Com isso, em conformidade com a grande novidade que foi apresentada no terceiro momento da genealogia do Entorno Estratégico Brasileiro, que é justamente a dimensão da Cooperação aliada à Segurança, Amorim argumenta, em um sentido parecido, que:

> Para defender, não basta dissuadir. É preciso também cooperar. Esse é o principal objetivo da política de defesa no entorno estratégico brasileiro. Com os vizinhos da América do Sul, vamos aprofundando a confiança, a transparência e a visão comum dos objetivos de defesa, bilateralmente e por meio do Conselho Sul-Americano de Defesa, que acaba de realizar uma nova reunião no Suriname. A defesa da América do Sul é uma responsabilidade dos sul-americanos. É importante que a Marinha aprofunde e estenda a cooperação tradicional que já tem com suas congêneres sul-americanas e latino-americanas. Devemos levar essa cooperação a novas áreas, como as da indústria e da alta tecnologia, bem como a países que, até há pouco, não estavam, por assim dizer, no nosso radar, como a Guiana, o Suriname e as nações do Caribe (Idem, 2013b, p. 267).

Importa ressaltar também que o pensamento estratégico brasileiro neste século, conforme argumenta Amorim (2012b), deve ser desenvolvido no cenário da democracia. Ele enuncia que:

> Não será obra de um único autor, seja ele uma pessoa, um grupo social ou um partido político. Antes, refletirá a pluralidade de atores envolvidos na construção de um futuro soberano para o Brasil. E, para que o pensamento seja verdadeiramente brasileiro – isto é, para que possamos julgar o que é a nossa realidade estratégica e quais são os nossos desafios – será preciso manter desperto o senso crítico a respeito de seu conteúdo. Assinalar e prever desafios, detectar oportunidades e riscos, analisar tendências e seus potenciais desdobramentos são tarefas que se tornaram comuns na elaboração das reflexões que norteiam a ação estratégica (AMORIM, 2012b, p. 1).

O mais importante desse argumento de Amorim é que essa deve ser uma preocupação indispensável, caso o governo queira dar as bases de sustentação das estratégias a serem seguida pelo país, seja no âmbito da Grande Estratégia que engloba as grandes questões de política externa e defesa, seja naquelas mais restritas à Defesa Nacional.

Nota-se também que a permanência de Celso Amorim, na pasta do Ministério da Defesa, até 2014, sem qualquer caso grave de questionamento de sua autoridade pelos Comandantes das Forças Armadas:

> (…) foi um importante indicativo de inflexão nas relações civis-militares do país, que entenderam a importância da dimensão diplomática e cooperativa, na atuação da

> política brasileira de defesa, condição que Amorim reforçou ao longo da sua gestão. (…) Em síntese, a "presença de Amorim na pasta cumpriu o importante papel de sintetizador de posturas de acadêmicos, diplomatas e militares do Brasil (CAMARGO LIMA, 2015, p. 86).

Em síntese, o período de atuação de Celso Amorim à frente do Ministério da Defesa, além de promover o processo de implementação da END, as atualizações de documentos declaratórios, também colocou em prática a Lei de Acesso à Informação, que foi essencial para garantir mais transparência ao setor de defesa, relatando publicamente os gastos, com pessoal, projetos estratégicos, relativos às Forças Armadas (Idem, 2015, p. 96).

4.3 **Iniciativas para a consolidação do Entorno Estratégico Brasileiro ampliado**

Após a exposição das bases e marcos conceituais da Grande Estratégia, pretende-se compreender as relações entre a ampliação do Entorno Estratégico brasileiro e o desenvolvimento da Grande Estratégia do Brasil. Com isso, serão expostas quais foram as iniciativas desafios e mudanças necessárias para a consolidação do Entorno Estratégico Brasileiro, não só como um espaço de atuação diplomática e de presença dissuasória, mas também para alavancar um desenvolvimento autônomo, que permita consolidar as bases industriais militares e a produção de tecnologias nacionais.

A política brasileira para o Atlântico Sul – por meio da articulação dessa Grande Estratégia – tende a ser multifacetária e implementada por diferentes instrumentos do Estado.

É necessário avaliar também a questão de que a para consolidar a atuação no seu Entorno Estratégico, o Brasil ainda deve superar diversos entraves. Um deles, como destaca bem Domingos (2016):

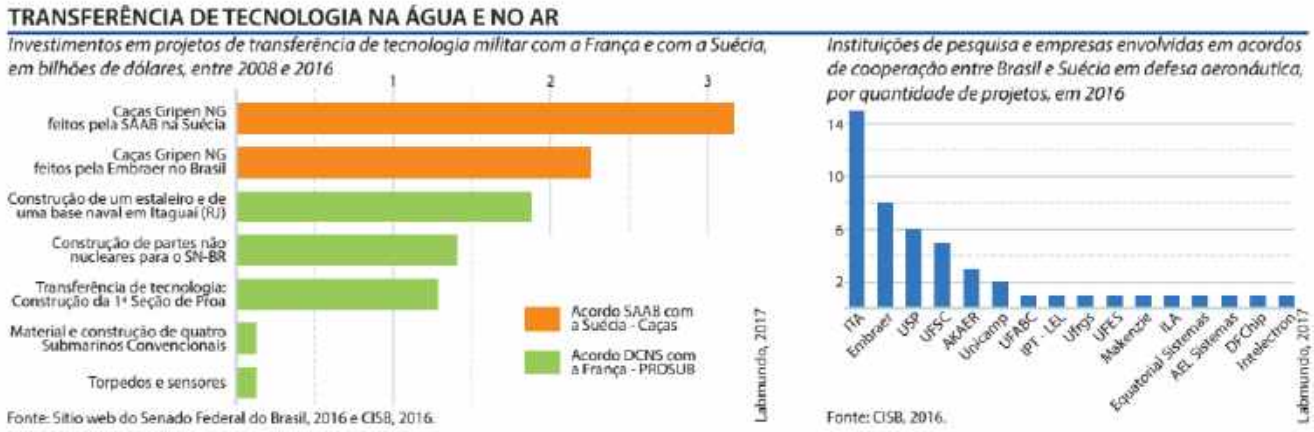
> (…) o maior desafio posto à atuação do Brasil no Atlântico Sul é a superação da mentalidade colonial que caracteriza suas elites políticas, econômicas, intelectuais e militares. Não ocorre ao colonizado o estabelecimento de inciativas de defesa visando à busca de autonomia efetiva. Essas elites resistem à redução das profundas desigualdades internas herdadas do passado escravista, persistem de olhos voltados para as metrópoles europeias e para os Estados Unidos, rejeitam propostas de aproximação com os vizinhos sul-americanos e veem a África como um mundo distante e sem perspectivas promissoras. A forma de pensar dessa elite é cotidianamente revelada por suas críticas aos esforços de redução das desigualdades internas e às orientações de política externa, adotadas na última década. Se a mentalidade colonial das elites civis é ostensivamente demonstrada, a percepção da cultura militar necessita de olhar mais atento (DOMINGOS NETO, 2016, p. 30).

Para além disso, no que se refere ao desenvolvimento tecnológico, o Brasil ainda necessita de acordos com os países industriais, do Norte Geopolítico, para poder desenvolver tecnologias autônomas, visto que eles são os principais fornecedores de tecnologias que, em última análise, vão garantir essa tecnologia, que por sua vez, pode possibilitar uma maior autonomia do país. Conforme infere Lima et al. (2017, p. 74):

> O Brasil ainda carece das tecnologias existentes no Norte, a exemplo de componentes de sistemas de armas, eletrônica aplicada à aviação, antenas para radares e sistemas de detecção para mísseis. A fim de evitar excessiva dependência em relação ao exterior, a transferência de tecnologia é fundamental para garantir que as Forças Armadas possam cumprir suas funções constitucionais e, também, que novas tecnologias sejam integradas pela base industrial de defesa. Portanto, o Brasil encontra na cooperação militar com o Norte um meio de modernizar os seus aparatos militares e de incentivar a indústria de defesa, a partir dos programas de transferência de tecnologia. A fim de seguir as diretrizes da política nacional de defesa, os recentes acordos de cooperação militar estabelecem a necessidade de que as empresas brasileiras adquiram parte da tecnologia do produto negociado ou que produzam o aparato militar no Brasil Em grande medida, ainda que esta dependência exista, o Brasil, no âmbito desta cooperação militar com o Norte Geopolítico, tem buscado como parâmetro, para um maior aproveitamento e incorporação de tecnologias, os acordos que tem como condicionante a transferência de tecnologia (LIMA et al., 2017, p.74).

Nesse sentido, para exemplificar o ensejo em incorporar tecnologias e fortalecer a indústria e produção nacional, pode-se mencionar o acordo do Brasil com a empresa francesa DCNS, que visou fomentar o desenvolvimento do Programa de Submarinos da Marinha do Brasil e a construção da base naval de Itaguaí. A característica mais importante deste acordo, foi o fato dos “contratos incluírem cláusulas de transferência de tecnologia de ponta para o país, permitindo que o Brasil projete e construa submarinos convencionais e um submarino de propulsão nuclear. Outro acordo que colocou em pauta a transferência de tecnologia, a negociação realizada entre Suécia e Brasil, que envolveu a compra de 34 caças suecos da SAAB, do modelo Gripen-NG. Neste acordo, o governo brasileiro conseguiu a condicionante de que cerca de 15 caças sejam construídos em território nacional, por parte da Embraer. No entanto, a crise vivida desde 2016 no país coloca tais projetos em uma zona de incertezas (LIMA et al. , 2017, p. 74).

Gráfico 2 – Transferência de tecnologia na água e no ar



Fonte: LIMA et al., 2017, p. 75.

No entanto, numa visão de perspectivas críticas recentes, há uma tendência em apontar que, além das iniciativas com os países desenvolvidos, o Brasil deva ampliar parcerias entre as Forças Armadas, Indústrias de Defesa e as instituições nacionais, capazes de desenvolver conhecimento próprio. Conforme pontua Domingos Neto (2016):

> Trata-se de um caminho mais longo e difícil, mas, sem dúvida, o mais sólido e promissor. O Brasil dispõe de um sistema acadêmico de certo porte, sobretudo devido aos investimentos realizados na última década. Entretanto, são limitadas e pontuais as parcerias mantidas com as Forças Armadas. O mundo acadêmico brasileiro certamente responderá com vigor às demandas em matéria de pesquisa e experimentação, embora o país careça de uma agência de fomento especializada em pesquisa de material de defesa (DOMINGOS NETO, 2016, p. 31 - 32).

No tocante às instituições militares, em especial à instância de pesquisa da Marinha, Amorim, enquanto Ministro da Defesa, foi bem enfático, ao argumentar que

> (…) caberá à EGN contribuir para a reflexão sobre os desafios da grande estratégia brasileira e, em especial, sobre os desafios presentes e futuros para o poder naval (…). Temos que ser capazes de refletir sobre nossa circunstância e de conceber estratégias para nos proteger frente a essas e a outras fontes de tensão internacional. A melhor diretriz para esse esforço é a autonomia, no pensamento e na ação (AMORIM, 2013, p. 265).

A exemplificar essa atuação dos institutos das Forças Armadas, vale ressaltar o papel da Escola de Guerra Naval referente aos programas estabelecidos para o treinamento de oficiais de marinhas e marinheiros, no sentido auxiliar a formação das bases de uma força naval recém-criada, ou mesmo daqueles países que não possuem uma força armada estruturada. Nesse sentido, um dos primeiros exemplos desenvolvidos, nesse sentido, foi o já citado acordo com a Namíbia, firmado nos anos 2000, por meio do Acordo de Cooperação

No escopo deste acordo, o Brasil ajudou a criar e treinar os Fuzileiros Navais Namibianos, além de assistir o estabelecimento do Serviço de Patrulha Marítima da Namíbia. Como parte do acordo, centenas de militares namibianos se formaram na Escola de Guerra Naval brasileira,

a fim de levar conhecimentos para o fortalecimento das atividades navais do país (GUIMARÃES, 2017, p. 275). Assim, na perspectiva da ampliação das parcerias do Brasil, no âmbito do seu entorno estratégico, com países do continente africano, esta é uma iniciativa que é bem recebida pelas lideranças africanas e, ao mesmo tempo, capacita esses países em questões de segurança marítima e patrulhamento costeiro.

Outra medida importante, para o fortalecimento da presença soberana dos países lindeiros ao Atlântico Sul, a fim de colaborar com a consolidação do Entorno Estratégico Brasileiro, é a redefinição das fronteiras marítimas desses países. Nesse sentido, um papel que o Brasil pode exercer, por meio das atividades da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar (CIRM)[25], que tem em seu arcabouço institucional o Plano de Levantamento da Plataforma Continental Brasileira (LEPLAC) e do Programa de Avaliação da Potencialidade Mineral da Plataforma Continental Jurídica Brasileira.

Dessa maneira, conforme aponta Penha (2009):

> (…) o Brasil tem procurado arrolar o levantamento da plataforma continental de alguns países africanos, munido do conhecimento posto em prática com o seu próprio LEPLAC (Levantamento da Plataforma Continental), como a Namíbia, Angola e Moçambique, países notadamente defasados em seu desenvolvimento científico e tecnológico. Essa cooperação se justifica para a Marinha do Brasil tendo em vista a projeção do litoral do Brasil em direção à África, cuja instabilidade política a submete aos interesses das grandes potências acarretando consequências evidentes sobre a segurança e defesa da "Amazônia Azul". As recentes manobras militares feitas pela Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) no Arquipélago de Cabo Verde, em junho de 2006, e a reativação da IV Esquadra, pelos EUA, em 2008, sugerem que a combinação de riquezas naturais com vazio de poder pode despertar cobiças e conflitos que não interessam ao Brasil nem aos demais países do Atlântico Sul (PENHA, 2009, p. 14).

Esse empenho brasileiro, em potencializar uma presença soberana de cada um dos países lindeiros em seu território marítimo, teve um respaldo na preocupação demonstrada pelo ex-ministro brasileiro, Antônio Jobim, com a justificativa de que a maioria dos países africanos ainda não tinham realizado o levantamento e delimitação de suas plataformas continentais, de modo a permitir um acesso soberano sobre uma área de potenciais recursos minerais ainda inexplorados. Nesse sentido, Jobim também reafirmou a importância da dimensão da cooperação, por meio da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul, principalmente no sentido de preservação de um ambiente livre de tensões geopolíticas (RIBEIRO LUIS, 2012b, p. 162).

[25] A Comissão Interministerial para os Recursos do Mar (CIRM), criada pelo Decreto no 74.557, de 12 de setembro de 1974, revogado pelo Decreto nº 3.939, de 26 de setembro de 2001, alterado pelos Decretos nos: 4.815, de 20 de agosto de 2003; 6.107, de 2 de maio de 2007; 6.484, de 17 de junho de 2008; 6.756, de 2 de fevereiro de 2009 e 6.979, de 8 de outubro de 2009 tem a finalidade de coordenar os assuntos relativos à consecução da Política Nacional para os Recursos do Mar (PNRM).

A consolidação do Entorno Estratégico brasileiro tem também como condição necessária a promoção dos interesses brasileiros relacionados ao uso do mar. Isso, por sua vez, demanda a compreensão de como se desenvolve a Estratégia Naval Brasileira. Esta comporta dois segmentos relacionados entre si: o preparo e o emprego do Poder Naval brasileiro, que se manifesta em duas formas:

> A primeira consiste na aplicação em um cenário de paz, de apoio à Diplomacia, efetuando visitas de navios brasileiros a portos estrangeiros e operações conjuntas. O apoio à diplomacia implica na perspectiva de regionalidade abrangente, conceito elaborado pela Marinha para enfatizar a importância estratégica das relações regionais no Atlântico Sul para os objetivos em segurança da Política Externa brasileira. Assim, regionalidade brasileira não se limita a América do Sul, mas abrange também o Atlântico Sul com suas ilhas, o litoral africano, as ilhas do oceano Antártico e a periferia do continente austral, no setor de projeção atlântica. (…) já em um cenário de conflito ou preparo da Defesa, as ações estratégicas da Marinha do Brasil, visando à consecução de objetivo político de manutenção da soberania brasileira sobre as linhas de comunicação marítima que permitem acesso ao território brasileiro e sobre os recursos existentes na Plataforma Continental, consistem em três tarefas: negação do uso do mar, controle das áreas marítimas e projeção de poder (FLORES, 1994, apud RIBEIRO LUIS, 2012b, p. 169).

De uma forma geral, para além das iniciativas já apresentadas em capítulos anteriores, vale ressaltar que as estratégias na área de defesa, relacionadas à dissuasão, portanto, visam dirimir ameaças advindas da presença de potências externas à região sul-atlântica, e não necessariamente aos países que circunscrevem o entorno regional brasileiro, cuja ação da Política Externa ressalta a ação da cooperação (RIBEIRO LUIS, 2012b).

Por conseguinte, a cooperação é elemento fundamental para garantir não somente a ampliação do Entorno Estratégico Brasileiro, mas para consolidar frente aos outros, a presença do Brasil como um parceiro estratégico, não um Estado intervencionista, ou que almeja apenas a projeção de poder. Assim sendo, a cooperação em diversas áreas, inclusive militar, estabelece um ambiente de confiança mútua capaz de garantir os fundamentos de uma paz estável entre os países do entorno regional brasileiro, evitando o surgimento de conflitos (Idem, 2012b, p.171).

Importa salientar que a Estratégia Naval brasileira compreende um elemento estratégico de presença desenvolvido em paralelo à ação diplomática. Tal estratégia, além de contribuir para aproximar o Brasil dos países da região sul-atlântica, colabora para inibir o surgimento de iniciativas contrárias aos objetivos da Política Externa brasileira.

Para finalizar essa reflexão, a consolidação do Entorno Estratégico Brasileiro ampliado necessitaria superar alguns elementos deficitários, para que seja possível o desenvolvimento de uma Grande Estratégia Brasileira.

Um ponto importante é o preparo institucional conjunto dos órgãos envolvidos – MRE e MD – para o fortalecimento e articulação da Grande Estratégia. Conforme argumenta Camargo Lima (2015):

> As mudanças organizacionais no Itamaraty e no Ministério da Defesa foram significativas para alterar o status da interação entre ambos, mas ainda não foram capazes de criar um senso conjunto de ação externa entre os dois organismos. Os maiores avanços observados, na área da base industrial de defesa e operações de paz, não incorreram necessariamente em planejamento, formulação e implementação conjunta dos recursos de ambas. (..) outro aspecto atinente ao preparo institucional: os canais de comunicação. No geral, pode-se perceber que, fora a nova Comissão Mista de Indústrias de Defesa (CMID), a maior parte desses contatos ainda é informal, seja no âmbito da Divisão de Paz e Segurança Internacional (DPAZ), seja em consultas *ad hoc*. Porém, em momentos de divergências entre as concepções acerca da ação externa do Brasil, a inexistência de contatos mais estreitos entre os órgãos envolvidos na formulação e implementação pode ser um dos principais impedimentos à implementação de qualquer Grande Estratégia no Brasil (CAMARGO LIMA, 2015, p. 213).

Nesse sentido, em consonância com o argumento de Camargo Lima (2015), pode-se entender que o Brasil desenvolveu um senso de Grande Estratégia, principalmente por meio da confluência de uma visão estratégica de mundo, que conflui a cooperação e a dissuasão. No entanto, essa Grande Estratégia não necessariamente se converteu em uma estratégia institucionalizada. Ou seja, como bem pontua Camargo Lima (2015):

> (…) houve interpretações compartilhadas entre vários grupos no poder, que resultaram em aproximação de suas agendas. O aumento relativo do grau de articulação e a convergência de setores com leituras similares produziu a impressão de que houve, de fato, a formulação e a implementação de uma Grande Estratégia, algo que uma análise mais atenta demonstra não ter sido enraizado nem nas burocracias, nem nos governos brasileiros do período (Camargo Lima, 2015, p. 214).

Além dos limites e elementos de dificuldades, que são parte do processo de implementação da Grande Estratégia, deve-se ressaltar que alguns elementos foram, ou não, implementados. Por exemplo, a questão da autonomia tecnológica, com os acordos de transferência de tecnologia obteve sucesso. Em relação ao processo de levantamento das plataformas continentais dos países africanos, com auxílio do Brasil, ainda é um processo inicial.

Nesse cenário, esses e outros pontos de relevância para a ampliação do Entorno Estratégico ainda necessitam passar para essa fase de implementação, como os projetos estratégicos das Forças Armadas, que sofrem com eventuais cortes e falta de investimentos, causando atrasos no desenvolvimento dos principais projetos estratégicos, como o submarino de propulsão nuclear, que já teve diversas datas previstas para a sua conclusão.

Essas dificuldades de implementação e consecução de uma Grande Estratégia passam a encarar um novo elemento, com a ruptura institucional, representada pelo Impeachment controverso sofrido pela presidenta Dilma Rousseff, em dezembro de 2015. Essa ruptura gera

impasses para a implementação desse projeto, mediante a crise econômica e as mudanças de rumos do Governo de Temer, no tocante à ação externa brasileira. Com uma Política Externa menos ativa, dificulta-se a vinculação maior com a Política Brasileira de Defesa, tornando, de fato, o processo de implementação de uma Grande Estratégia do Brasil ainda mais lento, ou até inviável.

CONCLUSÃO

Esta dissertação se propôs a realizar uma análise do processo de Reconfiguração do Entorno Estratégico Brasileiro, por meio da inclusão do Atlântico Sul. Esse processo foi apresentado, no primeiro capítulo, por meio da formulação e proposição de uma genealogia das definições do conceito de Entorno Estratégico Brasileiro. Não houve a intenção aqui em se criar um conceito único, mas sim demonstrar em três grandes momentos, como a perspectiva de atuação brasileira para o seu entorno ampliou-se de uma vertente predominantemente continental, para uma dimensão que incorporava não só a vertente continental, mas também uma vertente marítima.

O primeiro grande momento dessa genealogia teve como destaque a Segunda Guerra Mundial. Neste momento, avaliou-se como o Brasil, o seu Entorno Estratégico e o Atlântico Sul, em si, se encontravam envolvidos em um cenário de disposição ao Norte Geopolítico, em especial aos EUA. No entanto, um dos pontos mais importantes, apresentados nesse momento foi justamente como a posição estratégica do Brasil, para o avanço no front africano, e como as barganhas realizadas pelos principais atores da ação externa do Governo Vargas, trouxeram um primeiro vislumbre para o reaparelhamento das Forças Armadas, com destaque para a Marinha do Brasil. Esta situação deu um impulso inicial e trouxe mais atenção aos estudos militares e civis, em relação às inciativas voltadas para o Atlântico Sul.

O segundo momento avaliou a conjuntura da Guerra Fria, as questões e influências das vinculações ideológicas e um breve debate sobre o pensamento internacional brasileiro sobre o Atlântico Sul. Nesse momento, verificou-se como o Entorno Estratégico brasileiro ainda tinha forte vinculação à uma vertente continental, que, por sua vez, estava envolvida em uma vinculação ideológica e de segurança hemisférica, nas sombras dos EUA.

Nesse momento, também houve destaque para a produção de autores que analisaram a inserção e atuação do Brasil na sua dimensão marítima e sul-atlântica. Com isso, foi mostrado como essa dimensão esteve presente, não apenas no pensamento geopolítico e militar brasileiro, mas também na academia, com autores que discutiram o Brasil e sua atuação internacional, em sua vertente marítima. Nesse sentido, ainda que algumas das produções ainda estivessem fortemente influenciadas pelo viés ideológico estadunidense, houve nesse momento, um primeiro vislumbre de produções autônomas, que postulavam uma projeção e atuação brasileira para o Atlântico Sul, como foi destacado nas obras de vários autores posteriores à Travassos, com merecido destaque para a produção ampla de Therezinha de Castro.

O terceiro momento, mais crucial para a genealogia, ressalta o período do pós-Guerra Fria e fim do Regime Militar, enfatizando o Atlântico Sul em uma perspectiva de ampliação do Entorno Estratégico Brasileiro. Como foi apontado, o elemento que concedeu grande importância a esse momento, tendo sido definitivo para a ampliação do Entorno Estratégico, foi a incorporação da dimensão da cooperação, que passou a se aliar à dimensão da segurança.

Foi possível observar, no contexto deste terceiro momento, que o Brasil valorizou o espaço comum propiciado pelo Atlântico Sul, pelo grande potencial que "encerra para o desenvolvimento socioeconômico dos países costeiros, a ser alcançado principalmente por meio da cooperação entre os Estados-Membros da Zopacas" (BROZOSKI, 2015, p. 154). Buscou, de maneira similar, consolidar o Atlântico Sul como zona de paz e cooperação, livre de armas nucleares ou de quaisquer armas de destruição em massa, por meio da revitalização da Zopacas. Esta foi realizada através das reuniões ministeriais, tanto dos ministros das relações exteriores, como dos ministros de Defesa, a fim de engendrar iniciativas de cooperação no âmbito da organização sul-atlântica, fortalecendo a presença dos países membros nesta região.

Vale ressaltar também, conforme discute Saraiva (2012, p. 9), que a política voltada para os países do continente africano, posta em prática nos governos Lula, serviu para reforçar a ideia de que o Brasil ainda tinha um projeto cooperativo Sul-Sul, em bases modernas, levando-o a engendrar alguma liderança nas novas rodadas de negociação de temas globais, na reformulação do Conselho de Segurança das Nações Unidas e na busca de novas parcerias estratégicas, principalmente com os países do seu Entorno Estratégico.

A presença brasileira no Atlântico Sul, como se buscou argumentar, foi reforçada por meio da cooperação com seus vizinhos sul-americanos, bem como com a cooperação desenvolvida com os países africanos, principalmente os lusófonos. Percebe-se, portanto, que a cooperação com tais países da costa oeste africana foi de extrema relevância, para o fortalecimento da atuação brasileira em seu Entorno Estratégico, seja na cooperação mais técnica, seja na cooperação de cunho militar.

A partir do segundo capítulo, trabalhou-se o com o processo de formulação das iniciativas da Política Brasileira de Defesa para o seu Entorno Estratégico ampliado. Com isso, foi analisado de que maneira o Brasil, a partir das recomendações propostas pelos documentos declaratórios da Defesa, desenvolveu os seus projetos estratégicos, com ênfase para aqueles da Marinha do Brasil Avaliou-se também a importância do alargamento da soberania brasileira no seu território marítimo, como parte fundamental da ampliação do Entorno Estratégico. E

também foi analisada de forma breve, quais foram as Iniciativas brasileiras para uma atuação na Antártida.

Mereceu destaque amplo, neste capítulo, a questão da presença de potências extrarregionais no Atlântico Sul. Ficou reforçada, conforme apresentado, a diversidade de atuações das potências do Norte Geopolítico no Atlântico Sul e nos dois continentes banhados por ele, seja por meio de uma presença mais ostensiva e militar, seja por possuírem territórios ultra marítimos, ou por iniciativa de organizações do Norte, como a OTAN. Além disso, ressaltou-se como a posição brasileira em manter as potências extrarregionais fora do Atlântico Sul é motivada, em grande parte, por interesses comerciais e geopolíticos. Ademais, um dos principais motivos seriam a proteção dos recursos existentes na Amazônia Azul, que incluem extensas reservas de petróleo e gás, bem como as concessões de pesca e mineração dentro e para além das suas atuais fronteiras marítimas (MUGGAH E THOMPSON, 2015, p. 2).

Sintetizando a percepção e importância das iniciativas da Marinha do Brasil referentes à Amazônia Azul e Atlântico Sul, recorre-se às palavras de Wiesebron (2013):

> A Marinha do Brasil não está apenas construindo a Amazônia Azul, repensando o Atlântico Sul, a segurança nacional e todos os desafios que decorrem dessas questões: ela quer que o Brasil encontre novamente sua vocação marítima. Ela investe pesado na modernização e expansão de vários aspectos da Força Naval: a Força Submarina, que terá submarinos propulsados por energia nuclear; a Força de Superfície; e a Força Aeronaval, para poder desenvolver seu papel nacional e internacional no Atlântico Sul, ampliando, inclusive, sua cooperação com os países da África Ocidental para tal fim. Trata-se de apoiar os países africanos para que o Atlântico Sul seja realmente o "Oceano do Sul", sem que haja a presença do Norte – ou ao menos que essa presença não prejudique os interesses do Sul em geral e do Brasil, em particular (WIESEBRON, 2013, p. 125)

Importa salientar ainda, conforme apontado por Penna Filho (2015a), que a presença da Marinha brasileira no outro lado do Atlântico foi desenvolvida por uma questão estratégica. Dessa maneira, a atuação da Marinha do Brasil, a partir do momento em que é estendida às outras forças, de acordo com os interesses e objetivos de cada uma, permitem uma presença mais eficaz do Brasil em seu Entorno Estratégico ampliado. Por exemplo, "no caso do Exército, a formação e treinamento de tropas africanas poderia promover maior aproximação e entrosamento, fomentando parcerias vantajosas para ambos os lados" (Penna Filho, 2015a, p. 148).

Merece destaque também alguns dos desafios – no tocante aos aspectos marítimos da política brasileira de Defesa – em relação à atuação da Marinha, conforme exposto pelo Contra-Almirante Antonio Ruy de Almeida (2015):

> Primeiramente, a necessidade de se atualizar a Política Marítima Nacional e incrementar uma visão interagências no mar. É preciso que a *Marinha assuma a coordenação operacional das diversas agências que possuem atribuições relativas ao espaço marítimo.* A Marinha já faz algo semelhante em relação aos recursos do mar, através da Secretaria Interministerial dos Recursos do mar. *Dinamizar a atuação do Estado nas águas jurisdicionais brasileiras é fundamental.* Segundo, passar a Marinha a ser responsável pela Patrulha Aérea Marítima, conforme é realizado em vários países (embora a Força Aérea hoje o faça, seria mais eficaz que houvesse unidade de comando entre os meios aéreos e os navios realizando patrulha no mar) (Almeida Silva, 2015, p. 37, grifo nosso).

Passando para as contribuições do terceiro capítulo, nele buscou-se apresentar qual era o contexto e o processo histórico, que levou à formulação e implementação da proposta brasileira da Zopacas. Também foi avaliado como se deu o debate doméstico, por meio da atuação dos parlamentares, seja nas sessões ordinárias, seja no âmbito da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Congresso Nacional. E, também, houve foi exposta uma perspectiva mais recente da atuação da Política Externa do Brasil, ressaltando as iniciativas de cooperação entre os países-membros da Zopacas e da CPLP.

No caso da avaliação de quais foram as principais discussões e ações desenvolvidas no âmbito do Fórum da Zona de Paz, vislumbrou-se que houve uma maior mudança a partir do momento em que o Fórum passou a reunir, de fato, o alto escalão de seus Estados. Com isso, como foi demonstrado, a organização ganha relevância e se revigora com a realização das reuniões interministeriais, seja entre os ministros das relações exteriores, seja entre os ministros da defesa.

O grande destaque do processo de revitalização ficou para a retomada, após quase uma década – passadas entre as reuniões de Buenos Aires (1998) e a reunião de Luanda (2007) – das reuniões interministeriais. Mas foi, de fato, a Reunião de Montevidéu, que trouxe consigo o objetivo central de revitalizar a ZOPACAS e contou com a participação de praticamente todos os países que a integram. Para fortalecer a iniciativa, dotando-a de maior institucionalidade, foi criado Grupo de Contato que passou a acompanhar a implementação das decisões acordadas em Montevidéu e que coordenará futuramente sobre temas relevantes para a zona de paz e cooperação. Além disso, por meio da Declaração de Montevidéu, os países da ZOPACAS concordaram em reunir-se anualmente à margem da Assembleia Geral das Nações Unidas, a fim de revisar o progresso alcançado e decidir sobre ações futuras (Ministério das Relações Exteriores, 2017, p. 1).

Em relação à dimensão doméstica, também levantada nesse capítulo, foram analisadas as discussões presentes em documentos da CREDN do Congresso Nacional e, também, os Diários da Câmara e Senado Federal, com discursos dos parlamentares, demonstrando a existência e a

importância das discussões parlamentares, para o processo de ampliação do Entorno Estratégico do Brasil.

Demonstrou-se, frente aos inúmeros discursos e debates, como a participação de parlamentares, tanto no âmbito da Comissão, como fora dela, teve grande importância para trazer à uma aproximação entre os discursos dos parlamentares e os objetivos de setores das Forças Armadas, em particular da Marinha do Brasil, abrindo espaço inclusive, para que militares apresentassem junto à CREDN questões se suma importância para defesa nacional. Como exemplo, pode-se citar as apresentações acerca da confecção e aprovação dos Planos Estratégicos da Marinha do Brasil, principalmente diante das preocupações com a reativação da 4ª Esquadra estadunidense, da descoberta do Pré-sal, e a apresentação de quais eram os objetivos da Marinha, para aumentar e modernizar sua Armada. Com essa abertura das discussões sobre o tema, todas essas questões estratégicas passaram a ser discutidas, analisadas e viabilizadas por meio dos debates no âmbito da CREDN.

Além disso, também mereceu destaque a importância da Comissão de Relações Exteriores do Congresso Nacional para promover, por meio das reuniões, debates e seminários, uma aproximação nas relações civis-militares, principalmente em um momento de maior confluência de ações do Ministério das Relações Exteriores, Ministério da Defesa e da Marinha do Brasil. Isto ficou mais evidente nas diversas ações de cooperação, tanto nas ações de cooperação sul-sul – nas diversas modalidades, com países africanos –, no âmbito da Agência Brasileira de Cooperação (ABC), que promoveu iniciativas de cooperação na área de Defesa e preparo de militares, sendo um processo de cooperação, que demonstram esta vinculação de interesses dessas instituições.

O capítulo também teve o propósito de apresentar a atuação mais recente da Política Externa do Brasil para o Atlântico Sul, perpassando pelos governos Lula e Dilma, mostrando a maior consonância entre as ações do Ministério da Defesa (MD) e Ministério das Relações Exteriores (MRE) no debate da Zopacas e nas questões de segurança do Atlântico Sul.

Tornou-se possível verificar, neste sentido, como o Brasil – no intento de manter sua atuação no âmbito do Atlântico Sul e obter maior peso na atual ordem mundial e, mais importante, garantir que sua fronteira marítima fosse respeitada – atuou para revitalizar a ZOPACAS, considerada a principal iniciativa de integração regional existente na região da "bacia" do Atlântico Sul.

Vale ressaltar também, como as descobertas de petróleo na região do pré-sal, em ambas as margens do Atlântico Sul, tiveram papel fundamental para a revitalização da importância da ZOPACAS para seus países-membros. A região voltou a ser foco desses Estados não apenas pelo petróleo, mas também pelo incremento do fluxo marítimo na região, pelo aumento do comércio entre os países e pelas atividades de pirataria no litoral africano, decorrentes do despreparo das marinhas dos países costeiros. Em vista disso, explica-se o grande interesse brasileiro em fortalecer a ZOPACAS, principalmente após o último encontro dos países membros, em Montevidéu, em 2013.

No sentido dessa reativação da Zopacas, pode-se argumentar que o Brasil demonstrou ter atuado como uma espécie de *region-builder*[26], no tocante ao Atlântico Sul. Como bem aponta Abdenur e Marcondes (2014), em conformidade ao que foi apresentado anteriormente no capítulo:

> Na sua estratégia para o Atlântico Sul, os esforços brasileiros no âmbito doméstico estão fortemente vinculados aos programas de cooperação em defesa, tanto no âmbito bilateral quanto na sua dimensão multilateral. Ambos visam a fortalecer a identidade marítima dos países do perímetro do Atlântico Sul, sublinhando não apenas as preocupações em comum, mas também a percepção de que há uma necessidade de proteger os recursos oceânicos de ambos os lados do Atlântico Sul, especialmente o pré-sal (ABDENUR; MARCONDES, 2014, p. 18).

Por fim, também foi apresentado como o fortalecimento da Zopacas trouxe consigo a importância, para os países da região, de tê-la como um fórum multilateral para o encaminhamento de questões regionais. Além disso, buscou-se diminuir a interferência de países externos ao Atlântico Sul, sobretudo em possíveis cenários em que os países desenvolvidos possam almejar alguma intervenção militar, a fim de garantir acesso a mercados, petróleo e recursos minerais. Esta situação, inclusive, já fez emergir uma discussão no âmbito da OTAN, em que existem anseios para transformar toda a bacia do Atlântico em uma área de sua influência, incluindo tanto o Atlântico Norte, como o Atlântico Sul (AMORIM, 2013, p. 17).

Chegando ao quarto e último capítulo, nele foram avaliadas as relações entre o processo de implementação de uma Grande Estratégia do Brasil e a consolidação do Entorno Estratégico Brasileiro ampliado. Para tal, em um primeiro momento, foi realizada uma análise sobre o

[26] *O termo Region-builder* é comumente definido como um esforço político, feito por Estados, em uma região comum, para alavancar a cooperação entre eles, com a finalidade de melhorar as suas integrações políticas, econômicas, sociais, culturais e de segurança. (*Centre For Conflict Resolution*, 2014, p. 1)

conceito de Grande Estratégia, avaliando quais as suas formulações e significados, na literatura tradicional. Em seguida, foi analisado como ocorreu o uso do conceito no Brasil, principalmente destacando a sua utilização nos discursos e documentos declaratórios da defesa, destacando a figura de Celso Amorim como entusiasta desta aproximação entre dissuasão e cooperação, consequentemente, propondo uma vinculação entre a Política Externa e a Política de Defesa.

Como principal ideia, dentro daquilo que foi debatido neste capítulo, vale ressaltar – considerando as potencialidades do Atlântico Sul e essa maior ligação e articulação entre a Política de Defesa e a Política Externa – que a articulação entre a diplomacia e a defesa

> (…) depende de uma prévia definição política do Estado que privilegie a soberania na definição de seus interesses nacionais e a autonomia na sua implementação. A sua institucionalização é cada vez mais necessária para que não fique condicionada às conjunturas e eventuais realinhamentos eleitorais (LIMA, 2010, p. 408)

Como argumentos mais importantes, dentro do pensamento de Celso Amorim, conforme apresentados no último capítulo, e que são imprescindíveis para compreender as bases da proposta e implementação de uma Grande Estratégia do Brasil, ressalta-se dois elementos que guiam boa parte dos discursos de Amorim.

O primeiro está centrado no argumento de que não existe uma dimensão de antagonismo entre a ideia de um país ser tradicionalmente pacífico e, ao mesmo tempo, possuir uma política de defesa robusta. O segundo elemento de destaque no pensamento de Amorim, enquanto articulador dessa vinculação da dissuasão e cooperação, é fato de que o Brasil não deve ser apenas um país que se defenda enquanto país amante da paz, mas sim que ele seja capaz de prover a paz. E nesse sentido, articulando esses dois elementos, ressalta-se aqui as palavras de Amorim, em seu discurso de despedida, enquanto Ministro da Defesa:

> (…) é muito importante desenvolvermos essa noção de grande estratégia, não da maneira como ela no passado foi usada por outros estrategistas, mas como a ideia de que é preciso que os objetivos da Defesa e política externa andem unidos. Porque uma política externa sem uma defesa robusta, por mais que ela seja pacífica ela não vai levar a lugar nenhum. E com uma política de Defesa robusta, nós podemos assegurar que o Brasil seja não só pacífico, mas provedor de paz, que ele leve a paz a outras regiões, e é o que temos que fazer (AMORIM, 2015b, p. 5).

Em meio a todas as ações citadas ao longo da dissertação, vale ressaltar que as políticas diplomáticas e de defesa têm auxiliado na consolidação de um pensamento estratégico no Brasil. Todavia, há um elemento essencial. Os estudos de Defesa Nacional e sua relevância, tanto para fins civis, como militares, ainda têm dificuldades em sua difusão, nas diversas etapas da educação do país. Trazendo à tona nos diferentes níveis do ensino, a relevância do

pensamento estratégico, haverá mais estímulos à produção e implementação de um desenvolvimento autônomo, que tenha respaldo e compreensão da sociedade brasileira.

Isto permitiria que o Brasil, do menor para o maior âmbito, possa pensar estrategicamente e também traz benefícios para a transparência e legitimação das ações e investimentos na área de Defesa e nos projetos estratégicos das Forças Armadas. Sem esse passo fundamental, fica limitada a possibilidade de se desenvolver e implementar uma Grande Estratégia Brasileira, que dê sustentação ao Entorno Estratégico brasileiro ampliado. Afinal, sem o respaldo da soberania popular, não se sustenta o Brasil e a inserção internacional que se busca ter.

REFERÊNCIAS

ABDENUR, Adriana Erthal; SOUZA NETO, Danilo Marcondes de. O Brasil e a cooperação em defesa: a construção de uma identidade regional no Atlântico Sul. *Revista Brasileira de Política internacional*, v. 57, n. 1. Brasília, 2014. p. 5-21. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73292014000100005&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 03 fev. 2017.

ABDENUR, Adriana Erthal; SOUZA NETO, Danilo Marcondes de. O Atlântico Sul e a Cooperação em Defesa entre o Brasil e a África. In *O Brasil e a segurança no seu entorno estratégico: América do Sul e Atlântico Sul*. Organizadores: Reginaldo Mattar Nasser, Rodrigo Fracalossi de Moraes. – Brasília: Ipea, 2014

ADESG - Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra; *A Amazônia Azul*. Disponível em: <http://www.adesg.net.br/noticias/amazoniaazul>. Acesso em: 10 ago. 2016.

AGÊNCIA BRASILEIRA DE COOPERAÇÃO (ABC). *Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul: Calendário de Cursos.* Disponível em: <www.abc.gov.br/zopacas/Cursos.aspx>. Acesso em: 12 fev. 2017.

AGUILAR, Sérgio Luiz Cruz. *Relações militares no Cone Sul: da rivalidade à cooperação na área de segurança*. 405 f. Tese (Doutorado em História) - Faculdade de Ciências e Letras de Assis, Universidade Estadual Paulista, Assis, São Paulo, 2009.

_____. Sérgio Luiz Cruz. Atlântico Sul: As Relações do Brasil com os Países Africanos no Campo da Segurança e Defesa. Austral: Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais. ISSN 2238-6262. v.2, n.4, Jul-Dez 2013. p.49-71. 2013

Agência Nacional de Transportes Aquaviário (Antaq). *Anuário Estatístico Aquaviário.* Brasília: 2012. Disponível em: <http://web.antaq.gov.br/portalv3/Anuarios/Anuario2012/22.htm >. Acesso em: 04 de ago. 2017.

_____. *Panorama da Navegação Marítima e de Apoio*. Superintendência da Navegação Marítima e de Apoio SNM / ANTAQ. Disponível em: <http://portal.antaq.gov.br/wp-content/uploads/2017/03/Panorama-da-navega%C3%A7%C3%A3o-mar%C3%ADtima-e-de-apoio-2012.pdf>. Acesso em: 16 set. 2017

ALBUQUERQUE, José Lindomar Coelho. Fronteiras e identidades em movimento: fluxos migratórios e disputa de poder na fronteira Paraguai-Brasil. *Cadernos CERU*. v.19, n. 1 (2008). São Paulo: Universidade de São Paulo. Disponível em: <www.revistas.usp.br/ceru/article/view/11843/13620>. Acesso em: 15 dez. 2017.

ALENCASTRE, Amilcar. *O Brasil, a África e o Atlântico Sul*. Rio de Janeiro, RJ: Ed. Paralelo: 1980.

ALENCASTRO, Luiz Felipe. *O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

ALEXANDRE, Cristina Vieira Machado. *O Congresso e a Política Externa Brasileira (1985-2005)*. 142 f. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) - Instituto de Relações Internacionais, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

ALHAIS, Alexandra. O Atlântico Sul, Portugal e o conceito estratégico de defesa nacional. CEDIS Working Paper. *Direito, Segurança e Democracia*, nº 51. Coimbra: Fevereiro de 2017

ALMEIDA, Paulo Roberto de. Uma política externa engajada: a diplomacia do governo Lula. *Rev. bras. polít. int*, Brasília , v. 47, n. 1, p. 162-184, Junho 2004 . Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73292004000100008&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 14 jul. 2017

ALMEIDA DA SILVA, Antônio Ruy de. O Atlântico Sul na Perspectiva da Segurança e da Defesa. In: NASSER, Reginaldo Mattar; MORAES, Rodrigo Fracalossi (Org.). *O Brasil e a Segurança no seu Entorno Estratégico: América do Sul e Atlântico Sul*. Brasília, DF: IPEA, 2014. p. 199-214.

_____. *Atlântico Sul: Segurança e Desafios para a Defesa*. In A situação da Segurança no Atlântico Sul e na África Lusófona e suas implicações para a Defesa Nacional. Palestra proferida na Escola Superor de Guerra (ESG). Rio de Janeiro: 2015.

ALMEIDA, Eugénio Costa; BERNARDINO, Luís Manuel Brás. Uma reflexão estratégica sobre a segurança e defesa em Angola e a intervenção no contexto regional subsaariano. *Revista Militar*, nº 2532, p. 45-67, 2013. Disponível em: <https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/11155/1/N9_eugenio_almeida_e_luis_bernardino.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2017.

ALVES, Vágner Camilo. Ilusão desfeita: a "aliança especial" Brasil-Estados Unidos e o poder naval brasileiro durante e após a Segunda Guerra Mundial. *Rev. bras. polít. int.*, Brasília , v. 48, n. 1, p. 151-177, June 2005 . Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73292005000100006&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 15 set. 2017.

AMORIM, Celso. *A cooperação de defesa na CPLP*. Disponível em: <http://www.defesa.gov.br/arquivos/2011/mes12/discurso.pdf>. 2011. Acesso em: 12 fev. 2017.

_____. A Política de Defesa de um País Pacífico. *Revista da Escola de Guerra Naval*, Rio de Janeiro, v. 18 n. 1, p. 7-15. jan. / jun. 2012a.

_____. *Defesa Nacional e Pensamento Estratégico Brasileiro*. Conferência do Ministro da Defesa na abertura do Seminário Estratégias de Defesa Nacional. Brasília, 27 de novembro. 2012b.

_____. *Uma Política de Defesa para o Futuro*. Aula Magna do Ministério da Defesa, Celso Amorim, no Instituto Tecnológico da Aeronáutica (ITA). São José dos Campos, 25 fevereiro. 2013a.

_____. Grande Estratégia e Poder Naval em um Mundo em Fluxo. *Rev. Esc. Guerra Naval*, Rio de Janeiro, v.19, n. 2, p. 253 - 267, jul. / dez. 2013b.

_____. Entrevista com celso Amorim, Ministro da Defesa do Brasil - Brasília, 15/05/2013. In SEABRA, Pedro. Política de Defesa, Política Externa e Grande Estratégia do Brasil. *Nação e Defesa*. n. 138, p. 45-62. 2014.

_____. Grande Estratégia: Política Externa e Defesa Em Um Mundo em Transformação. *Austral: Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais*, v.4, n.7, p. 9-21, Jan. / Jun. 2015a.

_____. *Discurso de despedida do Ministro Celso Amorim por ocasião da transmissão de Cargo para Jaques Wagner*. Brasília: Ministério da Defesa, 2015b. Disponível em: <www.defesa.gov.br/arquivos/2015/pronunciamentos/ministro/despedida_do_ministro_celso_amorim_transmissao_de_cargo.pdf>. Acesso em: 05 nov. 2017

_____. *A Grande estratégia do Brasil: discursos, artigos e entrevistas da gestão no Ministério da Defesa (2011-2014).* Brasília: FUNAG; São Paulo: Unesp, 2016.

ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL DO MINISTÉRIO DA DEFESA (ASCOM-MD). *Projetos Estratégicos*. Brasília: Ministério da Defesa. 2015. Disponível em <https://www.defesa.gov.br/industria-de-defesa/paed/projetos-estrategicos>. Acesso em: 05 nov. 2017

ASSIS, Ana Carolina de Oliveira. Amazônia azul: o patrimônio da geopolítica brasileira no mar? 72 f. Monografia (Graduação em Relações Internacionais) - Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, Paraíba. 2016.

AQUINO, Edson Tomaz de; *A Dimensão do Atlântico Sul na Política Externa e na Defesa do Brasil, dos Anos 70 ao Limiar do Século XXI*. 132 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, São Paulo. 2008.

BARBOSA, Luísa Calvete Portela e PEREIRA, Analúcia Danilevicz. O Atlântico Sul no contexto das Relações Brasil-África. *Revista Século XXI*, v. 3, n. 1, p. 59-77. 2012.

BARBOSA JÚNIOR, Ilques. A importância do Atlântico Sul para a segurança nacional e integração Regional. *Revista da Escola Superior de Guerra*, v. 23, n. 48, pp. 43- 93. 2007.

BATTAGLINO, Jorge. A reativação da IV Esquadra e o novo paradigma de controle global dos Estados Unidos. *Revista Política Externa*. v. 17, n. 4, p. 31-47. 2009.

BIELINSKI, Diego. *A Zona de Paz e Cooperação no Atlântico Sul: gênese e encontros.* Observatório da África; IREL/UNB. Brasília. 2013. Disponível em: <https://observatoriodaafrica.wordpress.com/2013/01/29/a-zona-de-paz-e-cooperacao-no-atlantico-sul-genese-e-encontros/> . Acesso em: 08 fev. 2017

BRASIL. *Política de Defesa Nacional.* 1996. Disponível em: < http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/publicacoes-oficiais/catalogo/fhc/politica-de-defesa-nacional-1996.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2017.

BRASIL. Decreto n. 6. 703 de 18 de dezembro de 2008. *Estratégia Nacional de Defesa:* Paz e Segurança para o Brasil. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Poder Executivo, Brasília, DF, 11 fev. 1998. Seção 1, p. 1. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/Decreto/D6703.htm>. Acesso em: 20 jun. 2017.

BRASIL. *Brasil 2022*: trabalhos preparatórios. Brasília: Presidência da República, Secretaria de Assuntos Estratégicos, 2010. Disponível em <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/dilma-vana-rousseff/publicacoes/orgao-essenciais/secretaria-de-assuntos-estrategicos/brasil-2022-trabalhos-preparatorios/@@download/file/Brasil_2022_volume2.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2017.

BRASIL. *Política Nacional de Defesa*. 2012. Disponível em <http://defesa.gov.br/arquivos/2012/mes07/pnd.pdf> Acesso em: 22 jun. 2017.

BRASIL. Decreto nº 7.438, de 11 de fevereiro de 2011. Livro Branco de Defesa Nacional. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Poder Executivo, Brasília, DF, 11 fev. 1998. Seção 1, p. 1.

BROZOSKI, Fernanda Pacheco de Campos. *A revalorização geopolítica e geoeconômica do Atlântico Sul no sistema internacional*. 115 f. Dissertação (Mestrado em Economia Política Internacional) - Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

BUARQUE DE HOLLANDA, Francisco. *Tanto mar (segunda versão)*. Álbum Chico Buarque, Rio de Janeiro: Polygram/ Phillips, 1978. Disponível em: <https://www.letras.mus.br/chico-buarque/45178/>. Acesso em: 20 out. 2017.

BUTTS, Kent Hughes; THOMAS, Paul. *The geopolitics of Southern Africa Boulder.* 1. *ed.* London: Westview Press, 1986.

CAE-CPLP. *Namíbia e o Brasil – uma cooperação dinâmica e bem-sucedida.* Estímulos para a CPLP. Maputo: Centro de Análise Estratégica da CPLP. Disponível em: https://cplp.defesa.pt/CAE/Brasil%20e%20Nam%C3%ADbia%20-%20uma%20coopera%C3%A7%C3%A3o%20bem%20sucedida%20(21.10.2014).pdf. Acesso em: 30 ago. 2017.

CARNEIRO, Antonio Carlos Frade. *Programa SisgAAz*. Diretoria-Geral do Material da Marinha do Brasil (DGePEM). Seminário sobre o Sistema de Gerenciamento da Amazônia Azul, Rio de Janeiro: 2013. Disponível em: <www.defesaaereanaval.com.br/seminario-sobre-sistema-de-gerenciamento-da-amazonia-azul-sisgaaz/>. Acesso: 02/08/2017

CASTRO, Therezinha de. *O Mar, Enfoque Geopolítico.* A Defesa Nacional, n. 708, 1983.

_____. Therezinha de. *Geopolítica: Princípios, Meios e Fins*. 1.ed. Biblioteca do Exército Editora: Rio de Janeiro, 1999.

_____. Atlântico Sul: *Geopolítica e geoestratégia*. 1.ed. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2002.

CALDAS, Anderson de Oliveira. A ZOPACAS e o Brasil: o discurso e as práticas brasileiras na iniciativa de paz e cooperação do Atlântico Sul. Brasília. 41 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Relações Internacionais). Instituto de Relações Internacionais, Universidade de Brasília, Brasília, Distrito Federa. 2013.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. Decreto nº 4.379, de 17 de setembro 2002. Promulga o Tratado sobre as Relações de Parceria entre a República Federativa do Brasil e a Federação da Rússia. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Poder Executivo, Brasília, DF, 11 fev. 2002. Seção 1, p. 1. Disponível em: <www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2002/decreto-4379-17-setembro-2002-478143-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 12 fev. 2017. Brasília: 2002.

_____. Discurso de Elimar Máximo Damasceno. Brasília, 2004. Disponível em: http://www.camara.leg.br/internet/SitaqWeb/TextoHTML.asp?etapa=5&nuSessao=209.2.52.O&nuQuarto=82&nuOrador=3&nuInsercao=20&dtHorarioQuarto=16:42&sgFaseSessao=OD&Data=07/10/2004&txApelido=ELIMAR%20M%C3%81XIMO%20DAMASCENO,%20PRONA-SP. Acesso em: 12 fev. 2017.

_____. Discurso de José Genoíno. Brasília, 2008. Disponível em: <www.camara.leg.br/internet/SitaqWeb/TextoHTML.asp?etapa=5&nuSessao=167.2.53.O&nuQuarto=40&nuOrador=1&nuInsercao=0&dtHorarioQuarto=15:57&sgFaseSessao=GE&Data=10/07/2008&txApelido=JOSÉ%20GENOÍNO,%20PT-SP>. Acesso em: 12 fev. 2017.

_____. Discurso de José Genoíno. Brasília: 2008b Disponível em: <http://www.camara.leg.br/internet/SitaqWeb/TextoHTML.asp?etapa=5&nuSessao=105.2.53.O&nuQuarto=46&nuOrador=1&nuInsercao=0&dtHorarioQuarto=16:15&sgFaseSessao=GE&Data=19/05/2008&txApelido=JOS%C3%89%20GENO%C3%8DNO,%20PT-SP>. Acesso em: 12 fev. 2017.

_____. Discurso de Edmilson Valentim. Brasília: 2008c. Disponível: http://www.camara.leg.br/internet/SitaqWeb/TextoHTML.asp?etapa=5&nuSessao=006.2.53.O&nuQuarto=26&nuOrador=1&nuInsercao=0&dtHorarioQuarto=09:50&sgFaseSessao=BC&Data=14/02/2008&txApelido=EDMILSON%20VALENTIM,%20PCDOB-RJ>. Acesso em: 12 fev. 2017.

CAMARGO LIMA, Raphael. A articulação entre política externa e política de defesa no Brasil: uma Grande Estratégia inconclusa. 257 f. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, São Paulo, São Paulo. 2015.

CARVALHO, Josiane Rocha; NUNES, Raul Cavedon. A Zopacas no Contexto da Geopolítica do Atlântico Sul: História e Desafios Atuais. Porto Alegre: *Revista Perspectiva*, v. 7, n. 13, p. 83-102, ago. / set. 2014.

CARVALHO, Roberto de Guimarães. *A Amazônia Azul*. DefesaNet, 4 de Março 2004. Disponível em: <http://www.defesanet.com.br/>. Acesso em: 21 ago. 2016.

CASTRO, José Roberto. *As commodities e seu impacto na economia do Brasil*. Jornal Nexo. Disponível em:<https://www.nexojornal.com.br/explicado/2016/03/31/As-commodities-e-seu-impacto-na-economia-do-Brasil/>. Acesso em: 03 out. 2016.

CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY. *The World Fact Book*. 2009. Disponível em: https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/graphics/ref_maps/pdf/antarctic.pdf. Acesso: 05 set. 2017.

CENTRE FOR CONFLICT RESOLUTION. *Region-building and regional integration in Africa.* Disponível em: <www.ccr.org.za/images/pdfs/CCRPB23_region-building_23sep2014.pdf>. Acesso: 13 fev. 2017.

COUTINHO, Isadora Caminha. *O papel da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS) para o fortalecimento do entorno estratégico brasileiro: da criação à revitalização (1986-2014)*. 102 f. Monografia (Graduação em Relações Internacionais) - Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Rio Grande do Sul. 2014.

_____. A Articulação entre Política Externa e Política de Defesa do Brasil: O Atlântico Sul como Espaço Estratégico. 238 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Estratégicos Internacionais) - Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Rio Grande do Sul. 2017.

CNPQ (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico). *O Programa Antártico Brasileiro (PROANTAR)*. Disponível em: <http://www.cnpq.br/web/guest/apresentacao-proantar> . Acesso em: 12 ago. 2016.

COSTA, WANDERLEY MESSIAS DA. Projeção do Brasil no atlântico sul: geopolítica e estratégia. *Revista USP*, nº.95, p.9-22, Set./ out. / nov. 2012.

COUTO, José Alberto Cunha. A quem interessa a desmilitarização do Atlântico Sul? *Revista Marítima*, Rio de Janeiro, n. 119, s/p, 1999.

CORRÊA, Fernanda. *Atlântico Sul: e se não for um projeto político só da Zopacas*? DefesaNET; Disponível em: <http://www.defesanet.com.br/geopolitica/noticia/9566/Defesa-em-Debate--Atlantico-Sul--e-se-nao-for-um-projeto-politico-so-da-ZOPACAS>; 2013. Acesso: 20 set. 2016.

CORBARI, Glauco C. A Política de Defesa do Brasil no Século XXI. *Coleção Meira Mattos*, Rio de Janeiro, v. 8, n. 31, p. 29-38, jan. / abr. 2014.

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL. Requerimento da comissão de relações exteriores e defesa nacional, nº 44, de 2008. Senado Federal, Brasília, DF, 2008. Disponível em: <http://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=4220047>. Acesso em 20 set. 2016.

CORREIO BRAZILIENSE. *Atlântico Sul terá sua primeira reunião*. Brasília: Edição do Correio Braziliense de 8 de Junho de 1988. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/437103/PS%20Sarney%2087-90%20viagens%20-%200097.pdf?sequence=1>; Acesso: 05 fev. 2017.

COUTO E SILVA, Golbery do. *Geopolítica do Brasil*. 1. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1967.

CRUZ, Luiz Antônio Pinto. *"A guerra já chegou entre nós!":* o cotidiano de Aracaju durante a guerra submarina (1942/1945). 232 f. Dissertação (Mestrado em História) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Bahia, Salvador. 2012.

DAY, David. *Antarctica:* A Biography. 1. ed. New York: Oxford University Press, 2012.

DECUADRA, Geopolítica, Política Externa e pensamento militar brasileiros em relação ao Atlântico Sul (1964-1990). 174 f. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) - Instituto de Relações Internacionais, Pontifícia Universidade Católica, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1991.

DEGAUT, Kalout, 2017, Brasil, um país em busaca de uma Grande Estratégia. *Relatório de Conjuntura*, nº1, p.10. Brasilia: Secretaria Especial de Assuntos Estratégicos. 2017.

DIRETORIA DE GESTÃO DE PROGRAMAS ESTRATÉGICOS DA MARINHA DO BRASIL (DgePEM) In Padilha, Luiz. *Seminário sobre Sistema de Gerenciamento da Amazônia Azul - SisGAAz. Rio de Janeiro*: Defesa Aérea & Naval. Disponível em: <www.defesaaereanaval.com.br/seminario-sobre-sistema-de-gerenciamento-da-amazonia-azul-sisgaaz/. Acesso: 02 set. 2017.

DODDS, Klaus. Geógrafos del Atlántico Sur: el pensamiento geopolítico argentino y la política del tratado del Atlántico Sur (OTAS). *Geopolítica.* Buenos Aires, n. 52, v.10, p. 30-41, 1994.

DOMINGOS NETO, M. Políticas de defesa e segurança para o Atlântico Sul no século XXI. *Tensões Mundiais*, Fortaleza, v.12, n. 22, p. 17 – 32, 2016.

E-GLOBAL NOTÍCIAS. *Africanos mobilizam-se contra o Franco CFA.* Lisboa: 2017. Disponível em: https://e-global.pt/noticias/mundo/africa-subsaariana/africanos-mobilizam-se-contra-o-franco-cfa/. Acesso: 15 Set 2017.

FERREIRA, Felipe Rodrigues Gomes. *O sistema do tratado da Antártida: evolução do regime e seu impacto na política externa brasileira.* Brasília; Fundação Alexandre de Gusmão, 2009

FIORI, José Luis. *O Brasil e seu "entorno estratégico" na primeira década do século XXI*. Disponível em: <http://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Politica/O-Brasil-e-seu%27entorno-estrategico%27-na-primeira-decada-do-seculo-XXI/4/28080>. Acesso em: 17 set 2017.

FLORES, Mário César. A importância do Atlântico Sul nas Relações Internacionais. Política e Estratégia, São Paulo, v. 2, n. 1, 1984 apud RIBERIO LUIS, Camila Cristina. A Estratégia Naval Brasileira no Contexto da Política Exterior do Brasil. *Revista da Escola de Guerra Naval*, Rio de Janeiro, v.18, n. 1, p. 153-172, jan / jun 2012b.

FOLHA DE SÃO PAULO. *O que a Decisão do Brasil Muda*, 17 de Agosto de 2013. Disponível em: <f.i.uol.com.br/folha/mercado/images/1024957.jpeg>. Acesso em: 05 jul. 2017.

FONSECA, Carmen. O Brasil e a Segurança no Atlântico Sul. *Revista Nação e Defesa,* n. 128, v. 5, p. 77-91, 2011.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: história da violência nas prisões*. 41. ed. Petrópolis: Vozes, 2013.

G1. *Chineses fazem montagem-teste para reconstrução de estação brasileira na Antártica*. Disponível em: https://g1.globo.com/ciencia-e-saude/noticia/chineses-fazem-montagem-teste-para-reconstrucao-de-estacao-brasileira-na-antartica-veja-fotos.ghtml. Acesso em: 15 Out. 2017.

GELEDÉS. *Rotas da escravidão*. São Paulo: Geledés, Instituto da Mulher Negra. 2009. Disponível em: https://www.geledes.org.br/rotas-da-escravidao/. Acesso em: 05 nov. 2017

GOMES DA COSTA, Murilo. *O Atlântico Sul e a Proposta da Zopacas no pós-Redemocratização do Brasil.* Montevidéu: 9º Congresso Latino-americano de Ciência Política, 2017.

_____. Desafios estratégicos na projeção do Brasil no Atlântico Sul. *Revista Tensões Mundiais / World Tensions*, Ceará, v. 12, n. 22, p.323-346, jan. / jun. 2016.

GROVE, Eric. NAVAL CO-OPERATION IN THE SOUTH ATLANTIC. In: MILLS, Greg. *Maritime Policy for Developing Nations*. 1. ed. Johannesburg: South African Institute ofInternational Affairs, 1995.

GUIMARÃES, Bruno Gomes. The Brazilian geopolitical strategy for the South Atlantic. *Tensões Mundiais / World Tensions*, Ceará, v. 12 n. 22, p. 295-322, jan. / jun. 2016

_____. *A política brasileira para o Atlântico Sul: uma visão paradigmática.* Porto Alegre: UFRGS: 1º Seminário Internacional de Ciência Política. Estado e Democracia em Mudança no Século XXI. Setembro de 2015. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/sicp/wp-content/uploads/2015/09/GUIMARÃES-A-política-brasileira-para-o-Atlântico-Sul-SICP.pdf> Acesso: 10 fev. 2017

HART, Gary. *The Fourth Power: A Grand Strategy for the United States in the Twenty-First Century*. 1.ed. Oxford University Press, 2005

HIRST, Mônica; PINHEIRO, Letícia. A política exterior do Brasil em dois tempos. *Revista Brasileira de Política internacional*. v. 38, n. 1, , p. 15, 1995.
IG. *Incêndio em estação brasileira na Antártida deixa dois desaparecidos*. São Paulo: 2012. Disponível em: ultimosegundo.ig.com.br/ciencia/incendio-em-estacao-brasileira-na-antartida-deixa-dois-desaparec/n1597652125499.html. Acesso: 15 Out 2017

INTERNATIONAL INSTITUTE FOR STRATEGIC STUDIES (IISS). *The Military Balance 2013: the annual assessment of global military capabilities and defense economics*. 1. ed. London: Routledge, 2013.

ITAMARATY. *Declaração sobre a situação na República Democrática do Congo aprovada na VII Reunião Ministerial da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS)*. Brasília. Disponível em: http://www.itamaraty.gov.br/sala-de-imprensa/notas-a-imprensa/declaracao-sobre-a-situacao-na-republica-democratica-do-congo-aprovada-na-vii-reuniao-ministerial-da-zona-de-paz-e-cooperacao-do-atlantico-sul-zopacas/?searchterm=zopacas. Acesso em: 08 fev. 2017.

ITAMARATY. *Balanço de Política Externa 2003/2010:* Visitas internacionais do presidente Lula e visitas ao Brasil de Chefes de Estado e de Chefes de Governo. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/temas/balanco-depolitica-externa-2003-2010/visitas-internacionais-do-presidente-lula-e-visitas-ao-brasil-de-chefes-de-estado-ede-chefes-de-governo-2003-a-2010/> Acesso em: 4 set. 2016

ITAMARATY. *Participação do Ministro Antonio de Aguiar Patriota na VII Reunião Ministerial da Zopacas*. Brasília: MRE, 2013. Disponível em: www.itamaraty.gov.br/notas-a-imprensa/3282- . Acesso: 10 Mar 2017

JOSÉ, Joveta. *A política Externa de Angola: Novos Regionalismos e Relações Bilaterais e com o Brasil*. 291 f. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Instituto de Filosofia e Ciência Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Rio Grande do Sul, 2011.

JAGUARIBE, Helio. *Reflexões sobre o Atlântico Sul.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

LAYNE, C. *The peace of illusions: American grand strategy from 1940 to the present.* 1. ed. Nova Iorque: Cornell University Press, 2006.

LEGADO BRASIL. Província petrolífera do pré-sal. 2014. Disponível em: <legado.brasil.gov.br/noticias/infraestrutura/2014/07/brasilpresal.jpg/>. Acesso em: 30 out. 2017.

LESSA, Antônio Carlos. A Guerra da Lagosta e outras guerras: conflito e cooperação nas relações França-Brasil (1960-1964). *Cena Internacional*, v. 1, n. 1, p. 109-120, 1999. Disponível em: <http://www.mundorama.info/Mundorama/Cena_Internacional_files/Cena_1999_1.pdf>. Acesso em: 05 set. 2016.

LIMA, Maria Regina Soares de.; MILANI, Carlos et al.. *Atlas da política brasileira de defesa*. 1ª Edição. Cidade Autônoma de Buenos Aires: CLACSO, 2017.

LIMA, Maria Regina Soares. Diplomacia, defesa e a definição política dos objetivos internacionais: o caso brasileiro. In: JOBIM, Nelson A.; ETCHEGOYEN, Sergio W.; ALSINA, João Paulo. (Org.). *Segurança Internacional: Perspectivas Brasileiras*. Rio de Janeiro: FGV, 2010, v. 01, p. 401-418.

LOPEZ, Luiz Roberto. *História do Século XX. 1.ed.* Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.

MACLAY, Jeffrey D., Matthew Potter, Robert R. Scott, e Matthew W. Sibley. *The Fourth Fleet: A Tool of U.S. Engagement in the Americas.* P. Center for Strategic and International Studies, February de 2009.

MACHADO, F.S. Estratégia Nacional de Desenvolvimentos das Atividades Espaciais do Brasil: Justificativas, Requisitos e componentes. 120 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Instituto de Filosofia e Ciência Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Rio Grande do Sul, 2014.

MAPA, Dhiego de Moura. *A África na política externa do governo Lula: fortalecimento do diálogo Sul-Sul*; Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH - São Paulo, julho 2011

MARINHA DO BRASIL. *A presença brasileira na antártida*. Marinha do Brasil. Disponível em: <https://www.mar.mil.br/dhn/dhn/hist_antartica.html>. Acesso em: 11 set. 2016.

MARINHA DO BRASIL. *Programa Amazônia Azul.* Disponível em <https://www.mar.mil.br/hotsites/amz_azul/html/programa.html> Acesso em: 10 ago. 2016.

MATTOS, Adherbal Meira. *O Novo Direito do Mar* - Ed. Renovar - Rio de Janeiro;1996.

MATTOS, Carlos de Meira. *A Geopolítica e as Projeções do Poder*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1977.

_____. O Atlântico Sul: sua importância estratégica. *A Defesa Nacional*. Rio de Janeiro, v.6, n.688, 1983.

MILANI, Carlos R. S.; PINHEIRO, Leticia. Política externa brasileira: os desafios de sua caracterização como política pública. *Contexto internacional,* Rio de Janeiro, v. 35, n. 1, p. 11-41, June 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-85292013000100001&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 14 ago. 2017.

MINISTÉRIO DA DEFESA. O BRASIL NA ANTÁRTIDA; *Discurso do Ministro da Defesa, Celso Amorim, na sessão solene de abertura da 37ª Reunião Consultiva do Tratado da Antártida. Ministério da Defesa (MD).* Disponível em: <http://www.defesa.gov.br/arquivos/2014/pronunciamentos/ministro/abril/o_brasil_na_antartid a.pdf>. Acesso em: 23 set. 2016.

MINISTÉRIO DA DEFESA. *Projetos estratégicos da Marinha. Ministério da Defesa* (MD). 21 de mar de 2014. Disponível em: <http://www.defesa.gov.br/industria-de-defesa/paed/projetos-estrategicos/projetos-estrategicos-da-marinha-do-brasil>. Acesso em: 24 abr. 2017.

MINISTÉRIO DA DEFESA. *Brasil promove seminário para países membros da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul*. Brasília. Disponível em: http://www.defesa.gov.br/noticias/17373-brasil-promove-seminario-para-paises-membros-da-zona-de-paz-e-cooperacao-do-atlantico-sul. Acesso em: 12 fev. 2017.

MINISTÉRIO DA DEFESA. *Intervenção do Ministro da Defesa, Celso Amorim, na VII Reunião Ministral da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico SUL (ZOPACAS).* Montevideo, jan. 2013. Disponível em: www.defesa.gov.br/arquivos/2013/pronunciamentos/discurso_ministro/zopacas.pdf >. Acesso em: 10 fev. 2017.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. *O Brasil e as operações de manutenção da paz da ONU*. Disponível em: http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/politica-externa/paz-e-seguranca-internacionais/4783-o-brasil-e-as-operacoes-de-paz. Acesso em: 05 nov. 1992.

MIGUEL, Sérgio Luis Costa. *Amazônia Azul: novas fronteiras.* Rio de Janeiro: Escola Superior de Guerra, 2013.

MOURA, Gerson. *Brazilian foreign relations : 1939-1650 : the changing nature of Brazil-United States relations during and after the Second World War*. 376 f. *Tese (D*outorado em Ciência Política). University College London, London, United Kingdom. 1979.

MOURA NETO, Júlio Soares De*; Discurso na Abertura do III Simpósio Das Marinhas da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP)*. 2012. Sítio da Web. Defesa Aérea e Naval. Disponível em: http://www.defesaaereanaval.com.br/discurso-do-comandante-da-marinha-na-abertura-do-iii-simposio-das-marinhas-cplp/. Acesso em: 20 set. 2016.

MUGGAH, Robert; THOMPSON, Nathan. The Blue Amazon: Brazil Asserts Its Influence Across the Atlantic. Foreign Affairs. Jun 2015. Disponível em: <https://www.foreignaffairs.com/articles/africa/2015-06-11/blue-amazon> Acesso em: 23 jun. 2015.

NEVES, André Luiz Varella. Atlântico sul: projeção estratégica do brasil para o século XXI. In: GHELLER, Gilberto Fernando; GONZALES, Selma Lúcia de Moura; MELLO. Laerte Peotta de. *Amazônia e Atlântico Sul: desafios e perspectivas para a defesa no Brasil*. – Brasília: IPEA: NEP, 2015.

OLIVEIRA, Guilherme Ziebell de, SILVA, Isadora Loreto da; PALUDO, Júlia. "A África no pós-Guerra Fria: geopolítica e novos atores." In SPOHR, Alexandre Píffero; MEDEIROS, Klei; STADNIK, Marjorie. *Relações Internacionais para Educadores: África em Foco*, 1.ed. p.161-183. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2013.

PIERMATEI FILHO, O. A Importância Estratégica de Uma Força Naval para o Brasil. *UFJF Defesa*, Juiz de Fora, p. 1 - 13, 26 jun. 2007.

PREUSSER DE MATTOS, Fernando. *Agendas de Segurança do Brasil e dos Estados Unidos da América para o Entorno Estratégico Brasileiro.*76 f. Monografia (Graduação em Relações Internacionais) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal Do Rio Grande Do Sul, Porto Alegre, Rio Grande do Sul, 2013.

PENHA, Eli Alves. *Relações Brasil-África e Geopolítica do Atlântico Sul*. 1. ed. Salvador: EUFBA, 2011.

_____. Os sistemas de Segurança Regional no Atlântico Sul: da Guerra Fria ao período atual. *Revista Ideias em Destaque*, n. 34, p. 151–165, set. / dez. 2010.

_____. *A Fronteira Marítima Brasileira na Geoestraéghia do Atlântico Sul*. In: VII Encontro de Geógrafos da América Latina, 2009, Montevidéo. VII Encontro de Geógrafos da América Latina, 2009.

_____. Mendes, Andréa Ribeiro. A Fronteira Marítima Brasileira e a Geoestratégia do Atlântico Sul. In Charles, P.F., Ricardo, Luigi. *Perspectivas Geopolíticas - Uma abordagem contemporânea*. Rio de Janeiro: CENEGRI - Centro de Estudos em Geopolítica e Relações Internacionais, 2010.

PENNA FILHO, PIO. *Regionalismo, Segurança e Cooperação: o Atlântico Sul como espaço de possibilidades entre o Cone Sul e África Austral.* XXVII Encontro Anual da ANPOCS - Caxambu - MG - 21 a 25 de outubro de 2003.

_____. Reflexões sobre o Brasil e os Desafios do Atlântico Sul no Início do Século XXI. In GHELLER, Gilberto Fernando; GONZALES, Selma Lúcia de Moura; MELLO. Laerte Peotta de. *Amazônia e Atlântico Sul: desafios e perspectivas para a defesa no Brasil*. – Brasília: IPEA: NEP, 2015a.

_____. *O Brasil e seu entorno estratégico.* Gazeta Digital. Mato Grosso: 2015b. Disponível em: <www.gazetadigital.com.br/conteudo/show/secao/60/materia/452153/t/o-brasil-e-seu-entorno-estrategico>. Acesso: 05 out 2017

PINTO, E. M. *Entrevista sobre a Amazônia Azul*. [S.l.], 15 jan 2010. Disponível em: . Acesso em: 30 out. 2013

PODER NAVAL ONLINE. *A Quarta Esquadra e a estrutura militar unificada dos EUA.* Disponível em: www.naval.com.br/blog/2010/08/16/a-quarta-frota-e-a-estrutura-militar-unificada-dos-eua/. Acesso: 5 ago. 2017.

PORTO DE OLIVEIRA, Amaury. *A política africana da China. In: II Conferência Nacional de Política Externa e Política Internacional.* Brasília, Funag, 2008. p.13-32

RABELO, Larissa. Conselho Sul Americano de Defesa. *Revista Conjuntura Internacional.* Puc – Minas. Belo Horizonte, MG. 2008

REIS, R. G. G. dos. Atlântico Sul: Um desafio para o século XXI – As velhas ameaças se perpetuam nas "novas"?. In: ACIOLY, L.; MORAES, R. F. de (orgs.). *Prospectiva, estratégias e cenários globais: visões de Atlântico Su*l, África Lusófona, América do Sul e Amazônia. Brasília: IPEA, 2011.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. *Diário do Congresso Nacional*. Seção I. Câmara dos Deputados. ANO XLI. nº019. 02/04/1986. Disponível em: http://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/DCD02ABR1986.pdf#page=68. Acesso: 09/02/2017

_____. *Diário do Congresso Nacional*. Seção I. Câmara dos Deputados. ANO XLIII. nº057. 21/06/1988. Disponível em: http://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/DCD21JUN1988.pdf. Acesso: 09/02/2017

_____. *Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional:* Histórico e Atribuições. Brasília: 2017. Disponível em: CREDNhttp://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/credn/conheca-a-comissao. Acesso em 20/01/2017

RIBEIRO, Cláudio Oliveira. Crise e castigo: as relações Brasil-África no governo Sarney. *Revista Brasileira de Política Internacional*. Brasília, v.51, n.2, p.39. Dezembro de 2008 . Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73292008000200004&lng=en&nrm=iso>. Acesso: 27/01/2017.

RIBEIRO LUIS, Camila C. *Pensamento geopolítico brasileiro e a construção do espaço político sul-atlântico.* In: VI Encontro da Associação Brasileira de Estudos de Defesa (VI ENABED), São Paulo. Anais do VI Encontro da Associação Brasileira de Estudos de Defesa (VI ENABED), 2012ª

_____. A Estratégia Naval Brasileira no Contexto da Política Exterior do Brasil. *Revista da Escola de Guerra Naval*, Rio de Janeiro, v.18 n. 1 p. jan/jun 2012b

_____. *Ao mar, navegar é preciso: o pensamento estratégico da Marinha vis-a-vis à política externa brasileira*. 142 f. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Programa de Pós-graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas, São Paulo, São Paulo, 2013.

_____. *Regionalismo brasileiro em perspectiva: arranjos para paz e segurança no Atlântico Sul.* VIII congresso latino-americano de Ciência Política. Lima: Associação Latino-americana de Ciência Política (ALACIP), 2015.

ROMERO, Carlos. *A política externa da Venezuela bolivariana*. Plataforma Democrática, 2010.

SANT'ANNA, Carlos Alexandre Rezende de. *Pensamento estratégico brasileiro contemporâneo – reflexões sobre o Atlântico Sul*. 163 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Estratégicos da Defesa e da Segurança Internacional) – Universidade Federal Fluminense, Programa de pós-Graduação em Estudos Estratégicos, 2011.

SARAIVA, José Flávio Sombra. *África parceira do Brasil atlântico. As relações internacionais da África e do Brasil no início do século XXI*. Belo Horizonte: Fino Traço Editora, 2012.

SEABRA, Pedro. Política de Defesa, Política Externa e Grande Estratégia do Brasil. *Revista Nação e Defesa*. Nº138. Lisboa: lnstituto da Defesa Nacional. 2014.

SENADO FEDERAL. *Diário do Senado Federal nº 92.* Publicado em 09/06/1998. Sessão de 08/06/1998. Disponível em: http://legis.senado.leg.br/diarios/BuscaDiario?codDiario=13455&paginaDireta=10072. Acesso em: 08 fev. 2017.

SILVA, Alexandre Pereira da. O novo pleito brasileiro no mar: a plataforma continental estendida e o Projeto Amazônia Azul. *Rev. bras. polít. int.*, Brasília , v. 56, n. 1, p. 104-121, 2013 . Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73292013000100006&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 02 Set. 2017.

SOIS, Tullio Damin; ROEDEL, Cezar Cauduro. *O Entorno estratégico do Brasil: elementos históricos e atuais*. Anais – 3º Congresso de pesquisa e extensão da FSG, 2015.

SOUZA, Isabela Gláucia de. O Estigma da energia nuclear na defesa nacional: a ZPCAS e a Declaração de Luanda de 2007. *Arquivo Ana Lisboa*, Rio de Janeiro, 2007. Disponível em: . Acesso em: 10 fev. 2017.

TRAVASSOS, Mário. *Projeção continental do Brasil*. 2. ed. ampl. São Paulo: Nacional. 206 p. 1935.

TRÍAS, Vivian. El Atlántico Sur: Encrucijada del futuro latinoamericano. *Nueva Sociedad*, n.33, nov. /dez, pp. 129-139, 1977. Disponível em: <http://www.nuso.org/upload/articulos/378_1.pdf> Acesso em: 30 jun. 2017.

VERSCHAVE, F. *De la Françafrique à la Mafiafrique. Bruxelas*: 1. ed. Tribord, 2004.

VIDIGAL, Armando Amorim Ferreira. *A Evolução do Pensamento Estratégico Naval Brasileiro.* Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1985

_____. *O Atlântico Sul: Uma Análise Pós Guerra – Fria.* Escola Superior de Guerra. Rio de Janeiro, 1993

VIDIGAL, Armando Amorim et al. (2006). *Amazônia Azul: o mar que nos pertence.* Rio de Janeiro: Record, 308 p.

VISENTINI, Paulo G. Fagundes. Da Marginalização ao "Renascimento Africano". In: Visentini, Paulo G. Fagundes; RIBEIRO, Luiz Dario T.; PEREIRA, Analúcia Danilevicz. *História da África e dos Africanos.* Petrópolis: Vozes, 2013. p. 145-187.

WIESEBRON, Marianne. Amazônia Azul: Pensando a Defesa do Território Marítimo Brasileiro. Austral: *Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais,* v. 2, n. 3, p. 107-131, Jan-Jul 2013.